

UNIVERSIDADE VILA VELHA-ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

**JUSTIÇA SOCIAL E DEMOCRACIA: O CASO DO PROGRAMA
ESCOLA VIVA DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO NA
ESCOLA VIVA “CONDE DE LINHARES”, MUNICÍPIO DE COLATINA-
ES NO PERÍODO DE 2017 A 2018**

JOSIHELLY FABRIS

VILA VELHA
JUNHO/2019

UNIVERSIDADE VILA VELHA-ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

**JUSTIÇA SOCIAL E DEMOCRACIA: O CASO DO PROGRAMA
ESCOLA VIVA DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO NA
ESCOLA VIVA “CONDE DE LINHARES”, MUNICÍPIO DE COLATINA-
ES NO PERÍODO DE 2017 A 2018**

Dissertação apresentada à Universidade Vila Velha, como requisito parcial do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, para obtenção do grau de Mestre em Sociologia Política.

JOSIHELLY FABRIS

VILA VELHA
JUNHO/2019

Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

S587j

Fabris, Josihely

Justiça social e democracia: o caso do Programa Escola Viva do Governo do Estado do Espírito Santo na Escola Viva "Conde de Linhares", município de Colatina-ES no período de 2017 a 2018 / Josihely Fabris. - 2019.

141 f. : il.

Orientador: Alceu Maurício Júnior.

Dissertação (mestrado em Sociologia Política) -
Universidade Vila Velha, 2019.

Inclui bibliografias.

1. Sociologia Política. 2. Democracia. 3. Inclusão escolar.
I. Maurício Júnior, Alceu. II. Universidade Vila Velha. III. Título.

CDD 306.2

JOSIHELLY FABRIS

**JUSTIÇA SOCIAL E DEMOCRACIA: O CASO DO PROGRAMA
ESCOLA VIVA DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO NA
ESCOLA VIVA “CONDE DE LINHARES”, MUNICÍPIO DE COLATINA-
ES NO PERÍODO DE 2017 A 2018**

Dissertação apresentada à Universidade Vila Velha, como pré-requisito do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, para a obtenção do grau de Mestra em Sociologia Política.

Aprovada em 21 de Junho de 2019.

Banca Examinadora:



Professor Doutor Sandro Lúcio Dezan - UNICEUB



Professora Doutora Viviane Mozine Rodrigues - UVV



Professor Pós-Doutor Alceu Maurício Júnior – UVV

Orientador

Dedico este trabalho de pesquisa aos meus pais: Antônio Ernesto Fabris (*in memoriam*) e Terezinha Matusoch Fabris pelo incentivo de sempre, sem vocês nada disso seria possível.

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Deus, todo poderoso.

Aos meus pais Antônio Ernesto Fabris (*in memoriam*) e Terezinha Matusoch Fabris, pelo amor, carinho e o incentivo de sempre.

Aos meus filhos Felipe Fabris da Silveira e Matheus Fabris da Silveira pela alegria de viver e pela compreensão nos momentos de produção acadêmica.

Ao meu orientador, professor Alceu Maurício Júnior, pela compreensão, disponibilidade, e muitos ensinamentos durante a convivência acadêmica nos últimos dois anos. O Professor Alceu esteve presente em diversos momentos onde conversamos sobre as limitações e os desafios da empreitada científica, sobre os tramites de pesquisa, fontes de conhecimento, sempre demonstrando o melhor da orientação acadêmica.

Aos meus irmãos, Eder Fabris e Ederlan Fabris pelo apoio.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política–PPGSP da UVV, pela recepção enquanto parte do seu corpo discente.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política–PPGSP da UVV, pela instrução acadêmica enquanto contribuição na minha atuação como professora e gestora universitária.

À Marjorye Boldrini e família pela amizade e pelo apoio.

Aos colegas da minha turma de mestrado 2017.1, com carinho pelo companheirismo em nossas aulas, laboratórios, e nos momentos de atividades extra acadêmicas.

Às professoras Jaqueline Maissiat e Viviane Mazine Rodrigues, que participaram da banca de qualificação desta dissertação, pelas contribuições e apontamentos que engrandeceram e aperfeiçoaram o trabalho.

Aos demais familiares pela ajuda e apoio nesta jornada acadêmica.

À Secretária Regional de Educação de Colatina, Maricelis Caetano Engenhardt, pelo apoio e disponibilidade na apresentação do Programa Escola Viva e auxílio na permissão para as entrevistas com os profissionais do Programa.

Não há nada mais relevante para a vida social que a formação do sentimento da justiça.

Ruy Barbosa

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| RESUMO | 10 |
| ABSTRACT | 11 |
| INTRODUÇÃO | 12 |
| METODOLOGIA | 15 |
| 1 DO PROGRAMA ESCOLA VIVA DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO | 21 |
| 1.1 A BASE NORMATIVA DO PROGRAMA ESCOLA VIVA..... | 21 |
| 1.2 A ORIGEM DO PROGRAMA, A IMPLANTAÇÃO, A IMPLEMENTAÇÃO E A ESCOLA VIVA “CONDE DE LINHARES”..... | 25 |
| 1.3 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO PROGRAMA E A DISCUSSÃO SOBRE EDUCAÇÃO E TEMPO INTEGRAL..... | 33 |
| 1.4 AS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS E OPERACIONAIS DO PROGRAMA ESCOLA VIVA..... | 40 |
| 1.5 O PROGRAMA ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA CONTEMPORÂNEA COM UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO CAPIXABA..... | 44 |
| 2 JUSTIÇA, RECONHECIMENTO E DEMOCRACIA | 50 |
| 2.1 DA JUSTIÇA DISTRIBUTIVA, SUA ORIGEM E SEUS PRINCIPAIS TEÓRICOS..... | 50 |
| 2.2 PROBLEMATIZANDO A JUSTIÇA DISTRIBUTIVA, SUAS TEORIAS E O PROGRAMA ESCOLA VIVA..... | 55 |
| 2.2.1 A Teoria da Justiça Utilitarista | 56 |
| 2.2.2 A Teoria da Justiça do Liberalismo Político de John Rawls | 57 |
| 2.2.3 A Teoria da Justiça Libertária ou Libertarianismo | 59 |
| 2.2.4 A Teoria da Justiça Comunitarista | 60 |
| 2.3 A TEORIA DA JUSTIÇA DO RECONHECIMENTO..... | 62 |
| 2.3.1 A Teoria da Justiça do Reconhecimento na compreensão de Axel Honneth | 63 |
| 2.3.2 A Teoria da Justiça do Reconhecimento na compreensão de Nancy Fraser | 69 |
| 2.4 O PROGRAMA ESCOLA VIVA E A JUSTIÇA DO RECONHECIMENTO POR AXEL HONNETH E NANCY FRASER..... | 72 |

| | |
|--|------------|
| 2.5 DEMOCRACIA INCLUSIVA..... | 78 |
| 2.5.1 Breves considerações sobre as teorias democráticas contemporâneas..... | 78 |
| 2.5.2 Democracia, participação, desigualdade e o Programa Escola Viva..... | 82 |
| 3 ANÁLISE DO PROGRAMA ESCOLA VIVA DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO COM OS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO NA ESCOLA VIVA “CONDE DE LINHARES”, NO MUNICÍPIO DE COLATINA ES, NO PERÍODO DE 2017 A 2018..... | 86 |
| 3.1 BREVE INFORMAÇÕES SOBRE A AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA E O ACESSO NA ESCOLA “CONDE DE LINHARES”..... | 87 |
| 3.2 A DESCRIÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL DO PROGRAMA ESCOLA VIVA, NA ESCOLA “CONDE DE LINHARES”..... | 90 |
| 3.3 A DESCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS CONCEDIDAS PELOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO NA ESCOLA VIVA “CONDE DE LINHARES”..... | 95 |
| 3.3.1 Da indagação “a” do questionário e suas respostas..... | 96 |
| 3.3.2 Da indagação “b” do questionário e suas respostas..... | 97 |
| 3.3.3 Da indagação “c” do questionário e suas respostas..... | 98 |
| 3.3.4 Da indagação “d” do questionário e suas respostas..... | 99 |
| 3.3.5 Da indagação “e” do questionário e suas respostas..... | 100 |
| 3.3.6 Da indagação “f” do questionário e suas respostas..... | 101 |
| 3.3.7 Das indagações “g”, “h”, “i” e suas respostas..... | 102 |
| 3.4 A PERCEPÇÃO DA PESQUISADORA NAS ENTREVISTAS E A CORRELAÇÃO COM A JUSTIÇA SOCIAL E A DEMOCRACIA INCLUSIVA..... | 104 |
| 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 107 |
| REFERÊNCIAS..... | 115 |
| ANEXOS..... | 121 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- BNCC** - Base Nacional Comum Curricular.
- CAPES** – Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior.
- CEEMTI** – Centro de Educação Ensino Médio por Tempo Integral.
- CNE** – Conselho Nacional de Educação.
- CRFB** – Constituição da República Federativa do Brasil.
- EC** - Emenda Constitucional.
- EB** – Educação Básica.
- EM** – Ensino Médio.
- ENEM** – Exame Nacional do Ensino Médio.
- ICE** - Instituto de Corresponsabilidade pela Educação.
- IDEB** – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.
- IES** – Instituições de Ensino Superior.
- IFES** – Instituto Federal do Espírito Santo
- INEP** – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
- LDBN** - a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- OCDE** - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.
- ONG** – Organização Não Governamental.
- PNE** – Plano Nacional de Educação.
- PPGSP** – Programa de Pós-graduação em Sociologia Política.
- PV** – Projeto de Vida.
- SAEB** - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica.
- SEDU** - Secretaria de Estado da Educação.
- SINDIUPES** - Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Estado do Espírito Santo.
- SRE** – Superintendência Regional de Educação.
- TCLE** - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.
- UFES** – Universidade Federal do Espírito Santo.
- UNESC** – Centro Universitário do Espírito Santo.
- UNESCO** – União das Nações na Educação, Ciência e Organização Cultural.
- UNIRB** – Centro Universitário Regional da Bahia.
- USA** – Estados Unidos da América.
- UVV** – Universidade Vila Velha.

RESUMO

FABRIS, JOSIHELLY, M.Sc, Universidade Vila Velha-ES, março de 2019. **Justiça social e democracia: o caso do Programa Escola Viva do Governo do Estado do Espírito Santo no educandário “Conde de Linhares”, município de Colatina-ES no período de 2017 a 2018.** Orientador: Alceu Maurício Júnior.

A sociedade contemporânea apresenta inúmeros desafios, dentre eles, vivenciarmos justiça social e democracia, ora procedimento de governo, ora participação social. O sentido de justiça parece ser apenas sinônimo do produto final da ciência jurídica, mas está para além dessa concepção, pois determina o progresso do indivíduo que muitas vezes representa minorias sociais. A compreensão de políticas públicas e questões contemporâneas, nos fez indagar a adequação do Programa Escola Viva e uma proposta de educação libertária e justa, ao ponto de mitigar desigualdades sociais. O objetivo desta pesquisa consiste em investigar em uma análise de estudo de caso, se o Programa Escola Viva do Governo do Estado do Espírito Santo, notadamente em relação ao caso da Escola Viva “Conde de Linhares”, é um instrumento adequado a promover a justiça social e a democracia, sob a perspectiva da teoria do reconhecimento e da democracia inclusiva, tomando por base a percepção dos profissionais de educação que trabalharam no programa entre 2017 a 2018. A pesquisa é qualitativa, com levantamento bibliográfico e documental. Essa análise baseou-se nas entrevistas realizadas na escola pelos profissionais de educação do recinto. Preliminarmente, a dissertação apresenta a descrição do Programa Escola Viva, posteriormente, o levantamento literário sobre Justiça social e a democracia inclusiva, bem como a análise do objeto da investigação científica. Em considerações finais compreendemos que o programa tem adequação satisfatória, mas, ainda longe do ideal de educação básica que necessitamos para trazer justiça social do reconhecimento e vivência democrática na escola e na comunidade em geral.

Palavras-chave: Programa Escola Viva; Justiça do Reconhecimento; Democracia Inclusiva; Educação Integral; Município de Colatina/ES; Entrevistas.

ABSTRACT

FABRIS, JOSIHELLY, M.Sc, University of Vila Velha-ES, March 2019. **Social justice and democracy: the case of the school alive Program of the Government of the State of Espírito Santo at school "Conde de Linhares", municipality of Colatina-ES in the period from 2017 to 2018.** Advisor: Alceu Maurício Júnior.

Contemporary society presents numerous challenges, among them, to experience social justice and democracy, either a government procedure or social participation. The sense of justice seems to be only synonymous with the final product of legal science, but it goes beyond this conception because it determines the progress of the individual who often represents social minorities. The understanding of public policies and contemporary issues made us question the adequacy of the Living School Program and a proposal for libertarian and just education, to the point of mitigating social inequalities. The objective of this research is to investigate in a case study analysis whether the Living School Program of the Government of the State of Espírito Santo, especially in relation to the case of the Living School "Conde de Linhares", is an adequate instrument to promote justice social and democracy, from the perspective of the theory of recognition and inclusive democracy, based on the perception of education professionals who worked on the program between 2017 and 2018. The research is qualitative, with a bibliographical and documentary survey. This analysis was based on the interviews carried out in the school by the education professionals of the enclosure. Preliminarily, the dissertation presents the description of the Living School Program, later, the literary survey on Social justice and inclusive democracy, as well as the analysis of the object of scientific research. In final considerations we understand that the program has satisfactory adequacy, but still far from the ideal of basic education that we need to bring social justice of recognition and democratic living in the school and in the community in general.

Keywords: School Program Alive; Justice for recognition; Inclusive Democracy; Integral Education; Municipality of Colatina/ES; Interviews.

INTRODUÇÃO

Quando realizamos uma pesquisa sobre políticas públicas e questões contemporâneas, em especial, justiça social, democracia e educação nas ciências sociais, deparamo-nos com a questão da adequação, nos programas educacionais, de uma proposta de educação libertária e justa, ao ponto de mitigar as desigualdades sociais.

Na experiência desta pesquisadora como professora universitária desde 2007, em mais de uma unidade da federação, nas Ciências Sociais Aplicadas, pode-se observar que vários alunos ingressos no ensino superior tinham muitas dúvidas sobre educação superior, carreira ou atuação no mercado de trabalho; sem autonomia, sem autoconfiança, pouco reconhecimento social, pouco exercício da participação social pela democracia, inúmeros problemas de aprendizagem, como dificuldades com a leitura e interpretação de textos, dentre outros. Entretanto, percebe-se a importância de práticas curriculares que promovam o projeto de vida dos discentes, para redimensionarem os sonhos dos alunos, de modo que estes tenham experiências capazes de enviá-los mais preparados para o ensino superior, pois, inúmeros são os desafios da sociedade complexa contemporânea.

Neste contexto, o Programa Escola Viva motivou esta pesquisa pela propalada proposta inovadora de educação integral e vários projetos que priorizam a autonomia do discente, segundo a propaganda do então governo do Estado do Espírito Santo. Esta pesquisa, sob a perspectiva das teorias do reconhecimento e da democracia inclusiva, propõe a análise dessa política de educação por meio de um estudo de caso em uma das mais turbulentas implantações da política pública, a Escola Viva “Conde de Linhares”, no município de Colatina, região noroeste do Estado do Espírito Santo. Desta forma, a pesquisa foi impulsionada pela oportunidade de investigação “in loco” do Programa Escola Viva e seus efeitos em medida de justiça social.

A Escola Viva “Conde de Linhares”, objeto de pesquisa, foi escolhida em razão dos seguintes motivos: primeiro, devido à oportunidade de análise do Programa Escola Viva no interior do Estado, onde a educação integral é uma possibilidade nova de fazer educação, uma educação que trabalha com protagonismo e projeto de vida dos estudantes, e não apenas a disposição de sala de aula com a oferta de disciplinas fragmentadas do currículo da Educação Básica;

segundo, o município de Colatina é um importante município do interior capixaba, que possui agricultura, pecuária, comércio e prestação de serviço expressivo na região e que deve muito do seu êxito ao tradicional educandário “Conde de Linhares”, objeto da pesquisa; terceiro, pela oportunidade de verificação do programa em uma das mais turbulentas e rejeitadas implantações, com acampamento de parte da comunidade escolar no interior da escola, movimentos sociais, bem como, demanda judicial, e, por fim; pelo caráter inédito da pesquisa, onde não há uma pesquisa que tenha investigado o Programa Escola Viva em uma unidade escolar do Programa Escola Viva no Estado do Espírito Santo sob a perspectiva da Justiça social na Sociologia Política.

A pesquisa descreve o Programa Escola Viva desde 2015, mas adota como recorte temporal, para análise, o período de 2017 a 2018, período após a sua implementação na gestão do governo do Estado no mandato 2015 a 2018. Uma oportunidade de investigação do programa em um momento de encerramento de um ciclo, onde o estudo de caso trouxesse maiores detalhes da política pública educacional.

O objetivo geral desta pesquisa consiste em investigar se o Programa Escola Viva do Governo do Estado do Espírito Santo, notadamente em relação ao caso do educandário “Conde de Linhares”, é um instrumento adequado a promover a justiça social e a democracia, sob a perspectiva da teoria do reconhecimento e da democracia inclusiva, tomando por base a percepção dos profissionais de educação que trabalharam no programa entre 2017 a 2018.

Os objetivos específicos desta pesquisa são:

- a) Descrever o Programa Escola Viva do Governo do Estado do Espírito Santo;
- b) Mapear as teorias de Justiça e Reconhecimento e correlacioná-las com o Programa Escola Viva do Governo do Estado do Espírito Santo;
- c) Descrever as teorias democráticas contemporâneas de inclusão social e correlacioná-las com o Programa Escola Viva do Governo do Estado do Espírito Santo;
- d) Analisar o Programa Escola Viva do Governo do Estado do Espírito Santo, tomando por base a Escola Viva “Conde de Linhares”, com dados coletados em entrevistas semiestruturadas aos professores e administradores escolares do programa.

Entendemos que justiça social e democracia, embora não possam ser metricamente quantificadas, podem ser positivamente verificadas caso as propostas do programa estejam sendo vivenciadas pelos discentes da Escola Viva “Conde de Linhares”. Essas experiências podem ser relatadas pelos docentes e profissionais de educação do programa, por exemplo, como uma melhora nos índices da avaliação do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, ou várias aprovações no ensino superior, trazendo melhores resultados para a educação básica capixaba, especificamente, o Ensino Médio, ou ainda, extraídas das indagações propostas pelo estudo de caso.

Assim, somos remetidos ao debate da educação integral de qualidade como política pública que busca satisfazer as pretensões de uma realidade educacional precária no Estado do Espírito Santo, o que poderia ser evidenciado no trato de outros problemas, tais como, renda, pobreza ou violência, mas que não serão objeto desta dissertação.

Em toda a discussão proposta neste trabalho de pesquisa, apontamos a necessidade de reconstruirmos a educação básica pública no Estado do Espírito Santo frente à falta de iniciativa de muitos representantes políticos, mas, atentamos para o fato de que a comunidade escolar da Escola Viva “Conde de Linhares”, apresentou um cenário de motivação por parte do corpo docente e discente, pois colocar os sonhos dos discentes calouros e veteranos em uma espécie de varal em discussão pelas chamadas disciplinas eletivas do Programa Escola Viva no início de cada ano letivo é uma das formas, por exemplo, de fazer uma escola atenta às necessidades e aspirações de muitos jovens da educação básica no Estado do Espírito Santo.

Por fim, com o desafio da correlação teórica de justiça e democracia inclusiva, apresentamos uma escola, descrita como ideal, que sugere o exame da realidade em um estudo de caso do Programa Escola Viva na Escola “Conde de Linhares”, no município de Colatina. Frisamos que o objetivo desta dissertação é investigar o Programa Escola Viva na sua capacidade de proporcionar inclusão e atendimento a um ideal de democracia e justiça, sob o referencial teórico da teoria do reconhecimento e da democracia inclusiva, nos anos de 2017 a 2018.

METODOLOGIA

A era contemporânea nos remete a pensarmos os desafios do encaixe e do desencaixe social, conseqüentemente refletirmos sobre as formas de luta contra a desigualdade social. Essa reflexão sobre as questões emergenciais, políticas públicas e questões contemporâneas nos conduz a pesquisarmos sobre as teorias de justiça, para compreendermos que o indivíduo necessita da justiça social como fator de ascensão social, o que afasta a caridade do plano de bem estar social. E nessa mesma linha, pesquisarmos sobre democracia inclusiva, que complementa o cenário político para a prospecção das ações dos governos e participação dos atores sociais em prol de políticas sociais.

A necessidade de melhorias no campo da Educação Básica no Estado do Espírito Santo trouxe, no ano de 2015, o Programa Escola Viva, uma ação de parceria pública e privada. O Programa Escola Viva pode vir a ser uma política pública de educação capaz de transformar a sociedade capixaba, pois a educação integral de qualidade é uma forma de inclusão e aprendizagem em caráter multidisciplinar, agenciador de autonomia e da liderança do jovem na sua vida acadêmica, pessoal e no mercado de trabalho, o que poderá contribuir para o reconhecimento de inúmeros jovens que sempre viveram à margem da sociedade, sem qualquer tipo de reconhecimento, sem justiça social.

Todavia, é preciso construir uma compreensão teórica de justiça e reconhecimento, democracia, democracia inclusiva, que não se furta da compreensão da Ciência Jurídica, da Sociologia e da Ciência Política, para apresentar respostas adequadas às situações da falta de políticas públicas educacionais eficazes para a inclusão social.

Se a metodologia é a forma pela qual se constrói o conhecimento, ou se realiza alguma coisa, é preciso reconhecer que segue um determinado percurso, com uma determinada organização, um determinado processo. Muitas são as fontes do conhecimento e tudo o que sabemos procede de diferentes fontes de informação, sejam elas a família, a escola, a igreja, as diferentes formas de comunicação existentes. Outra fonte importante, segundo Rey (2003, p. 14) é a “observação, uma vez que, estando no mundo, somos observadores dos fatos que acontecem, lembranças ou outra informação”.

Com esta pesquisa, investigamos o Programa Escola Viva do Governo do Estado do Espírito Santo, trazendo um estudo de caso da Escola Viva “Conde de Linhares”, no município de Colatina, região noroeste capixaba, prospectando, ao final, a adequação dessa política pública ao atingimento de justiça social e democracia inclusiva. A insatisfação social com a implantação do programa foi evidente na sociedade capixaba, o que permitirá explorar toda a trajetória do programa no lapso temporal definido, para a compreensão de que o mesmo poderá ensejar ou não igualdade e liberdade.

A desigualdade social é uma realidade na educação básica capixaba. Assim, faz-se importante a observação do programa, da escola objeto do estudo de caso para desenvolver as técnicas necessárias para fins metodológicos.

Cumprе ressaltar que o trabalho de pesquisa trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva. Ao analisar as concepções científicas, Richardson, aduz que, “frequentemente, as enquetes são realizadas com o propósito de fazer afirmações para descrever aspectos de uma população ou analisar a distribuição de determinadas características ou atributos” (2000, p. 146). Segundo Richardson, “tendo algumas ideias sobre o tema, o pesquisador está preocupado em não deixar fora alguns aspectos importantes que possam contribuir para a explicação do problema” (2000, p. 146). Por isto, a visita à unidade escolar e a observação da documentação do Programa Escola Viva foi relevante para a formatação da pesquisa.

A metodologia do trabalho de pesquisa foi qualitativa, de forma que a investigação se deu por meio de: a) levantamento bibliográfico acerca da temática, como uma forma de se chegar a uma compreensão normativa da justiça distributiva do reconhecimento e a democracia inclusiva na política pública educacional; b) pesquisa documental sobre a origem, configuração e propostas da política pública estudada; e, c) coleta de dados por meio de entrevistas (semiestruturadas), aplicadas em relação aos dez profissionais¹ de educação da unidade escolar “Conde de Linhares”, base de pesquisa do Programa Escola Viva, para avaliar a política pública estudada sob o prisma dos parâmetros normativos de justiça e democracia previamente delineados.

¹ No capítulo terceiro da análise da pesquisa empírica será demonstrada a relevância da amostra pesquisada, considerando o número total de educadores e administradores na escola pesquisada.

Com a desigualdade sócio educacional observada no Estado do Espírito Santo, notamos a necessidade de transformação dessa realidade para um mundo mais igual, mais livre, com reconhecimento, enquanto justiça social. Essa forma de conjugar a justiça social do reconhecimento e a democracia contribui para a formação de atores sociais cidadãos politizados. Buscamos compreender o Programa Escola Viva, com uma narrativa detalhada sobre o programa, sua base normativa, origem, implantação e implementação no cenário capixaba e na Escola Viva “Conde de Linhares”, o Projeto Político Pedagógico do Programa Escola Viva e a discussão sociopedagógica sobre educação integral e tempo integral, as Diretrizes Pedagógicas e Operacionais do Programa Escola Viva, o Programa Escola Viva enquanto política pública.

Dessa forma, procuramos desenvolver a dissertação através da combinação de elementos descritivos, críticos e propositivos. A apreciação dos textos normativos federais, estaduais referentes ao programa também auxiliam na descrição do objeto explorado, qual seja, o Programa Escola Viva na unidade escolar do município de Colatina.

A educação integral em uma proposta pedagógica do trabalho também cumpre um papel essencial para a verificação da adequação e medida de justiça no referido programa, uma vez que as entrevistas serão pautadas nessa vivência escolar, o que também é objeto de investigação do trabalho.

Adotamos como procedimento metodológico, para a pesquisa empírica desta investigação, o estudo de caso, que, de acordo com Almeida (2016, p. 60), tem como pressuposto “o estudo intenso de um fenômeno complexo, segundo diferentes perspectivas”, sendo “capaz de revelar planos estruturais que também podem ser encontrados em outros casos”. Segundo Patton (2002, p.31), “o propósito de um estudo de caso é reunir informações detalhadas e sistemáticas”.

Para o objeto de nossa investigação, consideradas as limitações materiais e temporais de uma pesquisa para a dissertação de mestrado, entendemos que este procedimento metodológico seria mais produtivo, exequível, e, principalmente, teria maior potencial para a compreensão do fenômeno estudado e para fornecer efetivas contribuições ao aprimoramento das políticas públicas educacionais do que uma simples quantificação generalizada das escolas submetidas ao Programa em estudo. Afinal, o estudo de caso tem “pretensões holísticas, na medida em que

procura apreender diversas dimensões de um fenômeno ou evento social específico” (Almeida 2016, p. 60).

Os detalhes do programa pelo estudo de caso na escola pesquisada foram traçados de acordo com a observação da teoria e da prática da vida escolar, reuniões, culminâncias, salas de aula, recreações, exposição do projeto de vida dos alunos, sala dos professores, sala da diretoria, sala da coordenação, secretaria escolar, laboratórios, biblioteca, dentre outros espaços.

Esta pesquisa é qualitativa. De acordo com Freitas e Jabbour:

[...] a principal vantagem da abordagem qualitativa, em relação à quantitativa, refere-se à profundidade e à abrangência, ou seja, o valor das evidências que podem ser obtidas por meio de múltiplas fontes, como entrevistas, observações, e análise de documentos (2011, p. 8).

O que nos permitiu detalhar informações relevantes dificilmente alcançados com o enfoque quantitativo, admitindo também uma relação bem mais próxima e sistêmica do objeto de estudo.

Segundo Zanelli:

[...] o rigor na condução de estudos qualitativos é dado pela clareza e sequência lógica das decisões de coleta, pela utilização de métodos e fontes variadas e pelo registro cuidadoso do processo de coleta, organização e interpretação, ou seja, depende da habilidade do pesquisador perceber e captar todas as nuances do objeto de estudo, sistematizando com perfeição as evidências coletadas das múltiplas fontes (2002, p. 83).

A escolha da Escola Viva “Conde de Linhares” como estudo de caso, deu-se por vários motivos já demonstrados anteriormente na introdução deste trabalho, mas, reforçamos esses motivos, pois, fora denotada a sua importância para o município de Colatina e região, onde a mesma é a escola mais antiga, e a mais tradicional instituição de ensino entre todas as classes sociais. O educandário colatinense foi criado pelo professor Aloísio Barros Leal, cearense de Fortaleza que fundou a escola no ano de 1939, o chamado Ginásio Conde de Linhares de Colatina, um patrimônio histórico e cultural que tem formado gerações e mais gerações de estudantes colatinenses. Vários egressos desta escola se transformaram em grandes políticos, médicos, advogados, engenheiros, jornalistas, radialistas.

Preliminarmente foi realizado contato formal com a Secretaria de Estado de Educação – SEDU para a autorização da pesquisa com a explanação dos

objetivos do estudo; bem como a definição das pessoas a serem entrevistadas, a definição de critérios para o acesso à organização e aos documentos, documentos confidenciais e quais poderiam ser divulgados; na sequência, realizou-se o contato com a Secretaria Regional de Educação no município de Colatina-ES, e por fim o estudo de caso na Escola Viva “Conde de Linhares” para a coleta das evidências, por meio das entrevistas aos profissionais de educação desta unidade escolar.

No que tange à pesquisa descritiva e exploratória, preliminarmente selecionamos todo o material pertinente ao programa com visitas à Secretaria Regional de Educação de Colatina, a Secretaria de Estado da Educação-SEDU, a Escola Viva “Conde de Linhares” no município de Colatina. E, desta forma, o trabalho foi descrito com riqueza de detalhes para facilitar as indagações da entrevista semiestruturada realizada e detalhada no terceiro capítulo.

Quanto ao desenvolvimento da dissertação propriamente dita, destacamos o primeiro capítulo, onde há a descrição do programa Escola Viva, a legislação pertinente ao mesmo, documentos referentes ao programa, o debate sobre educação integral e tempo integral, o programa enquanto política pública. Esta descrição evidenciará o programa nos anos de 2015, 2016, 2017, 2018, e, em especial a Escola Viva “Conde de Linhares”, no município de Colatina, nos anos de 2017 e 2018, objetivando ampliar o currículo escolar com atividades nos campos da cidadania, ciências políticas, ética, cultura, artes, esporte, lazer, direitos humanos, educação ambiental, inclusão digital, saúde, investigação científica, educação econômica, valorização da família e a violência contra ela praticada, discussão de gênero, drogas, etnia, orientação sexual, comunicação e uso de mídias de forma articulada, promovendo a formação do jovem autônomo, solidário e competente. Descrevemos que a gestão do Governador Paulo César Hartung Gomes anunciou uma nova proposta de educação no Estado, o Programa Escola Viva, um projeto direcionado ao público jovem, com expectativas de inovação em educação básica integral, como o projeto de vida que trabalha os sonhos dos discentes do programa. Mas, em contrapartida, fora nítido que, a sociedade capixaba, bem como parte da sociedade civil ressentiu-se com a falta de diálogo entre o governo e a comunidade escolar para a implantação do programa.

Já no segundo capítulo, descrevemos, com base no levantamento bibliográfico realizado, as teorias da justiça e reconhecimento, democracia, democracia inclusiva, e sua correlação com o Programa Escola Viva. O capítulo

apresenta a justiça distributiva, sua origem e seus principais teóricos; problematizando a justiça distributiva, suas teorias e o Programa Escola Viva, a teoria da Justiça Utilitarista, a teoria da Justiça do Liberalismo Político de John Rawls, a teoria da Justiça Libertária ou Libertarianismo, a teoria da Justiça Comunitarista, a teoria da Justiça do Reconhecimento, a teoria da Justiça do Reconhecimento na compreensão de Axel Honneth, a teoria da Justiça do Reconhecimento na compreensão de Nancy Fraser, o Programa Escola Viva e a Justiça do Reconhecimento por Axel Honneth e Nancy Fraser. Sobre a Democracia inclusiva, efetuamos considerações sobre as teorias democráticas contemporâneas, democracia, participação, desigualdade e o Programa Escola Viva.

Tratamos o termo Justiça, na correlação entre as teorias do reconhecimento na compreensão de Axel Honneth e Nancy Fraser, mas também não apenas como um termo que foge a racionalidade nas ciências jurídicas, uma tradição positivista de pensar a *justitia*, mas como objeto de investigação científica em nossa pesquisa, voltado à racionalidade que confere avanço social e político para a distribuição de bens por meio de políticas na justiça distributiva, o que está para além de apenas definirmos o justo do injusto. Procura-se criar conceitos-base para avaliar a busca pela justiça na prática do Programa Escola Viva do governo do Estado do Espírito Santo, e, ainda, o que podemos compreender neste Programa como uma possibilidade de democracia participativa de toda a comunidade escolar para a inclusão de inúmeros jovens da Educação capixaba que jamais teriam a oportunidade do curso integral e outras práticas pedagógicas que traduzem a formação autônoma do indivíduo, em busca de dirimir vulnerabilidades, assim redefinindo identidades e participação, na contramão da democracia hegemônica.

No terceiro capítulo, desenvolvemos a análise procedimental do Programa Escola Viva do Governo do Estado do Espírito Santo, um estudo de caso na escola “Conde de Linhares”, no município de Colatina, em uma abordagem qualitativa, entrevistando os seus profissionais de educação que trabalharam no programa entre 2017 a 2018, os anos em que o programa já estava implementado para a sociedade na região noroeste capixaba.

Concluindo o trabalho, apresentamos as considerações finais e nossa análise quanto à adequação do Programa Escola Viva, sob o prisma do caso da Escola Viva “Conde de Linhares”, aos parâmetros normativos das teorias de justiça do reconhecimento e democracia inclusiva.

1 DO PROGRAMA ESCOLA VIVA DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Este capítulo apresenta o Programa “Escola Viva” do Governo do Estado do Espírito Santo em tese, implantado em 2015 em diversas unidades escolares públicas da capital e cidades do interior do Estado, e em especial a Escola Viva “Conde de Linhares”, no município de Colatina-ES, conforme descrição detalhada na seção 1.2 deste capítulo. Apresentamos sua origem desde sua inspiração na Escola da Escolha no Estado de Pernambuco até o desenvolvimento do programa educacional enquanto ação afirmativa, para averiguarmos, em outros capítulos, à adequação do Programa, sob o prisma do caso da Escola Viva “Conde de Linhares”, aos parâmetros normativos das teorias de justiça do reconhecimento e democracia inclusiva. Faremos um estudo de caso sobre a referida política pública educacional na unidade escolar objeto da investigação, bem como sua impressão social e seus impactos na educação pública capixaba.

A próxima seção apresentará a base normativa do Programa Escola Viva do Governo do Estado do Espírito Santo.

1.1 A BASE NORMATIVA DO PROGRAMA ESCOLA VIVA

A implantação da educação integral de caráter público vem ganhando destaque no cenário nacional. A necessidade da educação por tempo integral motivada pelo ensejo da melhoria no ensino básico no Estado do Espírito Santo, a evasão escolar e o currículo escolar com disciplinas ministradas de forma fragmentadas e muitas vezes superficiais foram justificativas para a implantação do referido programa de educação. Tal narrativa foi tratada como importante pauta na chamada Meta Seis do Plano Nacional de Educação, a Lei nº 13.005 para o decênio de 2014 a 2024 que estabeleceu como meta “[...] oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos (as) alunos (as) da Educação Básica” (2014, p. 59).

Consoante à possibilidade da oferta de educação integral, a Lei Complementar nº 799, de 12 de junho de 2015 (ESPÍRITO SANTO, 2015, p. 1), criou o Programa de Escolas Estaduais de Ensino Médio em turno único, “Escola Viva” no Estado do Espírito Santo. O programa apresenta várias normativas e a atuação de uma política pública de educação integral para a comunidade escolar capixaba.

O referido programa está vinculado à Secretaria de Estado da Educação. O mesmo tem como prioridade o planejamento, a execução e a avaliação de um conjunto de ações inovadoras em conteúdo, método e gestão, direcionada à melhoria da oferta e da qualidade do ensino médio na rede pública estadual, assegurando a criação e a implementação de uma rede de escolas em turno único (ESPÍRITO SANTO, 2015, p. 1).

As primeiras escolas do programa iniciaram suas atividades no segundo semestre de 2015, objetivando, de acordo com a Lei Complementar nº 799, ampliar o currículo escolar com atividades nos campos da cidadania, ciências políticas, ética, cultura, artes, esporte, lazer, direitos humanos, educação ambiental, inclusão digital, saúde, investigação científica, educação econômica, valorização da família e a violência contra ela praticada, discussão de gênero, drogas, etnia, orientação sexual, comunicação e uso de mídias de forma articulada, promovendo a formação do jovem autônomo, solidário e competente. Para isso, o programa educacional ampliou o tempo escolar para um período de 9h e 30 min (nove horas e trinta minutos) diários, sendo no mínimo 7h e 30 min (sete horas e trinta minutos) em atividade escolares orientadas de segunda-feira a sexta-feira com a oferta de refeição e de lanches para os estudantes (ESPÍRITO SANTO, 2015, p. 1).

Para a execução das Escolas Estaduais de turno único, o Programa Escola Viva tem a responsabilidade legal de prover as escolas com estruturas físicas, equipamentos, recursos tecnológicos para a prática pedagógica, a gestão e a inclusão social no espaço escolar de discentes com necessidades especiais, além de transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades e superdotados. Os discentes com necessidades especiais possuem atendimento em classes comuns ou especiais, após avaliação realizada pelo professor do atendimento educacional especializado (ESPÍRITO SANTO, 2015, p. 1).

O Programa Escola Viva propõe cursos de aprimoramento pedagógico para os profissionais de educação para que novas possibilidades curriculares e administrativas sejam trabalhadas pelos envolvidos no programa. Para tanto, desde a sua implantação são oferecidos cursos de formação continuada em rede e em serviço para o corpo docente, coordenadores pedagógicos, diretores escolares, coordenadores administrativos financeiros e para o grupo de apoio administrativo ao magistério.

A busca por melhores resultados na área de educação é uma virtude para qualquer sociedade, o que permite o Programa Escola Viva ser pautado nas orientações das Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio, do Exame Nacional de Ensino Médio e do Plano Nacional de Educação 2014–2024, em virtude de ofertas e qualidade da educação básica, de financiamento e custo e conseqüentemente a expansão da educação em tempo integral.

O exercício do magistério nas Escolas Estaduais de turno único deve ser de quarenta horas semanais, no período diurno, cumpridas no recinto escolar, com carga horária multidisciplinar ou de gestão especializada. Para esses profissionais de educação é vedado o desempenho de qualquer outra atividade remunerada, pública ou privada, durante o horário de funcionamento da unidade escolar (ESPÍRITO SANTO, 2015, p. 2).

Em observação às escolas pautadas nesta investigação, o conteúdo pedagógico, os métodos didáticos, a gestão curricular e administrativa devem-se apresentar com normas específicas para cada unidade escolar; com parecer do Conselho Estadual de Educação e com carga horária de trabalho multidisciplinar do professor, ou seja, um conjunto de horas em atividades com os alunos e de horas em trabalho pedagógico na escola, cumpridas exclusivamente, em Escolas Estaduais de turno único.

Cada escola deve-se programar para trabalhar com a carga horária de gestão especializada, ou seja, um conjunto de horas em atividade de gestão, suporte e eventual atuação pedagógica, cumprida por diretor escolar, coordenador administrativo e financeiro e o coordenador pedagógico (ESPÍRITO SANTO, 2015, p. 2).

O Programa educacional propõe-se a possibilitar um processo de ensino aprendizagem que promoverá a integração da base nacional comum e da parte diversificada estabelecida pelo Currículo Básico do Ensino Médio e observação curricular de acordo com o Projeto Político Pedagógico de cada unidade escolar aprovado pela Secretaria de Estado da Educação.

No final do ano de 2015, a Lei Complementar nº 799, de 12 de junho de 2015 foi alterada pela Lei Complementar nº 818, de 17 de dezembro de 2015, onde as Escolas Estaduais de Ensino Médio em turno único, denominadas Escolas Vivas, passaram a serem denominadas Escolas Estaduais de Ensino Fundamental e Médio em turno único, no seu artigo primeiro.

Vejamos a alteração normativa:

O Programa de Escolas Estaduais de Ensino Médio em Turno Único, denominado Escola Viva, criado pela Lei Complementar nº 799, de 12 de junho de 2015, passa a denominar-se Programa de Escolas Estaduais de Ensino Fundamental e Médio em Turno Único - Escola Viva (2015, p. 1).

O Ensino Fundamental passou a ser contemplado pela educação integral do Programa Escola Viva em algumas unidades escolares, conforme a descrição das escolas vivas neste capítulo.

Essas alterações perpassaram pelo tempo de permanência escolar, onde ocorreu a ampliação de carga horária em atividades pedagogicamente orientadas; pela exigência de que todo o currículo do Programa Escola Viva deverá ser pautado nas Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental e Médio e Matriz para o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio); e pela remuneração e atuação dos integrantes do Quadro do Magistério localizados nas Escolas Estaduais de Ensino Fundamental e Médio em turno único, as escolas do Programa Escola Viva.

A remuneração e a atuação dos profissionais de educação do programa foi tema para alteração do Artigo 2º dispondo o seguinte:

§ 1º A remuneração dos integrantes do Quadro do Magistério localizados nas Escolas Estaduais de Ensino Fundamental e Médio em Turno Único será proporcional à carga horária trabalhada, acrescida de dedicação exclusiva, calculada à ordem de 40% sobre o valor da Classe e Referência em que estiver enquadrado o seu cargo na Tabela de Subsídios ou Vencimentos do Magistério Estadual, considerando a carga horária de 25 horas semanais, em razão do exercício das atribuições específicas dos cargos de professor MAPA/MAPB e Pedagogo MAPP, no exercício da docência, previstas no Anexo I. (...)

§ 4º Os ocupantes dos cargos de Professor MAPA e MAPB e Pedagogo MAPP, no exercício da docência, titulares de dois cargos públicos efetivos em acumulação legal no magistério deverão se afastar de um deles e obrigatoriamente optar por um vínculo da Rede Pública Estadual, enquanto atuarem nas escolas estaduais de ensino fundamental e médio em Turno Único, cujo regime é de dedicação exclusiva. (...)

§ 6º O ocupante de dois cargos de professor ou um de professor e um de pedagogo, em regime de acumulação legal, quando investido das funções de Diretor Escolar ou Coordenador Pedagógico ficará afastado de seus cargos efetivos, nos termos do art. 223 da LC nº 46/1994, fazendo jus ao vencimento ou subsídio de ambos, acrescido apenas da respectiva função gratificada.

§ 7º Os servidores que exercem a função de Diretor Escolar ou Coordenador Pedagógico, titulares de apenas um cargo público efetivo, farão jus ao vencimento ou subsídio fixados no regime de 25 horas semanais, acrescida de dedicação exclusiva equivalente a 100% do seu vencimento/subsídio” (2015, p. 1).

Essas mesmas alterações impuseram que todo o processo de ensino aprendizagem deve-se integrar a base nacional comum e da parte diversificada estabelecida pelo Currículo Básico do Ensino Fundamental e Médio e sua articulação com ações curriculares de acordo com a forma prevista no projeto político pedagógico da unidade escolar.

O Programa Escola Viva foi implantado desde o segundo semestre do ano de 2015, o mesmo se destaca pela inovação, enquanto educação integral e a forma como a mesma é desenvolvida na rotina das unidades escolares do programa na sociedade capixaba, o que permite a averiguação da adequação do Programa Escola Viva, sob o prisma do caso da Escola Viva “Conde de Linhares”, aos parâmetros normativos das teorias de justiça do reconhecimento e democracia inclusiva.

A próxima seção apresentará a origem do Programa Escola Viva no Estado do Espírito Santo, sua implantação e implementação no cenário capixaba e a Escola Viva Conde de Linhares, objeto do estudo de caso desta pesquisa.

1.2 A ORIGEM DO PROGRAMA, A IMPLANTAÇÃO, A IMPLEMENTAÇÃO E A ESCOLA VIVA “CONDE DE LINHARES”

A origem do Programa Escola Viva advém do modelo de educação denominado Escola da Escolha que foi instituído no ano de 2004 na cidade de Recife, no Estado de Pernambuco. A iniciativa é do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação-ICE, idealizado pelo Senhor Marcos Magalhães, ex-aluno do centenário Ginásio Pernambucano onde insatisfeito com o seu desmonte público se uniu com alguns segmentos do setor privado, como banqueiros e empreiteiros, bem como outros empresários, ora representantes da iniciativa privada e criou o modelo chamado de Escola da Escolha². (ICE, 2015, p.1)

A partir de então a escola integral do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação passou a ser institucionalizada no Estado de Pernambuco e levada pelo Instituto para vários Estados brasileiros, tal qual o Estado do Espírito Santo.

A Escola da Escolha busca transformar a sociedade com a missão da educação pelo trabalho, inserindo inovações em conteúdo, método e gestão. Nessa perspectiva, o Modelo se fundamenta nos seguintes propósitos:

² O modelo chamado Escola da Escolha foi apresentado de acordo com o site: <http://icebrasil.org.br/>. Acesso em 12 de maio de 2018.

[...] conceitos e princípios alinhados ao desenvolvimento das competências pessoais, sociais e produtivas dos estudantes, utilizando métodos e conteúdos selecionados mediante as necessidades de cada um e de estratégias que assegurem o aprendizado nas várias dimensões da formação humana, não apenas no âmbito cognitivo (ICE, 2015, p.05).

No ano de 2015, a gestão do Governador Paulo César Hartung Gomes anunciou uma nova proposta de educação no Estado, o Programa Escola Viva, um projeto direcionado ao público jovem, com expectativas de inovação em um sistema de ensino desmotivado pela falta de investimentos. Assim originou-se o Programa de Escolas Estaduais de Ensino Médio em turno único, denominado “Escola Viva”, criado pela Lei Complementar n. 799 de 15 de junho de 2015, com uma pedagogia baseada em quatro princípios educacionais que permeiam as Diretrizes Pedagógicas do Programa: O protagonismo, a pedagogia da presença, a educação interdimensional e os quatro pilares da Educação: “o aprender a ser”, “o aprender a fazer”, o “aprender a conviver” e o “aprender a conhecer”. Uma concepção de Jacques Delors e os quatros pilares educacionais apresentados em um relatório para a UNESCO³.

A Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo, na gestão Paulo Hartung, entre os anos de 2015 a 2018, representado pelo seu então secretário, Haroldo Correa Rocha defendeu a referida política pública educacional nos seguintes moldes:

“Queremos que a Escola Viva seja uma ferramenta atrativa e de resgate para os jovens e que seja competitiva com o mundo das drogas e da violência. É por isso, que vamos priorizar bairros e regiões de vulnerabilidade social para a implantação. Esse não é só um projeto educacional é um projeto de vida para a nossa juventude”, destacou o secretário de Estado da Educação, Haroldo Correa Rocha. 2016. Disponível em: <http://Portallinharesemdia.com.br>. Acesso em 26 de agosto de 2018.

A proposta de educação básica integral do Programa Escola Viva ampliou a carga horária dos discentes e dos professores e administradores escolares, com a exigência da dedicação exclusiva. Esta alteração deve transformar a rotina dos professores e trazer algumas exigências para os mesmos que foram surpreendidos com o novo formato de trabalho, muitas vezes, apresentando uma nova unidade escolar e adaptações de forma inesperada para os profissionais de educação do Programa Escola Viva. Senão vejamos:

³ Jacques Delors foi Ministro das Finanças na França e apresentou os pilares educacionais no Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI.

[...] Os professores e demais servidores públicos localizados nas escolas estaduais que serão transformadas em Escolas Estaduais de Ensino Médio em Turno Único e que não forem selecionados para participar da Escola Estadual de Ensino Médio em Turno Único serão removidos, de forma definitiva, para escola de sua escolha, desde que exista vaga devidamente comprovada, mediante processo específico, aprovado pelo Secretário de Estado da Educação (ESPÍRITO SANTO, 2015, p 2).

Em destaque, o programa adentrou o cenário capixaba sem diálogo com a comunidade escolar, uma vez que vários atores sociais, como docentes, discentes e seus responsáveis aduzem que não foram consultados sobre a viabilidade do programa e seus investimentos. Entretanto, a educação básica parcial e profissionalizante, ainda é uma realidade educacional e deve receber a devida atenção pedagógica e de investimentos como o programa investigado.

O Sindicato dos trabalhadores da Educação do Estado do Espírito Santo, através de uma carta aberta à educação capixaba, demonstrou a necessidade de melhorias na educação capixaba no ano de 2015, o que levou a sociedade a estigmatizar a Escola Viva de “Escola que já nasceu morta” (2015, p. 1). Denotam-se os fatos pelo cartaz do referido sindicato:

Figura–1. Cartaz da Campanha do SINDIUPES:



Fonte: Disponível em: <http://sindiupes.org.br/> Acesso em: 21 de maio de 2018.

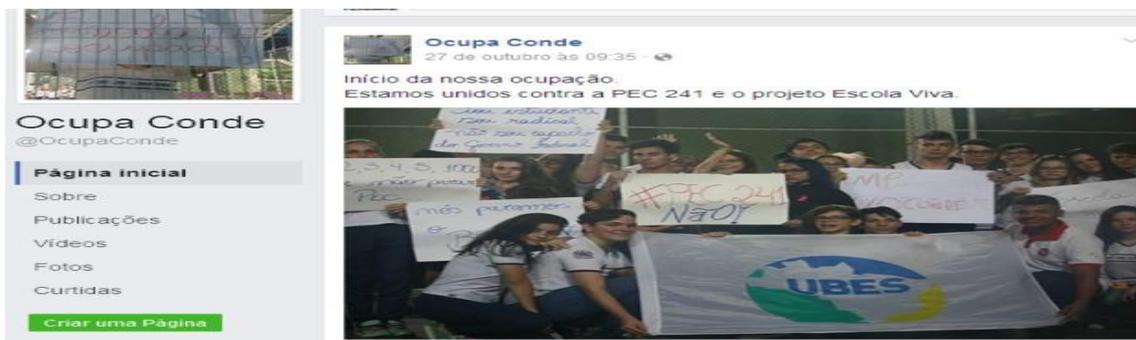
A problemática se instalou pelo Estado, pois a comunidade escolar que pertencia à realidade da educação parcial e profissionalizante passou a lidar com a incerteza dos tramites de uma nova escola, que ninguém sabia ao certo como iria funcionar, uma vez que, não foram consultados para juntos discutirem as propostas da educação básica integral necessária para a juventude local; e conseqüentemente uma nova rotina de trabalho para inúmeros profissionais de educação capixaba foi imposta.

Com o cenário de resignação por parte da comunidade escolar, a gestão Paulo Hartung, contratou a locação de um imóvel no Bairro São Pedro, no município de Vitória, onde funcionava uma Instituição de Ensino Superior Privada no Estado e instalou a primeira Escola Viva, a chamada Escola Viva “São Pedro”. A mesma iniciou suas atividades no segundo semestre de 2015, e tentou proporcionar a melhor impressão possível do programa, depois de tanta turbulência por parte da comunidade escolar capixaba.

No ano de 2016, foram instaladas outras unidades, o que mais chamou atenção foi a implantação da Escola Viva “Conde de Linhares”, no município de Colatina, na região Noroeste do Estado, a unidade escolar objeto de investigação, no presente estudo de caso, onde houve ocupação do recinto escolar, por pais, alunos e apoio da vizinhança da escola por vários dias, na tentativa de que o Programa não fosse implantado no município e operacionalizado em 2017, vez que, a referida escola, era a mais antiga da cidade, com uma educação básica parcial premiada, e ainda com educação profissionalizante.

Vejamos a ilustração:

Figura–2. A ocupação na Escola Viva “Conde de Linhares” em Colatina, na região Noroeste do Estado do Espírito Santo.



Fonte: Ocupa Conde. Disponível em: <http://@ocupaconde.facebook.com>. Acesso em: 05 de setembro de 2018.

A Justiça do Estado do Espírito Santo pela Comarca de Colatina, por decisão judicial do então magistrado Menandro Taufner Gomes determinou a desocupação imediata da Escola Conde de Linhares, em Colatina, que perdurou do dia 27 de outubro até o dia 3 de novembro do ano de 2016. Com a decisão judicial foi expedido um mandado de reintegração de posse em favor da Secretaria de Estado da Educação, com a retirada de todos os manifestantes do recinto escolar.

O movimento Ocupa Conde foi uma manifestação turbulenta, onde a comunidade escolar e diversos atores sociais reivindicavam a permanência da educação parcial e profissional com o temor da evasão escolar, por parte dos que se sentiam impedidos de cursarem a educação integral proposta pelo programa. Contudo, junto ao movimento Ocupa Conde, o movimento dos estudantes aproveitou o ensejo da ocupação na Escola Viva Conde de Linhares e se manifestaram contrários ao Projeto de Emenda Constitucional-EC 241, que limitou o aumento dos gastos públicos por 20 anos. Além da Escola Viva Colatinense, o movimento ocupou mais outras sessenta instituições de ensino em todo o Estado.

A investigação trata do Programa Escola Viva em um estudo de caso na Escola Viva “Conde de Linhares”, no município de Colatina, para a averiguação da adequação do programa sob os referenciais teóricos de justiça e democracia inclusiva, vez que a implantação foi demasiadamente turbulenta, e a necessidade de uma educação integral que prospecta justiça social e inclusão social fazem o bojo desta pesquisa ser interessante aos anseios de toda a comunidade escolar e a busca sem cessar por melhorias na educação capixaba.

A Escola Viva “São Pedro”, a primeira Escola Viva do Estado, também foi ocupada pelo movimento estudantil, mas não ocasionou tanta repercussão social como a ocupação na Escola Viva Conde de Linhares, o que mais uma vez justifica o estudo de caso na Escola Viva do município de Colatina.

Figura–3. Manifestação de estudantes na Escola Viva “São Pedro” na cidade de Vitória.



Fonte: FÉLIX, Jorge. TV Gazeta, Espírito Santo, agosto. 2016. Jornal online. 1 fotografia, color. Disponível em: <http://gazetaonline.com.br>. Acesso em: 21 de maio de 2018.

A implantação do programa trouxe inúmeros questionamentos sobre a condução do poder público frente à proposta e a inauguração do programa, mais uma justificativa para a investigação da política pública do Governo do Estado do

Espírito Santo. O que nos leva a reflexão de que a escola deve interagir com o social.

Sobre o assunto escreve Libâneo:

A difusão de conteúdos é a tarefa primordial. Não conteúdos abstratos, mas vivos, concretos e, portanto, indissociáveis das realidades sociais. A valorização da escola como instrumento de apropriação do saber é o melhor serviço que se presta aos interesses populares, já que a própria escola pode contribuir para eliminar a seletividade social e torná-la democrática. Se a escola é parte integrante do todo social, agir dentro dela é também agir no rumo da transformação da sociedade. Se o que define uma pedagogia crítica é a consciência de seus condicionantes histórico-sociais, a função da pedagogia 'dos conteúdos' é dar um passo à frente no papel transformador da escola, mas a partir das condições existentes (1994, p. 69).

A Pedagogia Crítico Social é uma possibilidade de conscientizar a sociedade de que a educação transforma a ação social, uma via de mão dupla para a democratização.

O governo do Estado do Espírito Santo tem a parceria da Organização Não Governamental, Espírito Santo em Ação⁴, que organizou e forneceu suporte para a implantação do programa, bem como para sua manutenção nesses três primeiros anos de implementação da política pública. A mesma é comandada por vários nomes do empresariado capixaba, inclusive uns dos Secretários de Estado da Educação do governo Paulo Hartung, o empresário Aridelmo Teixeira. Na época o seu presidente, Luiz Wagner Chieppe afirmou que a iniciativa do Projeto era da referida organização não governamental, o que cabe exame, pois a pedagogia da presença, gênese da Escola Viva, a Escola da Escolha pode trazer uma visão capitalista de educação, uma escola mercadológica, com carga horária semelhante à jornada de trabalho, doutrinação para ao trabalho. Os docentes também podem estar sob o crivo do capital, em primeiro lugar pela dedicação exclusiva, a jornada de trabalho de quarenta horas, as inúmeras ações que ensinam a liderança e o protagonismo como portfólio individual dos seus discentes.

⁴ A ONG – Organização Não Governamental Espírito Santo em Ação forneceu suporte para implantação e implementação do Programa Escola Viva. Acesso em 12 de maio de 2018.

Paulo Freire entende o que se segue:

Ao recusar a “domesticação” do tempo, a pós-modernidade progressista não apenas reconhece a importância do papel da subjetividade na história, mas atua político-pedagogicamente no sentido de fortalecer aquela importância. E o faz através de programas em que a leitura crítica do mundo se funda numa prática educativa crescentemente desocultadora de verdades. Verdades cuja ocultação interessa às classes dominantes da sociedade (2001, p. 1).

Contudo, mesmo com os inúmeros questionamentos sobre o Programa Escola Viva, enquanto modelo de “educação mercadológica”, e de outras críticas, a Secretaria de Estado da Educação implantou várias escolas, entre os anos de 2015 a 2018, conforme o quadro a seguir:

Quadro-1 As unidades escolares do Programa Escola Viva:

| Ano de implantação | Cidade e região | Unidade Escolar | Profissionais de educação na unidade escolar | Ensino e vagas |
|---------------------------|--|---|---|-------------------------------------|
| | Afonso Cláudio Região Serrana | CEEMTI Afonso Cláudio | | Ensino Médio - 640 vagas |
| | Alegre Região Sul | Escola Estadual Aristeu Aguiar | | 9º ano do EF e EM - 655 vagas |
| | Anchieta Região Sul | SESI-SENAI | | Ensino Médio – 480 vagas |
| | Aracruz Região Norte | Escola Estadual Monsenhor Guilherme Schmitz | | Ensino Médio – 600 vagas |
| | Baixo Guandú Região Noroeste | Escola Estadual Baixo Guandú | | Ensino Médio – 600 vagas |
| | Barra de São Francisco Região Noroeste | Escola Estadual João XXIII | | Ensino Médio – 640 vagas |
| | Cachoeiro de Itapemirim Região Sul | CEEFTI Francisco Coelho Avila Jr | | 6º ao 9º ano do EF – 640 vagas |
| | Cachoeiro de Itapemirim Região Sul | Escola Estadual Liceu Muniz Freire | | Ensino Médio – 700 vagas |
| | Cariacica Região Metropolitana | CEEFTI Presidente Castelo Branco | | 6º ao 9º ano do EF – 490 vagas |
| | Cariacica Região Metropolitana | Escola Itagiba Escobar | | 6º ao 9º ano do EF – 600 vagas |
| | Cariacica Região Metropolitana | Escola Estadual José Leão Nunes | | 7º ao 9º ano do EF e EM – 600 vagas |
| | Cariacica Região Metropolitana | Escola Estadual Profª. Maria Penedo | | Ensino Médio – 600 vagas |
| 2017 | Colatina Região Noroeste | CEEMTI Conde De Linhares | 32 | Ensino Médio – 520 vagas |

| | | | | |
|--|--|---|--|--|
| | Ecoporanga Região Noroeste | CEEFMTI Daniel Comboni | | 9º ano do EF e EM – 640 vagas |
| | Guaçuí Região Sul | CEEMTI Monsenhor Miguel De Sanctis I | | Ensino Médio – 560 vagas |
| | Itapemirim Região Sul | Escola Estadual Washington Pinheiro Meirelles | | 8º 9º ano do EF EM – 640 vagas |
| | Iúna Região Serrana | CEEFMTI Henrique Coutinho | | 9º ano do EF e EM – 600 vagas |
| | Linhares Região Norte | CEEFMTI Bartouvino Costa | | 9º ano do EF e EM – 625 vagas |
| | Mimoso do Sul Região Sul | Escola Estadual Antônio Acha | | 8º e 9º ano do EF e EM – 655 vagas |
| | Montanha Região Norte | CEEFMTI Elpídio Campos De Oliveira | | 8º e 9º ano do EF e EM – 570 vagas |
| | Muniz Freire Região Sul | CEEFMTI Bráulio Franco | | 9º ano do EF e EM – 570 vagas |
| | Pedro Canário Região Norte | CEEMTI Manoel Duarte Da Cunha | | Ensino Médio – 480 vagas |
| | São Gabriel da Palha Região Noroeste | Escola Estadual São Gabriel da Palha | | Ensino Médio – 700 vagas |
| | São Mateus Região Norte | CEEFMTI Marita Motta Santos | | 9º ano do EF e EM – 650 vagas |
| | Serra Região Metropolitana | CEEFMTI Joaquim Beato | | 7º ao 9º ano do EF e EM – 720 vagas |
| | Serra Região Metropolitana | Escola Estadual Novo Horizonte | | Ensino Médio – 640 vagas |
| | Vila Velha Região Metropolitana | CEEFMTI Pastor Oliveira De Araújo | | 9º ano do EF e EM – 640 vagas |
| | Vila Velha Região Metropolitana | CEEFMTI Assisolina Assis De Andrade | | 8º e 9º ano do EF e EM – 640 vagas |
| | Vila Velha Região Metropolitana | CEEMTI Prof. Maura Abaurre | | Ensino Médio – 480 vagas |
| | Vila Velha Região Metropolitana | Escola Estadual Galdino Antônio Vieira | | 6º ao 9º ano do EF – 550 vagas |
| | Vitória Região Metropolitana | CEEMTI São Pedro | | Ensino Médio – 800 vagas |
| | Vitória Região Metropolitana | Escola Estadual Fernando Duarte Rabelo | | Ensino Médio – 800 vagas |
| | Fundão Região Norte | Escola Estadual Nair Miranda | | 9º ano do EF e EM - 470 vagas |
| | Viana Região Metropolitana | Escola Estadual Ewerton M. Guimarães | | 8º e 9º ano do EF e EM – 340 vagas |
| | Conceição do Castelo Região Serrana | Escola Municipal Elisa Paiva | | 6º ao 9º ano do EF e EM – 450 vagas |
| | Muqui Região Sul | Escola Estadual Senador Dirceu Cardoso | | 6º ao 9º ano do EF e EM – 480 vagas |

Por fim, uma trajetória do programa investigado, tomando como objeto de análise uma escola da região noroeste capixaba em que o programa foi implantado e os seus principais aspectos no cenário capixaba. Agora seguimos com a próxima seção onde será apresentado o projeto político pedagógico e a discussão sócio pedagógica sobre a educação integral e tempo integral no Programa Escola Viva.

1.3 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO PROGRAMA E A DISCUSSÃO SOBRE EDUCAÇÃO E TEMPO INTEGRAL

A educação é um direito social como o exposto no artigo 6º, caput da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988-CRFB ao se referir a “[...] direitos sociais educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados na forma desta Constituição” (1988, p. 30), e respectivamente no artigo 205, caput:

[...] educação direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (1988, p.131).

Os direitos sociais são aqueles que têm por objetivo garantir aos indivíduos condições materiais tidas como imprescindíveis para pleno gozo de direitos, por isso tendem a exigir do Estado uma intervenção na ordem social que assegure os critérios de justiça distributiva com a finalidade de minimizar as desigualdades sociais.

Um Estado social é, também, produto da pressão das massas. É um ente que cria direitos do trabalho, de previdência social, de educação, um Estado. Segundo o entendimento de Bonavides:

[...] que intervém na economia como distribuidor, dita o salário, que manipula a moeda, regula os preços, combate o desemprego, protege os enfermos, dá ao trabalhador e ao burocrata a casa própria, controla as profissões, compra a produção, financia as exportações, concede crédito, institui comissões de abastecimento, provê necessidades individuais, enfrenta crises econômicas, coloca na sociedade todas as classes na mais estreita dependência de seu poderio econômico, político e social, em suma, estende sua influência a quase todos os domínios que dantes pertenciam, em grande parte, à área de iniciativa individual (2007, p. 186).

O Estado social é, assim, um Estado intervencionista que busca prover certas necessidades existenciais mínimas dos cidadãos que involuntariamente estão impossibilitados de proverem a si e aos seus, o que faz do Estado o ente provedor utilizando as políticas públicas como um condutor de justiça distributiva ou bens e serviços aos seus administrados, fruto das revoluções Francesa e Socialista.

Além da Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional–LDBN nº 9394/1996 apresenta o demonstrativo das etapas da Educação Básica em Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio pautando a Educação Básica e sua importância para a formação da pessoa humana, sua cidadania, seus direitos, ou seja, sua atuação na vida enquanto ator social.

Contudo, baseado nas legislações educacionais, a Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo cria um Projeto Político Pedagógico para cada unidade escolar do programa Escola Viva.

O Projeto Político Pedagógico do Programa Escola Viva tem como objetivo geral, uma educação integral, desenvolvendo práticas e vivências a partir de um currículo denominado inovador, com a proposta de contribuir para a construção de sujeitos autônomos, que pratiquem a solidariedade e sejam reconhecidos. O que pode ser verificado da seguinte forma:

[...] instituir política pública de Educação Integral, de Educação em Tempo Integral por meio de Escolas de Tempo Integral em Turno Único, ampliando, assim, o tempo de permanência dos estudantes na escola; promover a formação para a vida buscando ampliar as referências do estudante com relação aos valores e aos princípios que ele constitui ao longo de sua vida nos diversos meios com os quais interage; possibilitar ao estudante conhecimentos, práticas e vivências contextualizadas que aprimorem sua aprendizagem assegurando o pleno domínio do conhecimento a ser desenvolvido na Educação Básica; desenvolver um conjunto pleno de competências cognitivas, bem como um conjunto de outras competências essenciais nos domínios da emoção e da natureza social; construir uma nova identidade de escola incrementando os tempos e espaços escolares, as dimensões curriculares, a metodologia e a prática pedagógica; contribuir para a redução do índice de abandono e aumentar a aprovação dos estudantes no ensino médio da rede pública estadual; contribuir para minimizar os riscos de vulnerabilidade social (2015, p.4).

A juventude capixaba é o alvo do programa. A Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo, na pessoa Jurídica de Direito Público do Estado do Espírito Santo, mais a sociedade civil devem trabalhar para que os objetivos dessa política pública sejam alcançados. Tudo isso, respeitando a tríade do projeto que

são: a formação acadêmica, a formação para a vida e a formação na contemporaneidade.

Neste aspecto da educação, o que é a regra passa a ser a exceção quanto às políticas públicas educacionais, pois, as mesmas visam a corrigir algum desmando ou falta de atividade política que não proporciona direitos sociais, o que motivou a implantação da educação integral no Estado do Espírito Santo.

De acordo com Souza, podemos compreender que:

[...] política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente) (2006, p. 26).

A autora apresenta a política pública como uma ferramenta que busca colocar o governo em ação, onde a necessidade do diálogo entre o governo e a sociedade é uma discussão indispensável a respeito do teor de justiça e democracia.

A percepção inicial da implantação do programa sofreu variações e trouxe vários novos questionamentos sobre essa política pública educacional, por isso, a compreensão do projeto político pedagógico se faz importante, onde o mesmo deve conscientizar a comunidade escolar sobre a escola e a preparação para vida, o direito à escolha nas decisões escolares do aluno, o protagonismo, a cidadania, o uso do ideal de democracia como ferramentas de qualidade na educação capixaba.

Contudo, a sociedade capixaba contempla inúmeras narrativas sobre o programa. Existe uma camada da sociedade que rejeita o programa, em virtude da falta de diálogo entre o governo e os atores sociais envolvidos na implantação do Programa Escola Viva ou pela falta de oportunidade de jovens frequentarem a educação integral em razão da subsistência e de suas famílias. Outra camada entende que é vantajosa a possibilidade de jovens na educação básica estadual cursarem o ensino integral com inúmeros requisitos que possibilitam um diferencial na educação capixaba, como um conjunto de inovações, propostas pelas diretrizes do programa, tais quais:

[...] acolhimento aos estudantes, às equipes escolares e às famílias; avaliação diagnóstica/nivelamento; disciplinas eletivas; salas temáticas; ênfase prática em laboratórios; tecnologia de gestão educacional; tutoria; aulas de projeto de vida; aulas de práticas e vivências em protagonismo; aula de estudo orientada; e aprofundamento de estudo (preparação acadêmica/mundo do trabalho) (2015, p. 1).

Todavia, diante as inovações, o programa foi alvo de vários episódios com manifestações sociais, ações judiciais contra a implantação do mesmo em diversas escolas públicas estaduais capixabas.

Vejamos uma manifestação contrária ao Programa Escola Viva em frente à Assembleia Legislativa no ano de 2016:

Figura–4: Movimento estudantil na implantação do Programa Escola Viva em frente à Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo em 2016.



Fonte: FÉLIX, Jorge. TV Gazeta, Espírito Santo, abril. 2016. Jornal online. 1 fotografia, color. Disponível em: <http://gazetaonline.com.br>. Acesso em: 21 de maio de 2018.

A figura acima evidencia um dos inúmeros movimentos sociais contrários à implantação do Programa Escola Viva.

Figura–5: Encarte publicitário do Governo do Estado do Espírito Santo convidando para o Programa Escola Viva



Fonte: Disponível em: <http://sedu.es.gov.br>. Acesso em: 21 de maio de 2018.

O encarte demonstrado acima convida a sociedade capixaba a participar do Programa Escola Viva no Estado do Espírito Santo.

A presente investigação observa a experiência do programa Escola Viva na sociedade capixaba. Todavia, uma investigação científica que averigua uma política pública educacional necessita tratar a escola como um espaço de interação

entre diversos atores sociais, campo de diversos acontecimentos políticos que postula tomada de decisão e transformação social, eis o aspecto principal do projeto político pedagógico do referido programa.

De acordo com Perissinotto, (2004, p. 205), se referindo a Giovanni Sartori:

Segundo este autor, a Sociologia Política é um “híbrido interdisciplinar” (1969, p. 112). Isto quer dizer que o pesquisador influenciado por essa disciplina deve se orientar contra os reducionismos e deve conjugar em suas análises as variáveis típicas da Sociologia (as estruturas sociais) com as variáveis típicas da Ciência Política (as estruturas políticas) (1969, p. 109). A Sociologia Política é, portanto, uma aceitação do fato óbvio, mas atualmente relegado ao esquecimento, de que os sistemas social, econômico e político são interdependentes (1969, p. 112, 108-9).

O Programa Escola Viva é a realização de um ato político, um programa de governo, e automaticamente social, por isso um ato híbrido de pensar o conhecimento sociopolítico, uma vez que não há como pesquisar o pretendido sem considerar todo o conteúdo pertinente à Ciência Política (o que levou o governo Paulo César Hartung Gomes implantar tal política pública, os estudos de governança entre o setor público e o setor privado, a democracia inclusiva e a justiça social do Reconhecimento para jovens da educação integral básica capixaba) e conseqüentemente às Ciências Sociais (os fatos, acontecimentos ou fenômenos sociais ocorrentes entre 2015 a 2018) na contemporaneidade.

A referida política pública é objeto de Estudo da Sociologia Política, pois a mesma conduz às variáveis sociais e políticas institucionais. Segundo Bourdieu, “para não sermos levados a naturalidade dos mecanismos sociais, nem dos mecanismos institucionais, [...] que produzem a separação entre os agentes politicamente ativos e os agentes politicamente passivos” (1998, p. 163). Tal narrativa compreende a plenitude da cidadania como resultado da democracia em movimento, vez que os atores sociais instruídos serão os futuros atores políticos ativos de toda uma sociedade.

O próprio Sartori nos confirma a importância da pesquisa com o Programa Escola Viva e sua significância com a Sociologia Política, vez que uma política pública educacional traduz uma sucessão de atos políticos, representação de poder pela instrução, por exemplo, ora, representação de poder pelo governo; mas uma sucessão de acontecimentos que aos poucos formatam uma nova compreensão social da Educação Básica no Estado do Espírito Santo, conforme se segue: [...] A

sociologia política é um híbrido interdisciplinar que tenta combinar as variáveis sociais e políticas explanatórias, isto é, os insumos sugeridos pelo sociólogo e os sugeridos pelo cientista político (1972, p. 112).

Além da compreensão sociopolítica da investigação, ressaltamos a importância da discussão sobre o que é uma escola integral no âmbito pedagógico, para tanto, o fator tempo de permanência no espaço escolar, com a exigência de profissionais de educação com dedicação exclusiva ao programa e inúmeros jovens insatisfeitos com o ensino básico parcial com poucos investimentos se submetem a uma jornada/rotina integral na escola. O fator tempo e os vultosos investimentos com essa política pública se fundem e proporcionam inúmeros questionamentos sobre o programa e os seus resultados na sociedade capixaba.

Há uma diferença entre tempo integral e educação integral. O tempo integral é o lapso temporal integral de permanência do estudante no espaço escolar, uma dilatação de tempo sobre a educação parcial. Esse tempo integral traduz turbulência social, uma vez que, em se tratando de jovens da educação básica, muitos em razão de serem arrimo de família, provedores de sua subsistência, ou menores aprendizes não estão dispostos ao ensino integral, pois, o labor é a prioridade em suas vidas, o que sustenta ainda a necessidade do ensino público parcial, ou seja, no interior do Estado do Espírito Santo, o labor nas inúmeras lavouras, feiras-livres de hortaliças e outros produtos, bem como a serviço do comércio ou prestação de serviço local. O que ocorre de forma diferenciada na região da Grande Vitória, onde os serviços do campo existem em menores proporções, mas o comércio e a prestação de serviço são a maioria das atividades desses jovens que labutam na jornada parcial ou integral.

Segundo Freire:

É o meu bom senso, em primeiro lugar, o que me deixa suspeito, no mínimo, de que não é possível à escola, se, na verdade, engajada na formação de educandos educadores, alhear-se das condições sociais culturais, econômicas de seus alunos, de suas famílias, de seus vizinhos (1996, p. 26).

Paulo Freire apresenta uma discussão sobre a escola e o seu engajamento com a sociedade, considerando que a condição social, cultural e econômica do educando deve ser sempre respeitada, observando que esse respeito deve extrapolar a comunidade escolar e atingir suas famílias, seus vizinhos, pois

ensinar e aprender são conjugados no mesmo momento, um contrato de permuta de experiências. O Programa Escola Viva apresenta muitas possibilidades teóricas do contrato ensinar aprender em uma educação integral com currículo diferenciado pela autonomia do aluno do programa, uma troca em prol de democracia e justiça.

A educação integral se refere à epistemologia do ensino e seus resultados dentro e fora do espaço escolar. Uma visão de que o estudante necessita para compreender diversas culturas, ter mais acesso às diversas mídias no quesito tecnológico como formador de opinião sócio política, mercadológica e todas as possibilidades de empreendedorismo na forma de oportunidades de trabalho. O programa entende que a combinação desses elementos é essencial para a formação da dignidade da pessoa humana no que tange ao propósito de inclusão social em uma política pública contemporânea. A discussão da meritocracia para os casos de sucesso entre a maioria dos jovens que cursam a Educação Básica no ensino público faz parte da demagogia da sorte, pois a educação pública estadual capixaba não apresenta melhores resultados que a educação privada capixaba, que inclusive trabalha com educação integral há várias décadas.

Para além das teorias pedagógicas, outra questão importante diz respeito ao orçamento destinado à educação, vultosos investimentos para a educação integral devem ser bem aproveitados, pois, a educação básica parcial também necessita de recursos públicos e ainda tem o seu lugar na sociedade como uma realidade.

Contudo, a questão da descontinuidade com que as políticas educacionais devem ser pensadas para o médio e longo prazo é essencial para a satisfação social, uma vez que Saviani apresenta a segunda natureza como o resultado do trabalho educativo, a cidadania, é o que se segue, [...] o trabalho educativo tem que se desenvolver num tempo suficiente para que as habilidades, os conceitos que se pretende sejam assimilados pelos alunos, de fato, se convertam numa espécie de segunda natureza (2011, p. 107).

As políticas públicas educacionais devem ser pensadas enquanto propostas de Estado e não limitadas ao tempo dos governos, uma vez que o processo para a sua completa implementação exige mudanças complexas no cenário educacional.

Enfim, o Projeto Político Pedagógico do Programa foi demonstrado em conjunto com algumas teorias sociopedagógicas para a compreensão da

necessidade de uma escola com educação integral e não apenas por tempo integral no Estado do Espírito Santo. Na próxima seção do capítulo trataremos das Diretrizes Pedagógicas e Operacionais do Programa Escola Viva.

1.4 AS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS E OPERACIONAIS DO PROGRAMA ESCOLA VIVA

As Diretrizes Pedagógicas e Operacionais do Programa Escola Viva possuem o intuito de orientar os Centros Estaduais de Ensino Fundamental e ou Médio em Tempo Integral, integrantes do Programa de Escolas Estaduais de Ensino Fundamental e Médio em turno único, o Programa “Escola Viva”, acerca da compreensão sobre os seguintes pontos: papéis e responsabilidades da Secretaria de Educação e da Equipe Escolar; organização e do funcionamento do cotidiano escolar; operacionalização das rotinas escolares; e operacionalização das rotinas pedagógicas.

A seguir, passamos a listar os aspectos mais importantes do Programa Escola Viva, e suas diretrizes operacionais e pedagógicas para visualizarmos a sua adequação enquanto política pública de educação.

O turno único escolar pressupõe inovações no espaço escolar e no pedagógico do programa, tal qual, a jornada integral dos estudantes de acordo com o currículo da Base Nacional Comum Curricular-BNCC; bem como, uma escola que busca compreender a realidade social, econômica do adolescente e do jovem, preparando-os para o intitulado “Projeto de Vida” com o bordão de protagonistas de suas próprias histórias no âmbito pessoal e profissional (ESPÍRITO SANTO/Diretrizes, 2016, p.2).

O regime em dedicação integral à unidade escolar de atuação para os professores e administradores escolares do programa contempla um espaço escolar preenchido com salas temáticas, biblioteca, quadra poliesportiva, vestiários, uma sala para atendimento privado de estudantes e demais membros da comunidade escolar, laboratório de ciências da natureza, laboratório de informática, espaço para refeições e uma sala para diversas atividades necessárias à especificidade do programa, uma política pública que teoricamente traz um diferencial para adolescentes e jovens capixabas.

Segundo Cury:

[...] a educação é um direito fundante da cidadania, o que podemos resumir que sem a educação ela estaria comprometida na sua integralidade, e que o não exercício desse direito, por sua vez, também interfere negativamente no exercício pleno da democracia do país (2002, p. 34).

As políticas públicas sociais são criadas para efetivarem direitos sociais, o que resultará em uma das vertentes da vida em democracia, a satisfatória relação entre Estado e povo. Contudo, as premissas do programa devem ser feitas para a população capixaba e não para a satisfação meramente eleitoreira de algumas elites políticas no Estado do Espírito Santo.

A Equipe Gestora é uma premissa das Diretrizes do Programa, e, é composta: do diretor escolar, coordenador administrativo e financeiro, coordenador pedagógico, coordenador de secretaria escolar; uma Equipe Pedagógica, composta de profissionais de pedagogia, coordenadores de área específica de ensino e professores em geral; bem como uma equipe de apoio que auxilia o pátio, a secretaria, laboratório de informática e ciências, e a biblioteca (ESPÍRITO SANTO/Diretrizes, 2016, p. 2).

Outro aspecto importante do programa “Escola Viva” é a forma como a gestão pedagógica e administrativa é trazida pelo documento institucional. A carga horária é dividida em discente, multidisciplinar docente e de gestão especializada, onde respectivamente são oferecidas as aulas, as atividades em regime de dedicação plena para os professores e administradores escolares, e atividades do Diretor da Escola Viva.

O projeto de vida está descrito nas diretrizes do programa, o mesmo deve responsabilizar o discente por suas escolhas na escola, o protagonismo juvenil que teoricamente estimula a criatividade do aluno e soluções de problemas de forma autônoma dentro da escola. Tudo isso possibilitando a formação de clubes juvenis e tutoria para o projeto de vida e demais ações aluno e escola. (ESPÍRITO SANTO/Diretrizes, 2016, p. 3).

O Programa possui vários documentos que embasam a gestão administrativa e pedagógica do Programa Escola Viva. Dentre eles:

Plano de Ação: documento estratégico de gestão escolar elaborado coletivamente, a partir do Plano de Ação da SEDU-Central, coordenado pelo Diretor Escolar, contendo o diagnóstico, as metas a serem alcançadas, os indicadores de resultados e de processos, as estratégias e as ações a serem empregadas; **Programa de Ação:** documento operacional a ser elaborado por membros da equipe escolar, a partir do Plano de Ação da escola, contendo os resultados de aprendizagem a serem atingidos pelos estudantes, a partir das ações definidas no Plano de Ação escolar; **Guias de Aprendizagem:** documentos elaborados trimestralmente pelos professores, para os estudantes, contendo informações acerca dos componentes curriculares, objetivos e atividades didáticas, fontes de consulta e demais orientações pedagógicas que se fizerem necessárias; **Ciclo de melhoria Contínua – Ciclo PDCA:** é um instrumento destinado a apoiar o processo de melhoria contínua, que pode ser aplicado tanto em processos administrativos quanto em pedagógicos, considerando as seguintes fases: planejar (*Plan*), executar (*Do*), avaliar (*Check*) e ajustar (*Act*). É uma ferramenta destinada para o acompanhamento e a detecção dos ajustes necessários ao final de um processo (aula, disciplina eletiva, recuperação etc.) ou até mesmo de um período letivo, na qual a equipe é orientada a realizar uma avaliação utilizando essa ferramenta, uma vez que a cultura da melhoria contínua contribui para o alcance de níveis crescentes de eficiência escolar; **Agenda Trimestral:** documento de gestão escolar, de elaboração coletiva entre o nível central e a escola, com indicação das datas de execução das ações apontadas nas estratégias do Plano de Ação da escola e nos Programas de Ação da equipe escolar [...]. Diretrizes Operacionais e Pedagógicas do Programa Escola Viva. Secretaria de Estado da Educação – SEDU/ES Edição, dezembro, (2016, p. 3).

A formatação dos presentes documentos, formulários e guias do Programa Escola Viva são condições essenciais e probatórios para que o elemento teleológico se confirme, a preparação para vida com a autonomia, e uma forma diferente de pensar o futuro da juventude capixaba.

Em uma proposta teoricamente humanizada o documento traz a necessidade de compor as turmas observando o gênero do aluno, nomes, homônimos, idade, estudantes retidos em prol da diversidade e o bom convívio com as diferenças, sempre repensando a composição das turmas.

Dentre todas as teorias do Programa Escola Viva, a imperativa é a Pedagogia da Presença que pretende apresentar um modelo de educação pelo exemplo que evidencia a necessidade de esforços por toda a comunidade escolar para a formação do jovem do Programa e do sentimento de valorização do docente do Programa (ESPÍRITO SANTO/Diretrizes, 2016, p. 6).

O Acolhimento é outro aspecto do Programa Escola Viva, o “marco zero” da primeira atividade do Programa, como primeira responsabilidade da comunidade escolar, onde nesta oportunidade será criado o portfólio individual do discente do programa (ESPÍRITO SANTO/Diretrizes, 2016, p. 6).

A Avaliação Diagnóstica teoricamente é uma proposta democrática de vislumbrar resultados por toda a comunidade acadêmica. A mesma está listada como a primeira tarefa da Coordenação Pedagógica, com cem por cento da participação dos estudantes, além do marco zero da prática pedagógica com a prática de alinhamento de conteúdos pelas avaliações realizadas. E ainda, os resultados devem ser compartilhados com os tutores e com as famílias dos avaliados (ESPÍRITO SANTO/Diretrizes, 2016, p. 6).

O Nivelamento é outra atribuição do programa onde existe a exigência da participação de todos. A Coordenação Pedagógica deve liderar o nivelamento e observar individualmente as especificidades individuais dos alunos com uma análise detalhada dos resultados da Avaliação inicial por currículo, turma e discente (ESPÍRITO SANTO/Diretrizes, 2016, p. 6).

Como premissas do Programa Escola Viva estão as Disciplinas Eletivas. Elas devem se apresentar de forma semestral e por escolha do discente, eis a discussão sobre liberdade de escolha da disciplina, o que cumpre várias críticas em razão da grande responsabilidade por parte de alunos do Ensino Fundamental no Programa Escola Viva, vez que, têm o condão de aprofundar, consolidar e enriquecer o repertório dos estudantes, o que mesmo alinhado à pedagogia do Programa devem resultar em um produto ou evento de autoria do aluno. Em contrapartida cabe o exemplo da educação finlandesa, vez que a mesma confere liberdade de escolha por parte dos discentes e é considerada como o melhor modelo de educação pública do mundo⁵.

Os chamados Clubes de Protagonismo devem evidenciar a necessidade do estímulo, apoio e acompanhamento às iniciativas dos jovens que recebem consultorias dos professores para exercerem suas autonomias (ESPÍRITO SANTO/Diretrizes, 2016, p. 6).

Os Líderes de Turmas devem apresentar uma nova roupagem para estimular a autonomia dos demais alunos e o exercício da democracia nas eleições, a participação dos discentes nas decisões escolares. Os encontros, rotinas entre os líderes e a direção escolar devem organizar uma agenda mensal para a comunicação entre líderes e liderados (ESPÍRITO SANTO/Diretrizes, 2016, p. 6).

⁵ A educação da Finlândia é regida pelo princípio da igualdade e da inclusão social e a carreira de professor tornou-se uma profissão das mais preferidas entre os finlandeses. Acesso em 12 de dezembro de 2018. <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45489669>.

As diretrizes operacionais e pedagógicas do programa devem estar alinhadas com o seu projeto político pedagógico, e a inovação perpassa pelos ditames desses documentos, onde a mesma poderá ser verificada na Pedagogia da Presença, na Educação Interdimensional e na Concepção de Currículo.

A Educação Interdimensional deve abranger o discente como um todo, a sua espiritualidade, aspecto corporal, cognição, sensibilidade, estética e responsabilidade para a construção de sua segurança ontológica.

A Concepção de Currículo deve ser uma interação entre docentes e discentes para a elaboração da história acadêmica do aluno, uma concepção de construção da trajetória do nível de escolaridade, um projeto de vida (ESPÍRITO SANTO/Diretrizes, 2016, p. 32).

Por fim, apresentamos os principais aspectos das Diretrizes Operacionais e Pedagógicas do Programa Escola Viva, onde os mesmos devem embasar a rotina diária dos discentes e docentes nas unidades escolares desta política pública educacional. O que permite a apresentação da próxima seção, onde o Programa Escola Viva se estabelece enquanto política pública e oferta educação integral para todo o Estado do Espírito Santo.

1.5 O PROGRAMA ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA CONTEMPORÂNEA COM UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO CAPIXABA

Na tentativa de conceituarmos política pública, empreendemos uma tarefa nada fácil, vez que a mesma advém do poder político e que apenas toma forma por meio de programas públicos, leis, projetos, campanhas publicitárias, notas e esclarecimentos públicos, inovações tecnológicas, subsídios governamentais, rotinas administrativas, decisões judiciais, governança, gasto público direto, contratos públicos, dentre outras formas.

O Plano Nacional de Educação-PNE, decênio (2014 a 2024) apresentou diversas normativas, dentre elas as de educação integral, como o Programa Escola Viva. Esta legislação apresenta a normativa de que os entes federados devem configurar os seus planos de educação, ou adequar os planos já legislados de forma a articular políticas educacionais com demais políticas sociais. Exatamente nesse propósito teórico prescreve educação integral para até cinquenta por cento das escolas públicas estaduais no Estado do Espírito Santo. O artigo 8º do Plano Nacional de Educação - PNE estabelece o que se segue:

“Art. 8º Os estados, o Distrito Federal e os municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de um ano contado da publicação desta lei. § 1º Os entes federados estabelecerão nos respectivos planos de educação estratégias que: I – assegurem a articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais, particularmente as culturais; II – considerem as necessidades específicas”. (2014, p. 46).

Contudo, o Programa Escola Viva foi apresentado à sociedade capixaba, pois a mesma vem demonstrando inúmeros problemas de desigualdade social no que dispõe ao jovem sua formação escolar e cidadania. Tudo isso, pode ser proveniente da rigidez hierárquica fundada na exploração e repleta de injustiças sociais, uma reprodução da realidade nacional.

De acordo com Souza, “a política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz” (2006, p. 36). Nessa compreensão, há o envolvimento de vários atores, participantes formais e informais; e várias decisões abrangentes que evidenciam uma intenção de luta em busca de melhorias no contexto sócio político, em especial uma sociedade em desenvolvimento.

A presente investigação permite verificarmos o que de fato acontece com a política pública Programa Escola Viva no Estado do Espírito Santo, pelo exposto nos documentos pertinentes ao programa, e tomando por base dados coletados em entrevistas aos professores e administradores escolares das escolas investigadas, conforme análise procedimental no quarto capítulo.

Para Faria, no campo das políticas públicas, compreende-se que:

Se o campo da análise de políticas públicas se institucionaliza com a definição das políticas como variáveis dependentes, as variáveis independentes na interpretação da produção das políticas passam a ser, inicialmente, quase exclusivamente aquelas relacionadas ao poder. (2003, p. 22).

A política pública de Educação “Programa Escola Viva”, deve ultrapassar a gestão do então governador Paulo Hartung, ainda que o nome “Escola Viva” seja modificado por outro nome; esperamos que o mesmo não seja um mero ato de poder do governo do Estado do Espírito Santo.

Segundo Reis, a relevância das políticas públicas pode ser observada da seguinte forma:

Como ponto de partida, quero chamar atenção para o fato de que “políticas públicas” é uma das especializações que responde mais diretamente ao imperativo da relevância na prática das ciências sociais. Seja analisando a formulação, a implementação ou os resultados de políticas, os especialistas podem ver de maneira bastante clara e imediata como suas análises interpelam situações concretas, examinam tecnicamente problemas empíricos específicos e podem servir para legitimar ou deslegitimar as escolhas políticas efetivas. É precisamente esse aspecto da relevância prática que mais me atrai nessa área. Ou seja, o fato de que, em princípio, ela não se furta ao imperativo da utilidade social e que, mesmo quando adota uma postura crítica, ela o faz apostando na possibilidade de cursos de ação alternativos. Em outras palavras, trata-se de uma área propositiva, pelo menos em tese. (2003, p. 11).

O programa Escola Viva torna-se relevante para o estudo da Sociologia Política enquanto política pública, pois as engrenagens das ciências sociais são as políticas sociais. O que também justifica a presente investigação.

Todavia, o entendimento de políticas públicas em uma percepção de educação e mercado reguladas pelo Estado assiste-se à concentração de mecanismos que operam como barreiras ao mercado, inibindo o seu curso desenfreado e possibilitando ao indivíduo desfrutar de um mínimo de igualdade de direitos. A regulação social é responsável pela integração entre educação e desenvolvimento econômico, possibilitando o desenvolvimento de programas educacionais que determinam o acesso ao ensino superior e ao mercado de trabalho para o grupo das resistências, a classe proletária, a mulher, o afrodescendente, os indígenas, dentre outros, pois a produção dos governos é mais importante que as discussões de Estado.

Entretanto, mais do que acesso aos cursos universitários e ao mercado de trabalho, as políticas públicas de educação, em especial, o Programa Escola Viva, devem oferecer um modelo educacional de cidadania, de politização dos jovens, o que poderá resultar em uma democracia participativa e corporativa nos moldes mais específicos do ideal de democracia para discentes protagonista de sua história. Consequentemente a ação afirmativa do Estado é a política pública para os menos favorecidos.

A definição mais primária de política pública é a de Laswell. A mesma traduz que, [...] é a forma de conciliar conhecimento científico e acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo

entre os cientistas sociais, grupos de interesse e governo (1936, p.36). O que nos remete observar que com a problemática proposta, o Governo do Estado do Espírito Santo se comprometeu com a sociedade capixaba, no intuito da melhoria da Educação Básica para que seus estudantes possam estar em situações confortáveis junto aos índices de desenvolvimento estudantil, e ainda, em condições semelhantes aos estudantes da Educação Básica da rede privada de ensino.

Nesta compreensão, ao analisarmos a Educação Básica do Estado do Espírito Santo, fazemos referências ao IDEB–Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, demonstrado pelo INEP–Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira⁶, e segundo o SAEB-Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica podemos observar que no ano de 2017, o índice de desenvolvimento da educação básica capixaba para o Ensino Médio foi a mais satisfatória em nível federal. O que evidencia um avanço na Educação Básica capixaba.

O Estado do Espírito Santo obteve 4,4 pontos, o maior do país. Ainda assim, o Estado não atingiu a meta de 5,1 pontos imposta ao cenário educacional capixaba para o ano de 2017. De acordo com o INEP-Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, autarquia responsável pelo índice de desenvolvimento na educação básica:

Apesar do crescimento observado, o país está distante da meta projetada”, avalia o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pelo Ideb. O índice avalia o ensino fundamental e médio no país, com base em dados sobre aprovação nas escolas e desempenho dos estudantes no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb). O resultado do Saeb foi divulgado na semana passada pelo MEC. Desde a criação do indicador, em 2007, foram estabelecidas diferentes metas (nacional, estadual, municipal e por escola) que devem ser atingidas a cada dois anos, quando o Ideb é calculado. O índice vai de 0 a 10. A meta para o Brasil é alcançar a média 6 até 2021, patamar educacional correspondente ao de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) <https://www.folhavoria.com.br/geral/noticia/09/2018/espírito-santo-tem-o-maior-ideb-do-pais-segundo-levantamento>. Acesso em 16 de Dezembro de 2018.

A gestão Paulo Hartung (2015 a 2018), implantou a investigada política pública contemporânea pioneiramente nos seguintes municípios: Afonso Cláudio,

⁶ O INEP–Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira é o órgão máximo de pesquisas e estudos sobre a educação no Brasil. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em 22 de maio de 2018.

Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Colatina, Ecoporanga, Guaçuí, Lúna, Linhares, Montanha, Muniz Freire, Pedro Canário, São Mateus, Serra, Vila Velha e Vitória. No ano de 2017, a Secretaria Estadual de Educação avaliou vinte escolas para que nove delas fossem transformadas em unidades escolares do Programa Escola Viva.

Contudo, além do Programa Escola Viva no Estado do Espírito Santo, o Governo Federal criou o Programa Escola Tempo Integral, tal ação afirmativa foi anunciada na apresentação da Medida Provisória 746 que modificou o ensino médio em todo o país. O Governo Capixaba inscreveu no Programa Escola Tempo Integral do Ministério da Educação e Cultura, dez Escolas Vivas, já que o Governo Federal propõe que apenas vinte por cento das escolas sejam inseridas no programa do Ministério da Educação.

Além do exposto, e da importância desta política pública, nos deparamos com muitos estudantes que muitas vezes são arrimos de família, seja na zona urbana ou rural e que foram obrigados a cursarem a educação básica no Programa Escola Viva, ou optaram por outra medida drástica, como a evasão escolar, devido à destituição de várias escolas públicas de regime parcial para a instalação do Programa Escola Viva, como por exemplo, no município de Colatina, onde a escola mais antiga do município foi transformada em Escola Viva.

Outro aspecto que devemos observar é que segundo a Carta à Educação Capixaba do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Espírito Santo-SINDIUPES, “as estruturas físicas das unidades de ensino do estado que implantaram o programa, não estavam adequadas para receber o Programa Escola Viva”, (2015, p. 1).

Entretanto, a escola deverá cumprir com o seu papel integrador na sociedade, em uma perspectiva de justiça, democracia, cidadania, respeito à diversidade e direitos humanos na contemporaneidade. Os índices revelam bons resultados, mas ainda não representam a meta de qualidade para a Educação Básica nacional.

Nesta perspectiva, podemos compreender o papel da educação integral na redução da violência entre adolescentes e jovens e na possibilidade positiva de perspectiva futura com a formação acadêmica, moral, cultural e os desafios da família na sociedade contemporânea.

Neste cenário o Estado do Espírito Santo contemplou políticas públicas distributivas do governo federal para a Educação Básica, como o Programa Escola Viva e a Escola de Tempo Integral. A justificativa governamental para a implantação

do Programa foi à falta de investimentos na educação capixaba antes da implantação do programa, o que impulsionou uma nova forma de ver a escola no cenário capixaba, onde a educação integral passou a ser uma possibilidade para suprir a falta de investimentos no passado.

Este capítulo apresentou e descreveu o Programa Escola Viva do Governo do Estado do Espírito Santo, a sua base normativa, documentos, arquivos de mídia, relatos de sua origem e os seus principais acontecimentos; em especial, o caso da Escola Viva “Conde de Linhares”, no município de Colatina, região Noroeste capixaba. Também foram apresentadas as questões contemporâneas da política pública Programa Escola Viva, o Projeto Político Pedagógico do programa, as Diretrizes Operacionais e Pedagógicas do programa, o índice de desenvolvimento da Educação Básica capixaba em 2017, e as teorias sócio pedagógicas mais importantes do programa. Expusemos, igualmente, o debate da educação integral no Estado do Espírito Santo de acordo com as políticas públicas de Educação Básica, em especial o Plano Nacional de Educação-PNE 2014-2024.

Enfim, uma descrição que buscará no próximo capítulo a inter-relação conceitual entre a Teoria da Justiça do Reconhecimento e das teorias de Democracia Inclusiva. Tudo isso, para compreendermos a adequação do Programa Escola Viva, sob o prisma do caso da Escola Viva “Conde de Linhares”, aos parâmetros normativos das teorias de justiça do reconhecimento e democracia inclusiva.

2 JUSTIÇA, RECONHECIMENTO E DEMOCRACIA

O presente capítulo objetiva demonstrar a Justiça Distributiva e a Teoria da Justiça do Reconhecimento, suas teorias e o quanto a pesquisa pode discutir vulnerabilidade social, mas também demonstrar que pode haver justiça social com a ação afirmativa do programa Escola Viva do Governo do Estado do Espírito Santo, com o intuito de mapear um panorama geral do debate contemporâneo sobre a teoria da justiça e tratá-la no contexto da Sociologia Política, sem desconsiderarmos a interseção entre a Filosofia do Direito e a Filosofia Política. E ainda, pontuarmos as principais teorias democráticas contemporâneas e o Programa Escola Viva.

2.1 DA JUSTIÇA DISTRIBUTIVA, SUA ORIGEM E SEUS PRINCIPAIS TEÓRICOS

A origem da Justiça Distributiva está na antiguidade, na Grécia Antiga. A história nos mostra que desde a antiguidade a justiça distributiva sofreu modificações o que passou a dividir o pensamento político da justiça em antigo ou baseado na igualdade entre as pessoas. Aristóteles ensinou que o significado de justiça perpassa pela meritocracia, ou seja, dar às pessoas o que elas merecem mediante as virtudes dignas de honra e recompensa, um pensamento de justiça baseado na igualdade proporcional a alguém e a alguma coisa (FLEISCHACKER, 2016, p. 30).

Os principais teóricos que serão apresentados nesta seção, contribuíram para a construção do ideal de justiça, enquanto fenômeno social e político que envolve a investigação. Dentre eles: Aristóteles, Platão, Sócrates, Immanuel Kant, Thomas Hobbes, Hannah Arendt, Chaïm Perelman, Jürgen Habermas, Norberto Bobbio, Ronald Dworkin, Amartya Sen, e outros, que serão elencados ainda neste capítulo na problematização das teorias de justiça distributiva.

Sócrates apresentou o conceito de justiça como igualdade, a justiça como virtude no plano da ética. Nesse mesmo sentido, Aristóteles, o precursor da justiça distributiva afirma em sua obra *Ética a Nicômaco*, “na justiça se encontra toda a virtude somada” (ARISTÓTELES, 2009, p. 148).

A racionalidade ocidental orienta o ideal de justiça. Todavia, Platão trata a justiça também como virtude, pois a justiça deve ser vivenciada e não teorizada. E, nesse sentido, definiu virtude da seguinte forma:

[...] um hábito que se destina a realizar uma função que é característica do homem. A característica principal que distingue o homem é ser racional, portanto, sua virtude primordial será desenvolver sua inteligência; e como, para Aristóteles, o homem é um animal social, ele deverá desenvolver sua racionalidade no âmbito da sociedade civil politicamente organizada (ARISTÓTELES, 2002, p. 25).

Na concepção da filosofia de Platão, devemos salientar o cenário grego que apresentava vários aspectos de maior desenvolvimento em relação a outras civilizações, pois, os gregos já conseguiam distinguir a lei positiva da lei natural que representava a justiça, as discussões políticas já ocorriam e proporcionavam funcionalidade para várias teorias filosóficas helenísticas.

Em uma crítica filosófica, tanto Platão em sua obra “A República”, como Aristóteles, em sua obra “Ética a Nicômaco” tentaram estabelecer de diversas formas a diferença entre justiça e injustiça, uma embrionária justiça utilitarista de fazer o bem a todos, como produto de justiça.

Platão entende que “a justiça não é outra coisa senão a conveniência do mais forte” (PLATÃO, 2004, p. 25). O tema da justiça em Platão é tratado sob um ponto de vista ontológico. E ainda sobre a concepção de justiça platônica, compreendemos que “às ideias de ética e de virtude liga-se diretamente a ideia de conhecimento como algo necessário” (BITTAR; ALMEIDA, 2005, p. 133), ou seja, por essas ideias passamos a compreender que o conhecimento e a justiça são indispensáveis ao que é justo.

A justiça utilitarista será problematizada ainda neste capítulo. Tal crítica encontra amparo na obra “Política” de Aristóteles, onde o ser humano é um animal político, em grego *zoon politikon* que pertence a uma comunidade (ARISTÓTELES, 2010, p. 2).

Com a premissa da justiça comunitarista, que será difundida na próxima seção, o filósofo Aristóteles classificou a justiça em dois tipos: Justiça Distributiva e Justiça Retributiva. O primeiro tipo, diz respeito à distribuição de bens em uma sociedade, em uma pretensão política de fazer justiça social. E o segundo tipo nas aplicações de sanções aos que infringirem a lei. O que determina uma concepção geral de justiça.

Contudo, com uma concepção geral de justiça, havia dificuldade em direcioná-la para os menos favorecidos. O que foi resolvido pelas teorias de Immanuel Kant ao sustentar que a liberdade é a essência de toda racionalidade.

Um dos clássicos da Sociologia Política, Thomas Hobbes concebeu a justiça à ideia de pacto, que tem o significado de lei natural e retira o homem do constante estado de guerra e insegurança. Desta forma, qualquer ato que procure romper este pacto é tido por injusto: “a definição de injustiça é o não cumprimento desse pacto” (2002, p. 111).

A partir disto, os vocábulos “justo” e “injusto” passaram a ter sentido como coerção, o que obriga em caráter de isonomia os indivíduos ao cumprimento dos pactos, mediante um poder superior, uma prospecção de soberania, como um dos vindouros elementos do Estado. O Estado e a propriedade significavam justiça na perspectiva hobbesiana.

Hannah Arendt apresentou uma teoria de justiça com base na igualdade e na liberdade, o que se faz nítido, pois os seus estudos tem a importância da defesa dos direitos, da inclusão social, da informação, da cidadania, no amparo dos oprimidos, em uma visão ativista, onde o indivíduo tem direito a participação na vida sociopolítica.

Pelo entendimento de Arendt, esclarece-se que, “para os gregos antigos, na percuciente distinção proposta por ela que deve haver entre a seara pública e a privada, a igualdade lhes era de fundamental consideração dentro desta dicotomia” (2007, p. 42).

Por esta compreensão, Arendt aduz que somente há igualdade política, pois a igualdade social é um ícone para as lutas sociais. Tal afirmação consiste na máxima de que nascemos diferentes, mas podemos buscar a igualdade entre os indivíduos pela condição da capacidade de cada um para desenvolver determinadas atividades. Um resquício de quem viveu sobre o regime totalitarista e foi considerada apátrida. O que revela falta de reconhecimento social.

A obra “Ética e Direito”, de Chaïm Perelman preconizou o conceito de justiça sob o aspecto formal, vinculado à igualdade: “suas ideias se fundamentam sobre uma pauta valorativa” (2005, p. 28). Este autor advoga a teoria de que os indivíduos de uma mesma categoria devem ser tratados da mesma forma, de modo que em um sistema normativo devem haver três elementos: o valor que fundamenta a justiça; a regra que enuncia a justiça; e o ato que realiza a justiça. Perelman aduz que para a concretização da justiça deve haver a superação destes três elementos imprescindíveis para a realização do Estado Democrático de Direito.

Norberto Bobbio, outro teórico da justiça, traduziu a igualdade como um elemento da justiça social. O estudo de Bobbio remete-nos ao pensamento das desigualdades como injustiça, o que deve ser reparado, pois, um ordenamento jurídico não pode ser considerado justo se não ampara os menos abastados. Uma busca pelo ideal de justiça que reforça direitos fundamentais, seja, pela força do trabalho, da educação, dentre outros direitos.

Em entendimento à teoria de justiça de Bobbio, esclarece-se que:

Do que foi dito até agora, e do conceito que Kant tem do direito, não há dúvida de que a concepção que Kant tem do Estado é uma concepção jurídica, no sentido em que a característica da atividade do Estado é a atividade jurídica, ou seja, a instituição e a manutenção de um ordenamento jurídico como condição para a coexistência das liberdades externas (1997, p. 78).

O que traduz uma concepção formal do Direito, sua coerção e o seu impacto sobre os indivíduos em uma sociedade.

Immanuel Kant propôs uma forma diferente de pensarmos a justiça. Ele apresentou um ideal de justiça onde o indivíduo e seus desígnios igualam a toda humanidade, ocasionando dominação da liberdade individual para o dever ser, com liberdade, sem influência do meio. O filósofo propõe que o indivíduo é um fim em si mesmo. Kant expõe que “age de tal maneira que trates a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como fim e nunca simplesmente como meio” (OLIVEIRA; TROTTA, 2005, p. 6).

Jürgen Habermas em sua teoria considerou a justiça como o produto do direito, um dos fundamentos da ciência social aplicada. É o que passamos a verificar: “O Direito pode tornar real o maior desejo da humanidade, cuja demanda aparece na vontade discursiva dos indivíduos livres e iguais, ou seja, a concretização da justiça” (2004, p. 150).

Tal teoria passou a correlacionar a lei e as políticas em geral com as necessidades e atuações das pessoas em sociedade. Uma visão contemporânea de justiça, onde a problematização das teorias se fazem necessárias.

Ronald Dworkin defendeu uma justiça igualitarista, com base em John Rawls. A igualdade se traduz nos recursos de que as pessoas dispõem para realizar suas escolhas, e não no bem-estar que elas possivelmente poderiam alcançar com esses recursos, os governos devem prover uma igualdade material para todos, tendo a obrigação política de tratar a vida de cada pessoa como tendo uma

importância igual. A essa ideia, o jurista denomina justiça distributiva ou “o esquema distributivo que trata as pessoas como iguais quando distribui ou transfere recursos entre elas até que nenhuma transferência adicional possa deixá-las mais iguais em bem-estar” (DWORKIN, 2005, p. 4).

Amartya Sen, enquanto teórico de Justiça, defendeu que para toda igualdade sempre haverá desigualdade, o que não há como estender para a relação de igualdade e liberdade. A justiça de Sen é chamada de capacitária, pois sugere uma análise baseada na capacidade, cujo entendimento diverge das demais teorias de justiça, no âmbito individual e social, como por exemplo, as condições de patrimônio, renda, bens, etc.

O livro “A ideia de Justiça” é a obra prima de Sen, onde obtemos várias reflexões do que seja justiça, o que perpassa por John Rawls e vários outros teóricos do assunto. John Rawls foi o principal filósofo político da contemporaneidade, foi ele quem trouxe um novo interesse dos estudos da filosofia pela justiça, mas nem todas suas premissas merecem aplausos sem contraditório (SEN, 2012, p.1).

Outros estudiosos da justiça se dispuseram a pensar o ideal de justiça, como John Rawls. Além de Rawls, outros teóricos contemporâneos serão evidenciados na problematização da justiça distributiva e suas teorias, ainda neste capítulo.

Na modernidade, outros pensadores basearam a justiça na autonomia ou liberdade das pessoas em uma sociedade. Existem alguns teóricos que conjugam a igualdade e a liberdade para a concepção do que é justo.

Enfim, cada teoria da justiça reflete o momento histórico do pensador, ou seja, na antiguidade, seja na contemporaneidade, seja com a concepção de igualdade, seja com a concepção de liberdade. O lugar e o tempo são elementos significantes para que cada sociedade e suas vivências sejam uma constante demonstração de que o ideal de justiça sempre será perseguido por quem assim o deseja.

Na próxima seção a justiça distributiva será problematizada de forma a correlacionar suas teorias e o Programa Escola Viva do Governo do Estado do Espírito Santo.

2.2 PROBLEMATIZANDO A JUSTIÇA DISTRIBUTIVA, SUAS TEORIAS E O PROGRAMA ESCOLA VIVA

A justiça distributiva é uma expressão que advém do filósofo Aristóteles. Naquela época a justiça distributiva distribuía honra, posições de autoridade política e dinheiro. Na contemporaneidade distribui o resultado da atuação política de governos que através das políticas públicas propiciam bem-estar social através de direitos sociais, como a educação, a saúde, a moradia, o trabalho, dentre outros, em um Estado Democrático de Direito.

O Programa Escola Viva é uma política pública contemporânea, pois a educação integral para os menos favorecidos é um exemplo de justiça distributiva que tem o objetivo de proporcionar inclusão social para inúmeros jovens capixabas. Tal política procura trazer igualdade aos discentes da educação básica pública com os discentes da iniciativa privada. O programa em suas normativas apresenta a possibilidade dos jovens desenvolverem autonomia para a vida, com várias medidas de protagonismo, liderança, famílias e participação mais direta com a escola, que são tratativas de pontuar que a liberdade é significativa para o que é certo quando o verbo a ser conjugado é educar para vida.

A pesquisa tem o seu foco na Justiça Distributiva do Reconhecimento. A justiça do reconhecimento é realização humana, é luta social, é contra qualquer tipo de opressão social. A realização humana conduz a boas práticas de cidadania e justiça. O que perpassa pela origem da justiça distributiva, e questiona a justiça da meritocracia aristotélica e a injustiça social, com argumentos importantes que no caso do Programa Escola Viva, remete a política pública educacional à virtude ou ao questionamento da liberdade quanto aos direitos dos cidadãos.

De acordo com Fleischacker:

Aristóteles traça duas distinções na noção de justiça. Em primeiro lugar, ele distingue entre um sentido, depois denominado “justiça universal”, que abrange todas as virtudes - o sentido com que Platão usou a palavra em *A República* – e uma “justiça particular”, que se aplica às constituições políticas e às decisões judiciais. Em segundo lugar, ele distingue, no interior deste segundo sentido do termo, “justiça distributiva” de “justiça corretiva”. A justiça distributiva requer que honra, ou posições de autoridade política, ou dinheiro sejam distribuídos de acordo com o mérito – “todos os homens concordam que aquilo que é justo na distribuição deve estar de acordo com o mérito”, enquanto a justiça corretiva requer que os culpados por injúrias paguem pelos danos que causaram a suas vítimas de acordo com a extensão desses danos (2006, p. 29).

Nesta mesma compreensão aristotélica, passamos a seguinte indagação, como uma sociedade é justa? A resposta está nos valores que ela determina como essenciais para os seus, e automaticamente como essa mesma sociedade distribui os bens ou coisas que valoriza. Uma sociedade justa realiza a distribuição de seus bens e serviços de forma adequada, de acordo como a premissa do que é devido para cada pessoa. Mas o que é devido às pessoas? Qual motivação para essa determinante que proporciona cidadania? O mérito ou a necessidade? Segundo Sandel, “Algumas das nossas discussões refletem o desacordo sobre o que significa maximizar o bem-estar, respeitar a liberdade ou cultivar a virtude” (2012, p. 28).

Contudo, a educação integral de qualidade maximiza o bem-estar dos jovens, fazendo o que é certo, proporcionando justiça social. E essa qualidade é verificada cada vez que um jovem do programa conquista sua autonomia na sociedade pela ferramenta da educação integral. Para tanto, averiguamos a adequação do programa pelos docentes do mesmo, em um estudo de caso, conforme análise disposta no terceiro capítulo, vez que o Plano Nacional de Educação, decênio 2014 a 2024, disposto na seção 1.1 do primeiro capítulo, previu a necessidade de educação integral para uma juventude carente do essencial, sem acesso a educação de qualidade que proporciona reconhecimento, que produz autoestima, autoconfiança, que conferem direitos, e que traz respeito para os que na história da hegemonia social, jamais tiveram o prazer de disputar os mesmos postos de trabalho com os das classes mais privilegiadas da sociedade.

Assim, expusemos a vertente da justiça que se baseia no mérito ou necessidade. O Programa Escola Viva foi preparado para a inclusão dos jovens capixabas, mas existem outros jovens que não possuem a disponibilidade de cursarem educação integral, pois sua labuta é condição de subsistência para os seus familiares, o que discute o injusto na presente investigação.

A partir de então, iremos problematizar as principais teorias de justiça distributiva, tal qual, a utilitarista, a do liberalismo político de Rawls, a do libertarianismo, a do comunitarismo e a teoria do reconhecimento.

2.2.1 A teoria da justiça utilitarista

Esta teoria foi desenvolvida por estudiosos como Jeremy Bentham e John Stuart Mill, dentre outros. O primeiro pesquisador foi o precursor do assunto. O utilitarismo observa os atos e suas consequências na vida em sociedade,

conceituando utilidade social, ou seja, o que de fato é útil é justo⁷ (SANDEL, 2012, p.48). No entendimento de Jeremy Bentham, tanto as pessoas, como o próprio Estado devem verificar na utilidade o subsídio para a propositura de normas e políticas públicas em prol do princípio da máxima felicidade dos administrados.

Sandel relata que:

Bentham, filósofo moral e estudioso das leis, fundou a doutrina utilitarista. Sua ideia central é formulada de maneira simples e tem apelo intuitivo: o mais elevado objeto da moral é maximizar a felicidade, assegurando a hegemonia do prazer sobre a dor (2012, p. 48).

John Stuart Mill era discípulo de Bentham e seus trabalhos são uma árdua tentativa de conciliar os direitos individuais e a filosofia utilitarista. Sandel e as suas inúmeras tentativas de fazer a coisa certa como compreensões de justiça dispõem que:

On Liberty (1859) é a clássica defesa da liberdade individual nos países de língua inglesa. Seu princípio central é o de que as pessoas devem ser livres para fazer o que quiserem, contanto que não façam mal aos outros. O governo não deve interferir na liberdade individual a fim de proteger uma pessoa de si mesma ou impor as crenças da maioria no que concerne à melhor maneira de viver (2012, p. 64).

Nós, pesquisadores da temática justiça, passamos a continuar o percurso sobre o que é fazer a coisa certa, sempre em uma máxima de que somos livres para fazermos o que desejarmos desde que, não façamos mal aos demais indivíduos na sociedade.

2.2.2 A teoria da justiça do liberalismo político de John Rawls

O Liberalismo político de John Rawls contempla espaço para discussão de justiça e equidade, enquanto teoria de justiça distributiva.

Na compreensão de Rawls, [...] como é possível haver uma sociedade estável e justa, cujos cidadãos livres e iguais estão profundamente divididos por doutrinas religiosas, filosóficas e morais conflitantes e até incompatíveis? (1997, p. 179).

⁷ O filósofo Jeremy Bentham é o fundador da Teoria da Justiça Utilitarista; e John Stuart Mill, o seu discípulo na defesa pela liberdade individual.

Sen afirmou que:

Sem dúvida, as importantes contribuições de John Rawls para as ideias de equidade e justiça merecem ser brindadas, mas outras ideias há na sua teoria da justiça que exigem um escrutínio crítico e alguns retoques, como já sugeri. A análise que Rawls faz da equidade, da justiça, das instituições e dos comportamentos veio iluminar muito profundamente o nosso entendimento da justiça, e desempenhou – e ainda desempenha – um papel de enorme alcance construtivo e especulativo no desenvolvimento da teoria da justiça. Contudo, não convém que transformemos o modo rawlsiano de pensar a justiça num estacionar intelectual. Cumpre tirar benefício da riqueza das ideias que recebemos de Rawls – para depois seguirmos caminho, e não para tirarmos umas “férias”. É de “justitia” que precisamos, e não de “justitium” (2012. p. 123 e 124).

A ideia de equidade de Rawls possui um lugar de destaque nos estudos de justiça, mas muito ainda deve ser perseguido em um assunto sociopolítico como a justiça, qualquer freio é um entrave enorme, a sociedade e suas necessidades são globais e o seu modo de fazer o que é certo, varia de acordo com cada parte do planeta.

Este pensador objetivava a conjunção da igualdade e a liberdade para o fundamento de uma sociedade justa, onde a justiça distributiva acontecia de forma a distribuir os seus bens e serviços adequadamente. É o chamado liberalismo igualitário de Rawls.

O liberalismo igualitário de Rawls defendia o Estado ativista, com a liberdade sendo o elemento mais importante da justiça, na mesma compreensão kantiana, e tinha como premissas: o véu da ignorância, a racionalidade e não admissão do risco. A posição original de igualdade era o véu da ignorância, ou seja, tudo o que representa justiça é inicialmente uma hipótese.

John Rawls temia a opressão da minoria pela tirania da maioria, por isso, questionava o utilitarismo de forma clara a sustentar que os membros de uma sociedade devem viver e usufruir os seus direitos fundamentais com liberdade de expressão, de crença, de política, de forma cooperativa, uma simbiose entre o liberalismo clássico e os ideais da maioria dos desafortunados em qualquer sociedade.

O Programa Escola Viva se vale da teoria de Rawls para se consolidar como uma estrutura que favoreça os jovens capixabas, o que determina o papel da escola como a utilização do talento de todos em função do bem comum, já que os

jovens afortunados da nossa sociedade podem cursar a educação integral na rede privada como um privilégio social.

O sucesso da Educação Básica Integral beneficiará toda a sociedade capixaba em longo prazo, uma dinâmica social, pois uma sociedade que tem acesso à educação, e em especial educação integral, forma cidadãos que com suas competências motivam outros cidadãos para que o espaço social seja uma inspiração para as demais sociedades. É o que se espera dessa política pública contemporânea no Estado do Espírito Santo.

Enfim, o liberalismo político de Rawls diferenciou desigualdade de pobreza. Em primeiro lugar se preocupou com os desafortunados e sua ascensão, posteriormente com a desigualdade. A compreensão de esquerda de Rawls prioriza, por exemplo, a melhoria do consumo de forma a estabelecer as mudanças necessárias na estrutura social.

2.2.3 A teoria da justiça libertária ou libertarianismo

A teoria de Rawls foi duramente criticada por seu colega na Universidade de Harvard, Robert Nozick, um filósofo liberal conservador.

Em Gargarella podemos compreender o entendimento de Nozick:

O primeiro passo que Nozick dá, então, é mostrar a possibilidade de o Estado se desenvolver sem incorrer em violações de direitos. Em geral, Nozick se interessa em mostrar que o Estado mínimo não violará direitos como o direito à vida e à liberdade, que parecem centrais para o anarquista. Mas Nozick tenta mostrar, especialmente, que o Estado mínimo também é compatível com o respeito ao direito à propriedade um direito considerado fundamental pelo liberalismo conservador, embora menosprezado pelo anarquismo (2008, p. 34).

Os libertários defendem os mercados livres e o Estado, e se opõem a qualquer manifestação de regulação dos governos na liberdade individual dos sujeitos, tudo isso, em prol da liberdade humana e não das prioridades econômicas de uma sociedade. Os mesmos rejeitam o paternalismo, a legislação sobre a moral e a redistribuição de riquezas.

Nesse entendimento Michael Sandel escreve sobre os libertários que: “Sua alegação principal é que cada um de nós tem o direito fundamental à liberdade – temos o direito de fazer o que quisermos com aquilo que nos pertence, desde que respeitemos os direitos dos outros de fazer o mesmo” (2012, p. 77).

Outro crítico de Rawls foi Friederich Hayek, um defensor da não interferência do Estado na vida dos seus administrados, a chamada liberdade negativa, onde apenas a força da lei bastava para fazer justiça sem qualquer interferência das transformações sociais pelo Estado. Ele era defensor do Estado Mínimo (SANDEL, 2012, p. 78). Isso era uma imposição ao modelo redistributivo de John Rawls, onde o Estado devia tratar de forma igual todos os seus administrados em prol do bem comum. O liberalismo concebeu o sujeito separado de sua comunidade, com referências ao público e ao privado; e ao pessoal e ao político.

2.2.4 A teoria da justiça comunitarista

Esta teoria de justiça tem o seu fundamento no Comunitarismo ou a teoria crítica comunitarista ao liberalismo. O embate comunitarista lançou suas principais críticas ao liberalismo igualitário de John Rawls na década de 1980, pois era baseado nos entendimentos de Kant e Hegel, nessa teoria, os laços comunitários devem ser preservados, pois pertencemos à uma comunidade particular, desta forma valorizando o ideal de um sujeito autônomo, com a defesa de que a plena realização do ser humano deriva da mais completa integração dos indivíduos em sua comunidade como bem asseverou Charles Taylor e um dos seus principais expoentes Michael J. Sandel.

Gargarella aponta que a justiça no embate comunitarista deve ser entendida da seguinte forma:

A justiça, em contrapartida, deveria nutrir seu conteúdo a partir de nossas práticas comuns. Isso porque, na verdade, não é possível sairmos de nossa própria realidade em busca daqueles princípios ideais. Na versão da justiça defendida por esses comunitaristas, cada comunidade avalia seus bens sociais de maneira diferente, e a justiça surge na medida em que essas avaliações tem importância, e são as que dominam as distribuições de direitos e de recursos que a sociedade em questão realiza (2008, p.150).

Para Michael Sandel, os ideais comunitaristas são contrários ao pensamento aristotélico de pensar a justiça. É o que passamos a compreender pelo disposto:

Essa forma de conceber a justiça está em desacordo com o pensamento de Aristóteles. Ele não acredita que os princípios de justiça possam ou devam manter a neutralidade com respeito à vida boa. Ao contrário, ele sustenta que um dos propósitos de uma Constituição justa é formar bons cidadãos e cultivar o bom caráter. Ele não acha que se possa deliberar sobre justiça sem deliberar sobre o significado dos bens – cargos, honrarias, direitos e oportunidades – proporcionados pela sociedade (2012, p. 295).

Na verdade, quando os comunitaristas afirmam que nem todos os planos de vida são igualmente valiosos, ou sugere a adoção de políticas de proteção à comunidade que delimitam nossas escolhas, o que nos mostram é sua completa rejeição a um ideal caracteristicamente liberal que nos remete a um Estado neutro.

Nesta perspectiva, o Estado deve ser ativista, comprometido com certos planos de vida e com certa organização da vida pública, por exemplo, o compromisso de criar um ambiente cultural de diversas discussões, com fóruns coletivos e fornecimento de informações para a sociedade.

De acordo com Sandel e suas críticas, uma sociedade justa não deve ser alcançada maximizando a utilidade ou garantindo a liberdade de escolha, mas sim, o aprimoramento de uma ética política, cheia de virtudes e que procura incansavelmente mitigar os dilemas morais de uma sociedade.

O Programa Escola Viva enquanto política pública educacional é uma variável de justiça na contemporaneidade, pois as ações afirmativas ou políticas públicas são a melhor representação de justiça social, uma tentativa de reduzir as desigualdades provenientes da sociedade do capital, uma associação de virtudes e escolhas, o que nos atenta para o entendimento de Sandel, “é profunda a convicção de que justiça envolve virtude e escolha: meditar sobre a justiça parece levar-nos inevitavelmente a meditar sobre a melhor maneira de viver” (2012, p. 18).

A educação para os jovens da rede pública de ensino no Estado do Espírito Santo sofreu inúmeras avarias pelas péssimas administrações, o que caracterizou a vulnerabilidade socioeducacional no cenário capixaba.

A propósito, definirmos justiça, não é uma tarefa fácil, mas cada teoria apresentada é uma grande contribuição na busca pelo ideal de justiça. O que transcende a Sociologia Política, a Filosofia, e desafia o Direito, tanto no aspecto típico legislativo (na produção de normas), no aspecto típico executivo (na administração do bem público) e no aspecto típico judiciário (na interpretação e aplicação das normas), pois é na ciência jurídica, que os casos concretos e factíveis

são apresentados para que seus conflitos sejam dirimidos. Para tanto, o valor da prática da justiça é o melhor antídoto contra a injustiça.

A Teoria da Justiça do Reconhecimento, o referencial de justiça deste trabalho, será demonstrada na próxima seção deste capítulo.

2.3 A TEORIA DA JUSTIÇA DO RECONHECIMENTO

A Teoria da Justiça do Reconhecimento é sinônimo de autorrealização e luta contra a desigualdade social. Na realidade existem várias teorias do Reconhecimento. Tal assunto ganhou notoriedade na Filosofia Política, o que consagrou vários filósofos com a temática, pois a luta por conquistas e direitos sociais traduz reconhecimento, o que é uma forma de justiça social.

De acordo com Mendonça, os grandes nomes do reconhecimento na Filosofia Política, são: “[...] Taylor, Honneth, Fraser, Markell, Galeotti, McNay e Tully” (2012, p. 120), propuseram distintas teorias da justiça do Reconhecimento. A temática do reconhecimento trata do multiculturalismo, do feminismo, da igualdade racial, dos menos favorecidos e suas políticas, pois o ato de reconhecer se relaciona com a afirmação da identidade. Como o indivíduo se compreende e se percebe por suas características.

A escola é uma forma de reconhecimento, por isso a investigação se propôs a medir a justiça do reconhecimento e a democracia no Programa Escola Viva. As diretrizes operacionais e pedagógicas e o projeto político pedagógico do programa apresentam diversas formas de interação do jovem com a sociedade; o que inclui sua família no projeto de cidadania. O diálogo positivo, ou a interação do corpo discente do programa e a sociedade capixaba são condições apropriadas para a negociação das identidades, que ora pretende ser objeto de inclusão social.

A identidade pode ser formada pelo reconhecimento ou pela falta dele. Quando ocorre a falta ou redução do reconhecimento, nos deparamos com a opressão social. O reconhecimento deve conceder dignidade, a chamada política de dignidade e ao mesmo tempo reconhecer a singularidade de grupos e indivíduos, a chamada política da diferença.

Esta investigação não tem o intuito de mapear todas as teorias do reconhecimento e suas abordagens, mas sim, focando-se em Axel Honneth e em

Nancy Fraser e correlacionando estas teorias com o Programa Escola Viva do Governo do Estado Espírito Santo.

2.3.1 A Teoria da justiça do reconhecimento na compreensão de Axel Honneth

A Filosofia Política extraiu da ideia de Kant, “a autonomia individual”, o caráter do “dever-ser”, transformando-a em realidade social, já existente na história. Esta é a ideia original de Hegel, o que Honneth denomina de presentificação da história. A ideia de Kant propunha uma mediação entre a doutrina da liberdade dos novos tempos e a compreensão política antiga, da moralidade, da eticidade. O projeto de Honneth é uma renovação da teoria crítica, pois apresenta elementos para a luta contra a opressão social.

De acordo com Honneth:

[...] a reprodução da vida social se efetua sob o imperativo de um reconhecimento recíproco porque os sujeitos só podem chegar a uma autorrelação prática quando aprendem a conceber, da perspectiva normativa de seus parceiros de interação, como seus destinatários sociais (2009, p. 155).

A Teoria do Reconhecimento trata da identidade individual que transcende para o social, por isto, além dos conceitos de intersubjetividade de Hegel, Axel Honneth se vale das premissas sociológicas e psicológicas de Mead⁸.

Segundo Honneth:

No que segue, tentarei desenvolver em linhas gerais este tipo de arcabouço categorial unificado, recorrendo ao conceito de reconhecimento. Num primeiro passo, será brevemente apresentada a premissa segundo a qual a dependência individual de experiências de reconhecimento social explica por que o sujeito individualmente aspira a ser membro em diferentes modelos de agrupamentos sociais (2013, p. 61).

A concepção teleológica do individuo é o seu bem-estar, daí a Ciência Política ter sido também uma doutrina da vida boa e justa ao mesmo tempo em que os estudos das instituições e das leis adequadas eram fundamentados. Neste sentido Maquiavel considerava que o indivíduo devia lutar por sua auto conservação para a conquista e manutenção do principado, pois o seu livro não foi escrito para publicação, mas como um presente para um nobre da família dos *Médicis*, e

⁸ Georg Herbert Mead contribuiu para a Psicologia Social e para a Teoria da Justiça do Reconhecimento de Axel Honneth.

observava que o ódio deveria ser evitado, a lei cumprida, ou seja, um indivíduo deve ser respeitado e cumprir as normas, o que fundamenta a construção da identidade de um líder político ou social. Ademais ensinou o povo a ser governado, um ato de solidariedade (MAQUIAVEL, 2015, p. 10).

Conforme Honneth:

Maquiavel realiza sob o ponto de vista de como uma coletividade política pode ampliar inteligentemente seu poder, o fundamento da ontologia social, onde se apresentou a suposição de um estado permanente de concorrência hostil entre os sujeitos: visto que os homens, impelidos pela ambição incessante de obter estratégias sempre renovadas de ação orientada ao êxito, sabem mutuamente do egocentrismo de suas constelações de interesses, eles se defrontam ininterruptamente numa atitude de desconfiança e receio. Mas as categorias centrais de suas análises históricas comparativas estão talhadas para essa luta sempiterna por auto conservação, para essa rede ilimitada de interações estratégicas, em que naturalmente Maquiavel enxerga o estado bruto de toda a vida social, porque elas não designam nada mais que os pressupostos estruturais da ação bem-sucedida por poder (2009 p. 32).

Maquiavel desligava-se de todas as premissas antropológicas de tradição filosófica ao trazer o homem como o centro, um ser egocêntrico para ampliar inteligentemente o seu poder.

A análise conceitual da Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth, sempre defendeu que o reconhecimento é suficiente para corrigir todas as lacunas da sociedade contemporânea, com ajustes e afrontamentos. Desta forma, os indivíduos alcançam autonomia para a manutenção de suas dignidades, ou seja, tenham reconhecimento. Esta tese de justiça distributiva se confirma no Estado Liberal contemporâneo apresentando muitos desafios, dentre eles a conquista da cidadania e da justiça.

Axel Honneth é na contemporaneidade, um dos mais expressivos representantes da teoria do reconhecimento. Preliminarmente ele tenta provar a insuficiência das críticas habermasianas que na dimensão intersubjetiva da sociedade, incluem as instituições, e, posteriormente Honneth prioriza o desenvolvimento de sua própria teoria, a inserção da luta pelo reconhecimento para complementar o entendimento de Jürgen Habermas. A teoria do reconhecimento é uma luta por conquistas e conservação de direitos.

Contudo, em observação à Teoria da Justiça do Reconhecimento de Axel Honneth, e a compreensão da significância de indivíduo na contemporaneidade,

observamos a exigência de um indivíduo que tem confiança e segurança ontológica bem definidas, mas que convive com as consequências da modernidade. Os atores sociais devem ser protagonistas de suas relações, bem como de cidadania, o que resulta da afirmação de que a teoria do reconhecimento é uma teoria de justiça.

Honneth aduz que:

Nessa tese de Hegel, que certamente se delineara nos escritos investigados só a traços largos, entram duas afirmações igualmente fortes: em primeiro lugar, que faz parte da condição de um desenvolvimento bem-sucedido do Eu uma sequência de formas de reconhecimento recíproco, cuja ausência, em segundo lugar, se dá, a saber, aos sujeitos pela experiência de um desrespeito, de sorte que eles se vêem levados a uma "luta por reconhecimento"; as duas hipóteses permanecem ligadas as premissas da tradição metafísica porque estão engatadas no quadro teleológico de uma teoria evolutiva que faz o processo ontogénico da formação da identidade passar diretamente a formação da estrutura social (2009, p. 122).

Estas lutas nascem do desrespeito social, onde certos grupos são considerados inferiores por condições de gênero, raça, condições econômicas, dentre outras formas de opressão social. Tal percepção confere indignação e pode desencadear ações políticas, que são levadas para movimentos sociais através de seus coletivos, grupos que lutam por melhores condições de justiça social, com base na igualdade e na liberdade. O que correlaciona a justiça distributiva do reconhecimento com as políticas públicas contemporâneas e a democracia.

A investigação procurou evidenciar que o indivíduo é construído e reconstruído pela compreensão de uma única categoria, a do reconhecimento. Considerando que o reconhecimento é uma tese de justiça social, a pesquisa buscou nos estudos de Axel Honneth a compreensão do sujeito, seus atos e consequências. Honneth desenvolveu essa conclusão evidenciando o primeiro elemento da sua teoria do reconhecimento a partir dos estudos da psicologia social conjugados com a filosofia, da categoria da dependência absoluta. Esta categoria designa a primeira infância, uma unidade entre filho e mãe, ou seja, o "amor". Aos poucos, com a necessidade do espaço potencial, ou seja, a ausência da proteção materna, a independência da criança é estabelecida.

Esse é o primeiro rascunho do indivíduo, pois a ausência da mãe promove o desenvolvimento da capacidade de autonomia sobre certas perspectivas do momento, ou seja, a criança começa a entender que a mãe é uma pessoa com direitos e deveres próprios, por isso, qualquer comportamento hostil por parte da

criança é uma espécie de luta, que se faz necessária para reconhecer que sua mãe tem vida própria, é a gênese do reconhecimento no outro, do auto reconhecimento e da confiança pela proteção materna ou do responsável.

Segundo Honneth, “a partir dessa experiência de reconhecimento recíproco, os dois começam a vivenciar também uma experiência de amor recíproco sem regredir a um estado simbiótico.” (2003, p. 164).

A partir de então, listamos o elemento “amor”, como um dos elementos da Teoria da Justiça do Reconhecimento. Este elemento é fundamental para o indivíduo, pois permite a construção da sua autoconfiança, do autorrespeito, o que justificará a moralidade de qualquer indivíduo no meio social.

O que se confirma pela teoria honnethiana:

[...] o reconhecimento do amor é o núcleo fundamental de toda a moralidade. Portanto, este tipo de reconhecimento é responsável não só pelo desenvolvimento do autor respeito, como também, para a participação em todas as esferas sociais (2003, p. 172).

Ademais, a correspondência das necessidades físicas e emocionais nos nossos relacionamentos primários, na boa relação com a nossa família, com nossos companheiros, nossos amigos mais próximos, e até mesmo com nosso amor próprio, nos remete ao cuidado ou proteção que traz a sensação de que somos inseridos em algum grupo, pertencemos a algum grupo.

Em uma segunda análise, o “direito” entra em destaque na discussão. O direito é o segundo elemento da Teoria da Justiça do Reconhecimento. O que mais uma vez configura segurança ao indivíduo, pois reconhecer os seus direitos e deveres em sociedade cheia de desafios de sobrevivência, é uma força necessária para nos postularmos como protagonistas de nossas histórias.

No mundo moderno, em uma sociedade que nasceu no século XVIII, encontramos uma nova forma de reconhecimento, pois a tradição e a segurança não são premissas para a convivência em sociedade. O que surge é o reconhecimento sem a observância do *status*.

De acordo com Marshall:

[...] só com o desacoplamento entre as pretensões jurídicas individuais e as atribuições sociais ligadas ao status se origina o princípio de igualdade universal, que daí em diante vai submeter toda a ordem jurídica ao postulado de não admitir mais, em princípio, exceções e privilégios (1963, p.67).

A vida moderna e sua nova estrutura não devem permitir certos privilégios para determinados indivíduos, o próprio conceito de justiça social não coaduna com tal prática.

O direito deve ser um elemento presente para todos os sujeitos que convivem na sociedade, sua abrangência deve ser de acordo com as necessidades dos indivíduos. Então, Honneth analisou o direito como uma nova forma de reconhecimento, junto à moralidade, e do direito sem juízo de valor, mais um acontecimento da era moderna. No elemento de justiça do reconhecimento, “direito”, passamos a desenvolver responsabilidades morais através das relações com o outro; verificamos em nós, a perspectiva do outro como detentor de direitos iguais; desenvolvemos autonomia, pois caso haja a negação de direitos, temos uma ameaça ao caráter de identidade individual e social.

Na busca pelo entendimento das formas de reconhecimento e o Programa Escola Viva, a pesquisa traz a educação como direito social que confere dignidade. A luta por reconhecimento é uma batalha, fator determinante para o estabelecimento da vontade humana nas relações sociais.

Honneth constatou ainda que, os atores sociais só conseguem desenvolver a confiança quando se sentem reconhecidos. Consequentemente, as próprias regras de direito fundamental de qualquer Estado devem promover dignidade, ou seja, reconhecimento do seu povo.

O terceiro elemento de análise da Teoria da Justiça do Reconhecimento é a “solidariedade”. Axel Honneth apresenta uma teoria complementar aos ditames hegelianos, pois Hegel compreendia valor na interação humana sem considerar a individualidade do ser humano. A individualidade é uma vertente da modernidade, e Honneth observou que mesmo dentro do espaço individual, podemos observar a solidariedade. No caso das relações sociais, Honneth analisa a transição do mundo pré-moderno ou tradicional para o mundo moderno como a mudança estrutural da solidariedade, o sujeito social é individual.

Senão vejamos Domingues:

[...] a individualidade da modernidade, deve-se considerar a rede de relações de que dispõe o sujeito e o reencaixe nos processos de distinção, por meio dos quais os indivíduos e as subjetividades coletivas se inserem no espaço social. A classe social deve ser cruzada com outras duas formas de estratificação cultural: a subordinação da mulher e o racismo (2005, p. 57).

A sociedade moderna remodelou a solidariedade. É nítida a preocupação do autor, quando complementa os estudos hegelianos e insere a individualidade na solidariedade, pois o indivíduo na modernidade deve ser reconhecido pelo elemento solidariedade mesmo sem desprezar a intersubjetividade de cada indivíduo.

Os ensinamentos honnethianos trazem em pauta a ideia de que uma pessoa desenvolve a capacidade de sentir-se valorizada somente quando as suas capacidades individuais não são mais coletivizadas, isso acontece no mundo moderno.

Contudo, a conjunção da solidariedade e da individualidade formata um novo reconhecimento, a autoestima ou valor em relação aos objetivos sociais compartilhados. O que revela uma relação íntima do indivíduo com ele próprio. A solidariedade na modernidade está disposta em um conjunto de relações sociais na mesma medida entre indivíduos autônomos e a possibilidade de os indivíduos desenvolverem a sua auto realização. Há negação de reconhecimento quando ocorre falta de respeito com as minorias da sociedade contemporânea.

O indivíduo deve ser reconhecido por sua autonomia ou um resultado prático-social contingente que sempre depende da relação com os outros. É pelo reconhecimento intersubjetivo de nossa liberdade que o direito é realizado. Existe a dependência do outro, que pode ser o indivíduo e até mesmo o Estado para firmar o seu reconhecimento. A injustiça deve ser sanada, pois ela mina a participação social, o que é bem visto em um cenário de crise econômica, política, positivista e social, consequências da modernidade.

Axel Honneth assevera que:

[...] os sentimentos morais assumem a função de aceleração ou retardamento da evolução moral e histórica da sociedade e o modelo da luta por reconhecimento passa a ser visto como o ponto de vista normativo, a partir do qual é possível definir o estágio atual do desenvolvimento moral da sociedade (2003, p. 270).

O modelo da luta por reconhecimento de Axel Honneth apresenta uma espécie de gramática, onde as experiências de injustiça podem ser minoradas por uma teoria que apresenta elementos em busca de reconhecimento social. Os elementos possibilitam um indivíduo reconhecido pelos seus direitos, seus deveres, pelos amores, pela consciência do seu eu, e ainda pela solidariedade moderna que define a individualidade como um desafio de viver a solidariedade, mas como uma

hipótese moderna de convivência. Na sociedade o conflito nasce das pretensões, o autor compreende que um sujeito reconhecido dirime com mais facilidade seus conflitos intersubjetivos.

Um indivíduo bem resolvido com a sua autoestima, no campo afetivo, no direito e nos seus deveres, na convivência social, ou seja, na solidariedade possui o que há de melhor para que as relações sociais sejam mais bem vivenciadas. Tudo isto, por que o reconhecimento mútuo de nossas características e habilidades nos caracterizam como indivíduos.

Enfim, novos estudos sempre serão bem vindos, visto que, a teoria do reconhecimento é recente na contemporaneidade, mas bem delineada por Axel Honneth. O autor se vale da ideia de vários filósofos, sociólogos, cientistas políticos e psicólogos, dentre outros, todos em busca da construção de uma teoria sócio-política que trate os diferentes com a respeitabilidade necessária. O que prova que esta teoria é suficiente para corrigir todas as lacunas de opressão social da sociedade contemporânea.

2.3.2 A Teoria da justiça do reconhecimento na compreensão de Nancy Fraser

A Teoria do Reconhecimento defendida por Nancy Fraser advoga uma concepção integrada de justiça, onde reconhecimento se complementa pela redistribuição e a participação paritária.

A sua principal crítica está na Teoria da Justiça do Reconhecimento na compreensão de Axel Honneth, o reconhecimento isolado não concretiza a justiça, necessita da busca de uma distribuição mais justa de recursos e bens, de reconhecimento para determinados grupos sociais e representação como um domínio simbólico.

Pelo entendimento de Fraser, podemos observar que o reconhecimento não é ideia central da sociologia e da psicologia moral, onde se correlaciona com a noção de autorrealização individual, mas sim, como uma questão única de justiça distributiva. A tese mais importante da filósofa é a seguinte: “a justiça requer tanto redistribuição quanto reconhecimento” (2010, p. 168).

A autora pesquisa e aprimora um conceito de justiça que é bidimensional, pois sua investigação tem a tarefa de construir uma orientação cartilha da melhor

forma de integrar a política da redistribuição com o melhor da política do reconhecimento.

Contudo, em observação à Teoria da Justiça do Reconhecimento de Nancy Fraser compreendemos que o ponto principal para Fraser segundo o artigo científico “Redistribuição versus reconhecimento: apontamentos sobre o debate entre Nancy Fraser e Axel Honneth”, é o que se segue (LUCAS; CADORE, 2010, p. 31).

O ponto principal é que, para Fraser, é preciso complementar o conceito de reconhecimento com o de redistribuição. Esta proposta é rejeitada por Honneth, uma vez que, para ele, as questões de justiça distributiva seriam tratadas melhor no quadro da Teoria do Reconhecimento. Destarte, a diferença básica entre o pensamento de Honneth e de Fraser é que, para ele, o reconhecimento engloba a redistribuição, enquanto ela não reduz um ao outro, pois tem uma concepção bidimensional. Além disso, percebe-se que Taylor e Honneth colocam a questão do reconhecimento no contexto de auto realização (tendência culturalista) (2010, p. 38).

A redistribuição, enquanto política abrange as orientações em classes sociais, como o liberalismo da social democracia ou socialismo, mas também aquelas formas de feminismo e antirracismo que prospectam as reformas socioeconômicas na forma de solução para as injustiças de gênero, étnicas, e raciais. O que amplifica o sentido de política para além das identidades depreciadas e trata do feminismo cultural, o nacionalismo cultural negro e a política de identidade homossexual, como a *queer politics*, uma defesa contra a perversa ideia de que toda a normativa homossexual é desprezível e que toda normativa heterossexual é politicamente correta⁹.

Nancy Fraser critica o reconhecimento de Axel Honneth, pelo fato de sua teoria mirar na injustiça do multiculturalismo, como padrões de representação e comunicações sociais. O reconhecimento em Fraser apresenta solução para essa injustiça, uma reavaliação das identidades desrespeitadas, a diversidade cultural deve ser valorizada no tocante ao que é fazer justiça.

A redistribuição denota que as classes sociais exploradas, trabalhadores, imigrantes, minorias étnicas, subclasse, mulheres sofrem as maiores injustiças, pois não possui o status de membros da hegemonia eurocêntrica, homem branco

⁹ Teoria que representa um movimento que celebra a diferença entre opções sexuais e que se opõe tanto ao assimilacionismo quanto à segregação.

heterossexual. O que se corrobora pela má distribuição socioeconômica, ao passo que quaisquer injustiças sociais são derivadas do fator econômico.

Todavia, segundo esta teoria, a redistribuição é o melhor remédio para fazer o que é certo. De acordo com Fraser: “O núcleo da injustiça será a má distribuição socioeconômica, ao passo que quaisquer injustiças culturais concomitantes derivarão, em última instância, da estrutura econômica” (2010, p. 172).

O que correlaciona o Programa Escola Viva com as ideias de Fraser, vez que a prestação de serviços sociais pela oferta de educação integral é uma tentativa de fazer girar positivamente a roda do trabalho, que sempre foi um fator de exploração e privação da vida material adequada aos mais vulneráveis na sociedade. O que propõe uma realidade inclusiva, onde os índices de educação passem a mostrar que os jovens da educação integral capixaba podem almejar melhores posições no mercado de trabalho.

O reconhecimento de classe se inicia pela adequada redistribuição de acesso a educação na política pública Programa Escola Viva, onde um novo currículo e os inúmeros talentos são uma busca constante para a não estigmatização dos menos favorecidos.

Como expoente feminista, Fraser trata a injustiça de gênero como um tipo de injustiça econômica, e por isso, requer a tratativa da redistribuição. Tal discussão traz à tona a depreciação do que significa feminino. Para essa problemática de gênero, e de raça, a filósofa sugere o binômio redistribuição e reconhecimento; o que no caso dos subalternos, apenas a redistribuição serve como medida de justiça social.

Em uma importante observação, a autora em um artigo científico, “Da redistribuição ao reconhecimento”? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”, permite que possamos compreender que: “Enquanto a lógica da redistribuição é acabar com esse negócio de “raça”, a lógica do reconhecimento é valorizar a especificidade do grupo” (2006, p. 236).

A segregação dos grupos sociais é uma pretensa injustiça social para a filósofa, a tão almejada igualdade não deve diferenciar os indivíduos, pelo gênero, pela raça, ou qualquer outra atribuição formadora das classes sociais ou *status*.

A desigualdade social é o entrave social mais urgente, para essa situação, a autora aduz que: “Remédios transformativos reduzem a desigualdade

social, porém sem criar classes estigmatizadas de pessoas vulneráveis vistas como beneficiárias de uma generosidade especial” (2006, p. 238). Na visão de Fraser, o reconhecimento puro é gerador de diferenças de grupos, uma questão de desigualdade social.

Para finalizarmos a presente teoria, é salutar compreendermos que Nancy Fraser entende que a justiça contemporânea requer a atuação da redistribuição e do reconhecimento para dirimir a problemática da vulnerabilidade social, sem deixar de mencionarmos a importância da participação paritária como seu núcleo normativo. A filósofa questiona como podemos integrar a redistribuição ao reconhecimento. Mais uma vez, novas pesquisas sempre serão bem vindas, visto que, a teoria do reconhecimento de Nancy Fraser, é algo novo no cenário da justiça social que se constrói a cada teoria própria, e se apropria do entendimento de vários filósofos, sociólogos, cientistas políticos e economistas, dentre outros, todos em busca de uma justiça realmente distributiva, com o seu principal instrumento, as políticas públicas na contemporaneidade.

Na próxima seção haverá a Inter correlação entre Axel Honneth e Nancy Fraser e suas teorias acerca da Teoria do Reconhecimento e o Programa Escola Viva.

2.4 O PROGRAMA ESCOLA VIVA E A JUSTIÇA DO RECONHECIMENTO POR AXEL HONNETH E NANCY FRASER

A chamada Meta Seis do Plano Nacional de Educação, a Lei nº 13.005 para o decênio de 2014 a 2024 que estabeleceu como meta “[...] oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos (as) alunos (as) da Educação Básica” (2014, p. 59), determinou a necessidade da educação integral em todo o país.

O que impulsionou o Governo do Estado do Espírito Santo em sua gestão 2015-2018, na criação da oferta de educação integral, a Lei Complementar nº 799, de 12 de junho de 2015 (ESPÍRITO SANTO, 2015, p. 1), o Programa de Escolas Estaduais de Ensino Médio em turno único, “Escola Viva” no Estado do Espírito Santo, como uma possibilidade de minorar a vulnerabilidade social dos jovens capixabas. O que foi evidenciada na seção 1.1 do primeiro capítulo deste trabalho, com o resultado positivo do desenvolvimento da Educação Básica em 2017, isso, no

intuito de demonstrar que pode haver justiça social com a ação afirmativa do programa Escola Viva do Governo do Estado do Espírito Santo.

A busca por melhores resultados na área de educação é uma virtude ou justiça para qualquer sociedade, o que permite o Programa Escola Viva ser pautado nas orientações das Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio-EM, do Exame Nacional de Ensino Médio e do Plano Nacional de Educação-PNE 2014–2024, em virtude de expansão de ofertas, de qualidade da educação básica, de financiamento e custo e conseqüentemente a expansão da educação em tempo integral.

Em correlação com a Teoria da Justiça do Reconhecimento de Axel Honneth, uma questão de justiça social através do reconhecimento, a escola deve ser uma síntese de justiça, articulando com as práticas sociais para a determinação de auto reconhecimento de cada discente do programa que se percebe com autoestima, com autoconfiança e com autorrespeito pelo curso da Educação básica em uma educação integral.

Ademais, a liberdade é um elemento da justiça que proporciona cidadania, inclusão social, autonomia, quebra de paradigmas de dominação ou hegemonia, libertação, emancipação e pode ser verificada quando se pode escolher a escola que pretende cursar, pois a educação integral foi normatizada para no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos (as) alunos (as) da Educação Básica. De acordo com Sandel, “A abordagem de justiça que começa pela liberdade é uma ampla escola” (2012, p. 29).

Em correlação com a Teoria da Justiça do Reconhecimento de Nancy Fraser, o reconhecimento isolado não concretiza justiça social, necessita da busca de uma distribuição mais justa de recursos e bens, para determinados grupos sociais, além de uma participação paritária.

Nesta compreensão, o Programa Escola Viva não deverá ter apenas a missão de auto realização de cada discente do programa, mas sim uma proposta de redistribuição de renda pela via da educação e dos talentos dos jovens capixabas, pois os discentes deste programa de educação são oriundos de classes sociais exploradas, trabalhadores, imigrantes, minorias étnicas, subclasse, mulheres, os que sofrem as maiores injustiças sociais, pois não possui o *status* de membros da hegemonia eurocêntrica, homem branco heterossexual. O que se corrobora pela má distribuição socioeconômica, ao passo que quaisquer injustiças sociais são derivadas do fator econômico.

Um importante aspecto do Programa Escola Viva que nos remete ao reconhecimento é o conjunto de ações inovadoras em conteúdo, método e gestão, direcionada à melhoria da oferta e da qualidade do ensino médio na rede pública estadual, assegurando a criação e a implementação de uma rede de escolas em Turno Único (ESPÍRITO SANTO, 2015, p. 1), uma possibilidade de autonomia para a manutenção da dignidade da juventude capixaba que pertence à classe dos menos favorecidos.

Esta tese de justiça distributiva do reconhecimento de honneth se confirma no Estado Liberal contemporâneo apresentando muitos desafios, dentre eles a conquista da cidadania e da justiça para corrigir todas as lacunas da sociedade contemporânea, com ajustes e afrontamentos.

Pela compreensão de Nancy Fraser, essa autonomia é apenas um elemento sociológico e psicológico, o que não concretiza justiça social distributiva.

A ampliação do currículo escolar com atividades nos campos da cidadania, ciências políticas, ética, cultura, artes, esporte, lazer, direitos humanos, educação ambiental, inclusão digital, saúde, investigação científica, educação econômica, valorização da família e a violência contra ela praticada, discussão de gênero, drogas, etnia, orientação sexual, comunicação e uso de mídias de forma articulada, promovendo a formação do jovem autônomo, solidário e competente. O que pela compreensão da Teoria da Justiça do Reconhecimento de Honneth, a mesma apresenta em seu conteúdo elementos para a luta contra a opressão social.

De acordo com Honneth:

[...] a reprodução da vida social se efetua sob o imperativo de um reconhecimento recíproco porque os sujeitos só podem chegar a uma autorrelação prática quando aprendem a conceber, da perspectiva normativa de seus parceiros de interação, como seus destinatários sociais (2009, p. 155).

A escola é o melhor cenário para a interação de jovens que precisam de inclusão social. A educação integral é uma forma de majorar as potencialidades da permuta ensino aprendizagem desse cenário.

Outro aspecto importante do programa são as estruturas físicas, equipamentos, recursos tecnológicos para a prática pedagógica, a gestão e a inclusão social no espaço escolar de discentes com necessidades especiais, além de transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades e superdotados. Tal

concepção conjuga educação inclusiva com educação integral no Programa Escola Viva.

Pela compreensão da Justiça do Reconhecimento de Honneth, essa conjunção entre os portadores de necessidades especiais é um esforço perene por auto realização que alimenta processos interacionais em que atores sociais lutam para serem reconhecidos como pessoas, como seres humanos e como indivíduos, independente de suas condições individuais.

Na contemporaneidade, observamos a exigência de um indivíduo que tem confiança e segurança ontológica bem definidas, mas que convive com as consequências da modernidade. Os atores sociais devem ser protagonistas de suas relações, bem como de cidadania, o que resulta da afirmação de que a teoria do reconhecimento é uma teoria de justiça.

Pela compreensão da Justiça do Reconhecimento de Fraser, “O núcleo da injustiça será a má distribuição socioeconômica, ao passo que quaisquer injustiças culturais concomitantes derivarão, em última instância, da estrutura econômica” (2010, p. 172).

O que correlaciona o Programa Escola Viva, vez que a prestação de serviços sociais pela oferta de educação integral é uma tentativa de fazer girar positivamente a roda do trabalho que sempre foi de exploração e privação da vida material adequada dos mais vulneráveis na sociedade para uma realidade inclusiva, onde os índices de educação possam mostrar que os jovens da educação integral capixaba podem almejar melhores posições no mercado de trabalho.

Ademais, pelo entendimento de Fraser, a relação escola e aluno deve ser uma vertente do mundo econômico contra a exclusão social. O que merece destaque na investigação, onde inúmeros jovens capixabas da Educação Básica precisam trabalhar para sua subsistência ou de suas famílias. O que gera mais desigualdade social, pois, na visão de Fraser, o reconhecimento puro é gerador de diferenças de grupos, uma questão de desigualdade social.

O exercício do magistério nas Escolas Estaduais de Turno Único é de quarenta horas semanais, no período diurno, cumpridas no recinto escolar, com carga horária multidisciplinar ou de gestão especializada. Para esses profissionais de educação é vedado o desempenho de qualquer outra atividade remunerada, pública ou privada, durante o horário de funcionamento da unidade escolar (ESPÍRITO SANTO, 2015, p. 2).

Pela compreensão da Teoria da Justiça de Axel Honneth, o amor é um dos elementos de sua teoria. A carga horária do programa, se bem aproveitada é subsídio pedagógico do professor, onde os alunos se apoiam para tomar conhecimento e formar ideias próprias sobre as informações que recebem provenientes da vida fora do recinto escolar, e isto reflete amor em uma interação motivadora para vida pessoal e profissional de cada discente do programa.

Outro elemento da teoria de Honneth é o direito, este pode ser verificado no regime em dedicação integral à unidade escolar de atuação para os professores e administradores escolares do programa que contempla um espaço escolar preenchido com salas temáticas, biblioteca, quadra poliesportiva, vestiários, uma sala para atendimento privado de estudantes e demais membros da comunidade escolar, laboratório seco e úmido, laboratório de informática, espaço para refeições e uma sala para diversas atividades necessárias à especificidade do programa, uma política pública que confere direito à educação para adolescentes e jovens capixabas.

Para Fraser, o reconhecimento de classe se inicia pela adequada redistribuição de acesso a educação na política pública Programa Escola Viva, onde um novo currículo e os inúmeros talentos são uma busca constante para a não estigmatização dos menos favorecidos. Onde existe a crítica de que a estrutura escolar é importante, mas a qualidade da educação integral vivenciada é o que designa justiça social.

Nesta compreensão, a escola da era da globalização, tecnologia e informação, ou seja, da transformação digital deve preparar o discente para intervir criticamente na realidade para transformá-la e não apenas para integrar-se ao mercado de trabalho. Esse aluno deverá ter o perfil do cidadão engajado na luta pela justiça social, pela solidariedade humana e para o exercício da cidadania compromissada com o bem comum, abrangendo questões raciais, das minorias culturais, da violência, do meio ambiente, das formas de exclusão social e, das formas de exploração do trabalho humano que ainda acontecem na sociedade capitalista.

A inovação mais célebre do programa é o Projeto de Vida. O mesmo está descrito nas diretrizes do programa e responsabiliza o discente por suas escolhas na escola, o protagonismo juvenil que teoricamente estimula a criatividade do aluno e soluções de problemas de forma autônoma dentro da escola. Tudo isso

possibilitando a formação de clubes juvenis e tutoria para o projeto de vida e demais ações aluno e escola. (ESPÍRITO SANTO/Diretrizes, p. 3).

Na compreensão de Honneth, a autonomia é reconhecimento, é justiça individual que transcende para a social.

Outra inovação do Programa Escola Viva, é a Educação Interdimensional. A mesma abrange o discente como um todo, a sua espiritualidade, aspecto corporal, cognição, sensibilidade, estética e responsabilidade para a construção de sua segurança ontológica. A Concepção de Currículo é uma interação entre docentes e discentes para a elaboração da história acadêmica do aluno, uma concepção de construção da trajetória do nível de escolaridade, um projeto de vida (ESPÍRITO SANTO/Diretrizes, p.32).

Tal inovação proporciona solidariedade, um dos elementos da teoria honnethiana. Aqui, o discente passa a ter um olhar sensível sobre o outro, independente de suas condições pessoais e promove uma interação capaz aprimorar sua capacidade cognitiva, social e afetiva. O que no entendimento de Honneth pode conferir reconhecimento, pois um indivíduo bem resolvido com a sua autoestima, no campo afetivo, no direito e nos seus deveres, na convivência social, ou seja, na solidariedade possui o que há de melhor para que as relações sociais sejam mais bem vivenciadas. Tudo isto, por que o reconhecimento mútuo de nossas características e habilidades nos caracterizam como indivíduos. Assim correlacionamos a Teoria da Justiça de Axel Honneth com o Programa Escola Viva.

Nancy Fraser entende que a justiça contemporânea requer a atuação da redistribuição e do reconhecimento para dirimir a problemática da vulnerabilidade social na educação capixaba, o que prospecta a importância da participação paritária e confronto com a forma turbulenta da implantação do Programa Escola Viva no Estado do Espírito Santo.

O termo Justiça, independente da correlação entre as teorias do reconhecimento na compreensão de Honneth e Fraser não é apenas um termo que foge a racionalidade nas ciências jurídicas, uma tradição positivista de pensar a *justitia*, mas objeto de investigação científica em nossa pesquisa, repleto de racionalidade que confere avanço social e político para a distribuição de bens através de políticas na justiça distributiva, o que está para além de apenas definirmos o justo do injusto. Esta definição é importante desde a Roma antiga, mas

a presente pesquisa pretende muito mais, a busca pela adequação da escola e a justiça na prática do Programa Escola Viva do governo do Estado do Espírito Santo.

Por fim, com a demonstração das teorias de justiça, e o seu foco na Teoria da Justiça do Reconhecimento e a correlação com a política pública investigada, passaremos à próxima seção onde correlacionaremos a justiça com a democracia inclusiva.

2.5 DEMOCRACIA INCLUSIVA

Esta seção objetiva pontuar as principais teorias democráticas contemporâneas de inclusão social e correlacioná-las com o Programa Escola Viva do Governo do Estado do Espírito Santo. Para além desta proposta, pontuamos alguns pensadores sobre o repensar da democracia para a inclusão social; e o Programa Escola Viva.

A próxima subseção fará breves considerações sobre as teorias democráticas contemporâneas.

2.5.1 Breves considerações sobre as teorias democráticas contemporâneas

Da doutrina clássica até o momento, o vocábulo “democracia” sempre teve o desígnio de determinar as formas de governo, ou as diversas formas de exercício do poder político.

O presente trabalho de pesquisa busca uma concepção de democracia inclusiva, participativa, onde a política pública, Programa Escola Viva, seja uma válvula propulsora para que jovens conquistem espaço dialógico nas questões contemporâneas em prol da satisfação do bem comum.

Segundo Bobbio, o reconhecimento da democracia deu-se da seguinte forma:

Deve-se a Alexis de Tocqueville, que em 1835 o primeiro volume de *Da democracia na América*, o reconhecimento, quase a consagração, do novo Estado no novo mundo como forma autêntica da democracia dos modernos contraposta à democracia dos antigos. (2017, p. 198).

O reconhecimento de democracia como forma de governo no novo mundo é o fundamento de toda a democracia, o que embasa qualquer pretensão de discussão sobre a democracia contemporânea participativa.

De acordo com Moraes:

O Estado Democrático de Direito caracterizador do Estado Constitucional, significa que o Estado se rege por normas democráticas, com eleições livres, periódicas e pelo povo, bem como o respeito das autoridades públicas aos direitos e garantias fundamentais é proclamado, por exemplo, no caput do art. 1 da Constituição da República Federativa do Brasil, que adotou, igualmente, em seu parágrafo único, o denominado princípio democrático ao afirmar que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”, para mais adiante, em seu art. 14, proclamar que “a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: I – plebiscito; II – referendo; III – iniciativa popular” (2015, p. 11).

A democracia no Estado Democrático de Direito afirma que todo o poder emana do povo, antes de ser exercida pelos representantes eleitos. Tal afirmação confirma a participação como a parte mais significativa do comando do Estado. Contudo, cabe a análise das políticas públicas, dos movimentos sociais, do plebiscito, do referendo e da iniciativa popular para que os cidadãos reconheçam as armas que os levam ao exercício mais pleno da vida democrática na sociedade complexa.

Na compreensão de Canotilho, “[...] o princípio democrático exprime fundamentalmente a exigência da integral participação de todos e de cada uma das pessoas na vida política do país, a fim de garantir o respeito à soberania popular” (2001, p. 19).

Canotilho afirma que o respeito à soberania popular em um Estado Democrático de Direito começa com a participação de todos de uma nação. Mais uma vez, ressaltamos a necessidade de inclusão por programas sociais como o Programa Escola Viva para que mais cidadãos participem do processo democrático que é de todos em uma sociedade.

Ainda por Bobbio, “a concepção metodológica da democracia moderna descreve a realidade na qual os princípios democráticos são aplicados. Isto significa dizer que a análise desloca-se da democracia como ela deve ser para democracia como ela é” (1987, p. 64). A democracia na realidade almeja o diagnóstico certo para que várias medidas contra a desigualdade social sejam tomadas em uma sociedade.

Joseph Alois Schumpeter entende que a democracia “é o arranjo institucional para se chegar a decisões políticas que realiza o bem comum fazendo o

próprio povo decidir as questões através da eleição de indivíduos que devem reunir-se para realizar a vontade desse povo” (1984, p.72). Uma compreensão contemporânea de democracia como forma de governos, onde as eleições são a maior expressão de participação social.

Robert Alan Dahl apresenta uma discussão de democracia para um grande número de pessoas, o pensador ressalta que para a oportunidade de exprimir preferências são necessárias as seguintes garantias institucionais: liberdade de formar e aderir a organizações; liberdade de expressão; direito de voto; elegibilidade para cargos políticos, direito de líderes políticos disputarem apoio; fontes alternativas de informação e eleições livres e idôneas. Para o autor a igualdade é fundamental para a democracia. Assim, Dahl se manifesta que, “para a oportunidade de ter preferências igualmente consideradas na conduta do governo são necessárias as seguintes garantias institucionais: liberdade de formar e aderir a organizações; liberdade de expressão; direito de voto; elegibilidade para cargos políticos; direito de líderes políticos disputarem apoio e votos; fontes alternativas de informação; eleições livres e idôneas; instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferência” (1997, p.51).

Para Charles Tilly, outro pensador da democracia na contemporaneidade, a democracia é a maior expressão do mundo contemporâneo. Em uma visão contemporânea o conceito de democracia extrapolou as formas de governabilidade e passou a determinar um conceito mais amplo, como a democracia inclusiva. Para Tilly, a capacidade do Estado é fator primordial para a democracia. A baixa capacidade do Estado inibe a democracia. Segundo o pensador, um Estado fraco pode proclamar o princípio da proteção dos cidadãos das arbitrariedades dos agentes dos Estados, mas não tem muito que fazer quando essas arbitrariedades ocorrem (2013, p.13).

Assim sendo, democratizar um país significa ampliar os horizontes de igualdade e liberdade para garantir a participação cada vez maior e mais intensa dos cidadãos; respeitando as condições de igualdade e liberdade, e sua prática na sociedade.

A democracia inclusiva não representa umas das formas de governo, mas postula-se como um ideal a ser alcançado, estando implícitos em seu corpo teórico elementos normativos, que guiarão a sociedade para atingir esse ideal. A

democracia é uma programação que exige luta social para que a desigualdade seja fortemente atacada, pois a justiça social, sem o caráter institucional, somente acontece pelo viés da igualdade (homogeneizante da sociedade) e da liberdade. Todavia, o fator mais significativo a ser confrontado é o da desigualdade econômica que foi produzida pelo capitalismo exacerbado e que se opõe a igualdade de oportunidade. Tal cenário de desigualdade social é tratado por um liberalismo inclusivo.

Segundo Dewey, a igualdade é um dos pilares da realização de cada indivíduo. Vejamos o entendimento desse autor:

Igualdade não significa o tipo de equivalência matemática ou física em virtude da qual qualquer elemento pode ser substituído por outro. Ela denota consideração efetiva por qualquer coisa que seja distintiva ou única em cada um, independentemente de desigualdades físicas e psicológicas. Não se trata de uma possessão natural, mas é um fruto da comunidade quando sua ação é dirigida pelo seu caráter como comunidade (1954, p. 151).

Em tese, o Programa Escola Viva possibilita confrontar a desigualdade econômica que aflige inúmeros jovens da Educação Básica capixaba, o que pode ser uma forma de reconhecimento através da liberdade de escolha do regime integral de ensino que proporciona igualdade e automaticamente confere confiança, respeito e estima social.

Contudo, pelo entendimento da maioria dos estudiosos da teoria da justiça do Reconhecimento e de Democracia, a teoria do Reconhecimento não é uma teoria democrática, não em seu conceito, mas apenas uma forma de superação das opressões sociais que submetem alguns grupos sociais.

Pontuamos as principais teorias democráticas contemporâneas, tendo em vista que o foco da pesquisa está na democracia inclusiva. Senão vejamos: a teoria pluralista da democracia possui o seu cerne na frequência de grupos interagindo socialmente; a teoria elitista da democracia entende a democracia como um método; a teoria democrática ordo-liberalista apresenta uma democracia como forma de domínio; a teoria da constituição da liberdade demonstra uma democracia que se reinventa na sociedade, pode significar representação, segundo John Stuart Mill, participação, de acordo com Jean Jacques Rousseau, freios e contrapesos, segundo Madison, elites políticas, na concepção de Joseph Schumpeter, descentralização

pela Democracia na América de Tocqueville, igualdade por Karl Marx, liberdade, de acordo com Hayek, problematização por Habermas e Justiça social por John Rawls.

Na próxima subseção, trataremos ao bojo do trabalho, uma discussão sobre democracia, participação, desigualdade e o Programa Escola Viva.

2.5.2 Democracia, participação, desigualdade e o Programa Escola Viva

A ampliação do cânone democrático é um conjunto de estudos para que possamos compreender como diferentes países ou grupos sociais subalternos se organizaram para resistir à exclusão social da globalização neoliberal. Os adeptos o fazem para conquistarem um mundo com mais justiça social se valendo da democracia inclusiva. Contudo, aduzem que a melhor ferramenta é a democracia participativa.

Boaventura de Sousa Santos estuda o assunto há vários anos e apresenta diversas teorias e exemplos práticos, como no Brasil, Colômbia, Índia, África do Sul, Moçambique e Portugal; para demonstrar que pode haver democracia em países com novas práticas políticas, pouco tempo da liberação do colonialismo, extrema desigualdade social e a necessidade de reconhecimento da diferença.

O que podemos compreender no Programa Escola Viva, uma possibilidade de democracia participativa de toda a comunidade escolar para a inclusão de inúmeros jovens da Educação capixaba que jamais teriam a oportunidade do curso integral e outras práticas pedagógicas que traduzem a formação autônoma do indivíduo em busca de dirimir vulnerabilidades assim redefinindo identidades e participação. Tudo isso na contramão da democracia hegemônica, ou seja, a democracia contra hegemônica.

Muitos acreditam que capitalismo e democracia limitam a participação social e não configura uma social democracia, o que afirma elites excludentes, como a forma de Educação Integral satisfatória para as escolas privadas.

Segundo Santos e Avritzer, dentro da perspectiva de elites excludentes, a Colômbia, por exemplo, “viveu o desencanto político e certos setores exigiram da justiça respostas que deveriam ser dadas pela participação democrática na política. Além da falta de atuação política das mulheres por vários anos no Moçambique” (2002, p. 21). Tudo isso provocado pela apatia política, elemento este que esperamos não ser visto nos jovens da Educação Básica capixaba, pois as diretrizes

do Programa Escola Viva traduzem que o jovem deve construir o seu projeto de vida, uma forma de conferir cidadania para jovens que apenas cursavam disciplinas fragmentadas e sem motivação para a liderança e autonomia.

Ainda, de acordo com o estudo de Boaventura Sousa Santos foram identificadas as potencialidades da participação, onde o Brasil e a Índia foram identificadas com maior potencial para a democracia participativa, o que nos coloca em privilegiada posição, vez que a educação, e todos os demais direitos fundamentais somente serão respeitados se compreendermos que a direita e a esquerda nos golpeiam da mesma forma, mais uma visão do professor Boaventura.

De acordo com Amartya Sen, “devemos viver a democracia e não de se preparar para ela”, o que assevera a discussão entre a democracia hegemônica no final das duas guerras mundiais e a indagação da compatibilidade entre capitalismo e democracia (2012, p. 18).

Na compreensão de Jean Jacques Rousseau, uma sociedade só é democrática onde não houvesse ninguém tão pobre que tivesse necessidade de se vender e ninguém tão rico que pudesse comprar alguém.

Entretanto, nos novos modelos de democracia alternativa ao modelo liberal: democracia participativa, democracia popular nos países da Europa leste e democracia desenvolvimentista dos países recém-chegados à independência, contudo a democracia do pós-guerra passou a ser desatualizada.

A concepção hegemônica de democracia traduz uma relação entre procedimento e forma, em uma compreensão de que a burocracia na vida democrática dificulta a ação dos governos para as políticas públicas. E ainda, que há a inevitabilidade da representação nas democracias de grande escala.

A concepção contra hegemônica de democracia na segunda metade do século XX apresenta uma democracia como prática social/participação e não como método de constituição de governos, como propõe Jürgen Habermas. De acordo com Pereira e Carvalho, “a mesma representa uma gramática de organização da sociedade e da relação Estado e a sociedade com o reconhecimento da pluralidade humana e não mera institucionalidade” (2008, p.47). O que nos remete à ruptura com o tradicional e alavanca os movimentos sociais como válvula propulsora da democracia participativa.

O que nos interessa entender a representação e sua relação com a diversidade cultural e social. Em tese, essa é a proposta do Programa Escola Viva,

uma interação de atores sociais que respeitam a diversidade de qualquer espécie e promovem educação de qualidade para os embates da vida na sociedade contemporânea.

A democracia e a igualdade nos direcionam ao reconhecimento social, mas a teoria do reconhecimento, conforme já fora demonstrado, não é uma teoria democrática, pois não foi construída para tal intuito. A mesma é uma teoria de justiça conforme seção anterior deste capítulo e apresenta condições de superação de formas de opressão social contra as minorias sociais.

Na verdade a teoria do reconhecimento resgata novos ideais democráticos e a ideia de democracia tem como base uma comunidade política que tem governo que busca medidas igualitárias e ao mesmo tempo, a participação dos seus membros para a concretude das ações do comando estatal pelo caminho das políticas sociais. Esta perspectiva também constrói uma gramática moral regente do social.

No que tange a inter correlação entre a Justiça do Reconhecimento e a Democracia Inclusiva, a base de inteligência é a mesma, a desigualdade precisa ser mitigada com o reforço das identidades e da cultura. É o que esperamos nos próximos anos, com o Programa Escola Viva, onde suas diretrizes e projeto político pedagógico tenham eficácia num plano transformador da realidade para a consolidação de mais atores sociais autônomos e preparados para enfrentar o mercado de trabalho e quem sabe compor o quadro de agentes políticos de nossa sociedade. Segundo Mendonça:

“Essa visão mais abrangente permite a teoria do reconhecimento trabalhar diversas formas de desigualdade de modo integrado. Desigualdades econômicas, de gênero, raciais e religiosas articulam-se de maneiras complexas. A busca coletiva por justiça, de que depende a ideia de democracia, deve lidar com as múltiplas configurações sócio históricas por meio das quais desigualdades se manifestam” (2012, p. 135).

Em entendimento, a teoria de justiça traz grande contribuição para a teoria democrática, vez que a mesma busca a igualdade entre os indivíduos, o que abomina a caridade, mas suscita que ascensão social somente acontece pela justiça social.

A diversidade aprofunda ainda mais a teoria de justiça com a democrática, vez que as diferenças não devem ser apagadas, mas sim valorizadas, pois transformam os indivíduos através da construção de suas identidades, uma

proposta de autorrealização, o que mais uma vez denota a linha transversal entre a justiça e a democracia.

De acordo com essa realidade, Mendonça aduz que: “Nesse ponto, convém ressaltar, novamente, a proximidade da teoria do reconhecimento com a teoria democrática de Dewey” (2012, p. 139). O pragmatista americano defende que a experiência efetiva da categoria geral “humana” depende do “desenvolvimento”, por meio do toma-lá-dá-cá da comunicação, de um sentimento efetivo de ser um membro individualmente distinto de uma comunidade.

A educação e as oportunidades de trabalho proporcionam uma sociedade com mais reconhecimento pela via da democracia inclusiva, o que gera justiça social. O que reflete a necessidade de uma educação básica integral que encaixe os jovens em uma sociedade que sempre privilegiou as classes mais privilegiadas. Assim, a luta pelo reconhecimento é intrínseca ao ser humano, e permite de acordo com cada indivíduo trazer força ao coletivo em qualquer sociedade sem guerrilha, mas resistência pela consolidação de políticas públicas, em especial de educação. Uma proposta de justiça e democracia que estão para além do comunitarismo e do liberalismo.

Neste capítulo, mapeamos as diferentes teorias de justiça ao longo do tempo e do espaço, uma riqueza intelectual para a Sociologia Política, para a Filosofia e para o Direito. Os aspectos mais importantes do capítulo são: Da Justiça Distributiva, sua origem e seus principais teóricos; problematizando a Justiça Distributiva, suas teorias e o Programa Escola Viva; a Teoria da Justiça Utilitarista; a Teoria da Justiça do Liberalismo Político de John Rawls; a Teoria da Justiça Libertária ou Libertarianismo; a Teoria da Justiça Comunitarista; a Teoria da Justiça do Reconhecimento; a Teoria da Justiça do Reconhecimento na compreensão de Axel Honneth; a Teoria da Justiça do Reconhecimento na compreensão de Nancy Fraser e o Programa Escola Viva e a Justiça do Reconhecimento por Axel Honneth e Nancy Fraser. Além de pontuarmos as principais teorias de democracia na contemporaneidade, e democracia, participação e o Programa Escola Viva.

No próximo capítulo, passaremos a analisar o Programa Escola Viva com um estudo de caso sobre a adequação do Programa Escola Viva, sob o prisma do caso da Escola Viva “Conde de Linhares”, no município de Colatina, região Noroeste do Estado do Espírito Santo aos parâmetros normativos das teorias de justiça do reconhecimento e democracia inclusiva.

3 ANÁLISE DO PROGRAMA ESCOLA VIVA DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO COM OS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO NA ESCOLA VIVA “CONDE DE LINHARES”, NO MUNICÍPIO DE COLATINA-ES, NO PERÍODO DE 2017 A 2018

O objetivo deste capítulo é analisar o Programa Escola Viva do Governo do Estado do Espírito Santo em um estudo de caso na unidade escolar, “Conde de Linhares”, no município de Colatina para verificarmos se essa política pública é um instrumento adequado a promover a justiça social e a democracia, sob a perspectiva da teoria do reconhecimento e da democracia inclusiva, tomando por base a percepção dos profissionais de educação que trabalharam no programa entre 2017 a 2018. Para tanto, aplicamos questionários e entrevistamos dez profissionais de educação da escola objeto de estudo, com indagações referentes a esta política pública educacional, com o recorte temporal entre os anos de 2017 a 2018.

Reafirmamos que, a razão de a pesquisa ter sido realizada em uma Escola Viva do interior do Estado se deu pelos devidos motivos: primeiro, devido à oportunidade de análise do Programa Escola Viva no interior do Estado; segundo, o município de Colatina é um importante município do interior capixaba; terceiro, pela oportunidade de verificação do programa em uma das mais turbulentas implantações e por fim, pelo caráter inédito da pesquisa, onde não há uma pesquisa que tenha investigado o Programa Escola Viva em uma unidade escolar do Programa Escola Viva no Estado do Espírito Santo sob a perspectiva da Justiça social na Sociologia Política.

De acordo com a delimitação do local da pesquisa, registramos que a análise foi realizada com base na aplicação de questionários e em entrevistas concedidas pelos profissionais de educação da Escola Viva “Conde de Linhares”, na região Noroeste do Estado.

Neste capítulo, apresentaremos o resultado da pesquisa empírica e por fim faremos uma análise do estudo de caso proposto neste trabalho. Nós já descrevemos o Programa Escola Viva no primeiro capítulo deste trabalho, e nesta oportunidade faremos uma breve exposição do programa e a escola, e a forma como ocorreu a autorização e o acesso à unidade escolar, objeto de pesquisa; a observação da unidade escolar enquanto descrição real da educação integral do programa; a descrição e análise das entrevistas realizadas com os profissionais de educação do Programa Escola Viva na “Conde de Linhares”, no intuito de

verificarmos a adequação da escola com a justiça social do reconhecimento e a democracia inclusiva entre os anos de 2017 a 2018, período de implementação do Programa na referida unidade escolar; e ainda, o que percebemos sobre o Programa Escola Viva na unidade escolar “Conde de Linhares”, a cidadania, a formação política e social, as oportunidades sociais, a participação, a inclusão social e a perspectiva de vida dos jovens integrantes desta política pública.

A próxima seção trará as informações sobre a autorização de pesquisa e o acesso na Escola Viva “Conde de Linhares”, na região noroeste capixaba.

3.1 BREVE INFORMAÇÕES SOBRE A AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA E O ACESSO NA ESCOLA “CONDE DE LINHARES”

Ao longo desta pesquisa, foram diversas tentativas de autorização de pesquisa do Programa Escola Viva na investigada unidade escolar. Ainda na gestão do governo Paulo Hartung 2015-2018, parecia existir alguma resistência na concessão de autorizações de pesquisa, pois, com algumas tentativas frustradas, a autorização não foi concedida em 2018. O mesmo ocorreu no momento de transição do governo do Estado do Espírito Santo.

Todavia, com o auxílio da Superintendência Regional de Educação-SRE de Colatina, representada pela sua Secretária Maricelis Caetano Engenhardt, a autorização foi concedida no início do ano de 2019, onde a implementação do programa já tinha ocorrido na unidade escolar investigada, o que não pode ser considerado um problema, pelo contrário, a riqueza deste trabalho se dá com a observação integral da escola implementada e em um momento onde o início do ano letivo de 2019 apresentou como pauta em sua primeira reunião geral da escola, a implantação e a implementação do Programa Escola Viva na escola “Conde de Linhares” entre os anos de 2017 a 2018.

Contudo, a unidade escolar desta pesquisa em caráter de observação, já vinha sendo observada documentalmente e com visitas anteriores à autorização, onde podíamos conversar com os profissionais da escola, mas, não podíamos entrevistá-los, registrar ou gravar, qualquer informação sem a devida autorização da Secretaria de Estado da Educação-SEDU. Registramos que a Escola Viva “Conde de Linhares”, deixou de ofertar educação parcial e profissional para intentar em uma nova empreitada pedagógica, a educação integral do Programa Escola Viva.

O termo de autorização de pesquisa acadêmica foi concedido pela coordenadora do Programa Escola Viva, Elaine Cristina Rossi Pavani, requisitando a apresentação dos resultados desta dissertação à Coordenação do Programa Escola Viva e equipe gestora da escola pesquisada tão logo finalize o trabalho. Registramos que a autorização fora concedida em 04 de fevereiro de 2019, conforme documento de autorização em anexo.

O acesso aos profissionais da escola foi o melhor possível, os mesmos nos receberam de maneira receptiva, convidando para a participação em todos os eventos que iniciaram o ano letivo de 2019, tais como: as reuniões inaugurais do ano letivo de 2019, a culminância dos alunos¹⁰, a conversa na sala dos professores, a apresentação das intenções de pesquisa na sala da direção, a atuação da secretaria escolar e seus documentos, diálogo com os vigilantes, lanche na cozinha e copa, apresentação da biblioteca, salas temáticas, laboratórios, auditório, pátio, estacionamento, recreação dos alunos, e a marcação das entrevistas, onde aplicamos os questionários desta análise. Enfim, participamos de grande parte da rotina escolar no Programa Escola Viva.

Como demonstração do acesso à unidade escolar, e já citado anteriormente, participamos da primeira reunião do ano letivo de 2019, onde pudemos observar que o Planejamento da equipe escolar do presente ano letivo, foi proposto em primeiro de fevereiro de 2019, bem como o acolhimento da equipe escolar em quatro de fevereiro de 2019, o acolhimento dos novatos nos dias cinco e seis de fevereiro de 2019, bem como a Culminância de Acolhimento dos Novatos, que exhibe dança e teatro dos alunos, do qual participamos ativamente, enquanto pesquisadora autorizada pela Secretaria de Estado da Educação-SEDU. No dia sete de fevereiro, os veteranos e suas famílias foram acolhidos, o que desencadeou em um encontro de todos os estudantes da unidade escolar no dia oito de fevereiro de 2019, o que também aconteceu nos anos de 2017 e 2018.

As fotografias a seguir, demonstram o planejamento da equipe escolar e a Culminância do Programa Escola Viva, no Centro Estadual de Ensino Médio em Tempo Integral “Conde de Linhares” no início do ano letivo de 2019.

¹⁰ Evento que apresenta atividades dos alunos calouros e veteranos no início de cada ano letivo, onde os mesmos exibem os seus talentos culturais, e aspectos cognitivos em geral no auditório escolar, formando grupos, exercitando, liderança e autonomia.

Imagem-1: Quadro de ações da primeira reunião do ano letivo de 2019, na Escola Viva “Conde de Linhares” na região Noroeste do Estado.

| Fevereiro - 2019 | | | | |
|--|---|--|--|--|
| | | | | JPP Planejamento Equipe escolar 01 |
| JPP Acolhimento da Equipe escolar 04 | Acolhimento dos Novatos Planejamento 05 | Acolhimento Novatos Culminância do Acolhimento Novatos 06 | Acolhimento dos Veteranos Acolhimento das Famílias - 18h30 07 | Acolhimento dos Veteranos. Encontro de todos os Estudantes - 08 |
| 11 | 12 | 13 | Reunião Vix Rô e Cíntia 14 | 15 |
| 18 | 19 | 20 | 21 | 22 |
| 25 | 26 | 27 | 28 | |

Imagem-2: Momento da Culminância de Acolhimento dos novatos do ano letivo de 2019, na Escola Viva “Conde de Linhares”.



Estas ações regem as práticas iniciais de protagonismo, de liderança, de autonomia, de solidariedade, que por trás do acolhimento são aspectos fundamentais para os discentes calouros e veteranos no Programa Escola Viva.

Por fim, o acesso aos profissionais entrevistados, foi orientado pela direção escolar, nos dias onze e doze de fevereiro de 2019, onde aplicamos questionários com dez profissionais de educação, professores do Ensino Médio

Integral das quatro principais áreas do conhecimento, mais quatro servidores administrativos do programa, ou seja, profissionais que administram a escola com maior expressão na efetividade dos trabalhos escolares, o que traz significado ao resultado desta análise. Os outros profissionais da escola não foram entrevistados, pois, alguns profissionais, como os vigilantes, a bibliotecária, dentre outros, não conheciam o pedagógico do Programa Escola Viva, ou estavam afastados por licenças maternidade, médica hospitalar, ou ainda, não quiseram participar e conceder as entrevistas.

Registramos que ao final do ano de 2018, a escola possuía trinta e dois profissionais, mas esse número na realidade do início do ano de 2019 era aproximadamente vinte e cinco profissionais, pois, houveram algumas modificações no quadro de funcionários ao longo dos últimos anos, e tal afirmação pode ser percebida pela observação da escola e pelas respostas dos entrevistados.

Na próxima seção, apresentaremos a descrição da educação integral do Programa Escola Viva, na escola “Conde de Linhares”.

3.2 A DESCRIÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL DO PROGRAMA ESCOLA VIVA, NA ESCOLA “CONDE DE LINHARES”

Antecipamos que nossa intenção nesta seção não é ampliar a dissertação sobre as bases legais da discussão sobre tempo integral na Educação Básica, nem mesmo nos aprofundarmos nesse debate, como já disposto na seção 1.3 do primeiro capítulo deste trabalho, mas cumpre ressaltarmos a importância do assunto. E essa discussão sobre o tempo integral na escola vem sendo abordada por pesquisadores da área de educação que podem ampliar essa temática para aqueles que nela pretendem adentrar, como ilustra Silva:

Essa modificação é perfeitamente compatível com a revisão presente nas políticas sociais em um contexto de reformas neoliberais a partir de 1990. Se outrora a perspectiva era a de gerar oportunidades iguais de acesso à educação por meio de uma escola compatível com isso, na atualidade o que predomina são ações por parte do Estado, caso do Programa Mais Educação, que buscam equacionar as desigualdades sociais sem uma preocupação mais ampla, isto é, com o próprio processo de produção de desigualdades pelas escolas (2017, p. 2).

Zucchetti e Moura também citam o seu entendimento sobre a Educação Integral no Brasil. Vejamos o entendimento dos autores:

Entendendo que a educação integral significava antes de tudo a ampliação do tempo de permanência das crianças na escola de qualidade Teixeira, então governador do estado da Bahia, criou a Escola-Parque, na cidade de Salvador, no ano de 1950. Da mesma forma procedeu Darcy Ribeiro, nos anos 1980, no Rio de Janeiro, com a criação dos Centros Integrados de Escola Pública – CIEPs, quando secretário de estado na gestão de Leonel Brizola. Zucchetti e Moura (2017, p. 2).

De acordo com o entendimento dos autores, a educação integral não é uma inovação social como política pública, e desde o século XX já era discutida para equacionar as desigualdades sociais e especificamente a desigualdade que a própria escola produz na sociedade. E esta pesquisa prioriza como a ampliação da jornada escolar por tempo integral tem se colocado na política pública educacional do Estado do Espírito Santo, o Programa Escola Viva¹¹, no caráter sócio político na unidade escolar, objeto de estudo de caso.

A descrição mais realista sobre a Escola “Conde de Linhares” é de que a mesma é um patrimônio histórico e cultural do município de Colatina, e a implantação do Programa Escola Viva nesta unidade escolar trouxe muita resignação para a comunidade colatinense, tal desconforto geral foi observado de forma que pudéssemos tecer os primeiros elementos da referida pesquisa, o acampamento dos estudantes dentro do recinto escolar, a ação judicial contra a implantação da escola conforme a descrição do Programa Escola Viva na seção 1.2 do primeiro capítulo desta investigação, dentre outras observações como a fase inicial do trabalho de pesquisa.

Salientamos que na primeira reunião geral de 2019¹² fora denotada a importância da unidade escolar para o município de Colatina e região, onde a mesma é a escola mais antiga. O educandário colatinense foi criado pelo professor Aloísio Barros Leal, cearense de Fortaleza que fundou a escola no ano de 1939, o chamado Ginásio Conde de Linhares de Colatina, um patrimônio histórico e cultural, tem formado gerações e mais gerações de estudantes colatinenses. A reunião informou ainda, que vários alunos se transformaram em grandes políticos, médicos,

¹¹ O Programa Escola Viva é uma denominação criada pela gestão do governo Paulo César Hartung Gomes, gestão 2015-2018 para o regime de Educação Integral no Estado do Espírito Santo. O mesmo foi criado pela Lei Complementar nº 799, de 12 de junho de 2015 (ESPÍRITO SANTO, 2015, p. 1), o Programa de Escolas Estaduais de Ensino Médio em turno único - “Escola Viva” no Estado do Espírito Santo.

¹² A primeira reunião geral da Escola Viva “Conde de Linhares” ocorreu para o plano de ações do ano letivo de 2019, e pautou a implantação do Programa Escola Viva na unidade escolar nos anos de 2017 a 2018, a importância e o histórico do tradicional educandário colatinense.

advogados, engenheiros, jornalistas, radialistas. É possível observarmos aspectos históricos da escola investigada com esta imagem fotográfica, a seguir:

Imagem-3: Quadro pintura em tela com a imagem do Conde de Linhares na Escola Viva “Conde de Linhares”.



A observação de toda a rotina escolar, história da escola, comunidade escolar, documentos, conversa com o corpo docente, entrevistas com a aplicação de questionários nos remeteu à realidade da escola, mas a pintura em tela do Conde de Linhares, representante da nobreza portuguesa, enquadrada no *hall* principal da escola, nos fez repensarmos uma história que se confunde com a própria história do município de Colatina, onde uma respeitável autoridade deu nome ao principal e mais tradicional educandário na antiga princesa do norte¹³, a cidade de Colatina.

A Escola Viva “Conde de Linhares”, teve início do caso em estudo em uma pesquisa descritiva e exploratória no ano de 2016, com a observação da tentativa de implantação do programa no município de Colatina, o acampamento de parte da comunidade escolar no educandário para impedimento do funcionamento do programa e os movimentos sociais contrários ao mesmo, conforme descritos na seção 1.2 do primeiro capítulo desta pesquisa. Contudo, o recorte temporal para o estudo de caso, deu-se com a sua implantação e implementação nos anos de 2017 a 2018.

¹³ Princesa do Norte foi o título conferido ao município de Colatina, em meados do século XX em virtude do expressivo desenvolvimento econômico do município capixaba.

Devemos registrar que a implementação da educação integral na Escola Viva “Conde de Linhares” foi turbulenta, mas que a observação desta unidade escolar desde o ano de 2017, nos apresentou uma escola que tenta resistir à falta de diálogo e apresentar o projeto de vida dos alunos como um fator motivacional para o tempo integral no recinto escolar. Um exemplo disso foi o acompanhamento da reunião que criou as disciplinas eletivas para o presente ano letivo, onde os docentes, a direção e a coordenação acadêmica da escola relataram que as eletivas movimentam os sonhos dos alunos do Ensino Médio Integral do Programa Escola Viva, no município de Colatina, região noroeste capixaba.

Vejamos a placa da portaria do Centro Estadual de Ensino Médio em Tempo Integral “Conde de Linhares”, instalada no ano de 2017, e o pátio de recreação da mesma, objeto desta investigação:

Imagem-4: Placa da portaria da Escola Viva “Conde de Linhares” na região Noroeste do Estado.



Imagem-5: O pátio de recreação da Escola Viva “Conde de Linhares”.



Em observação aos discentes desta escola viva, os mesmos pareciam satisfeitos com as atividades do Programa Escola Viva, e um exemplo observado foi a experiência com as disciplinas eletivas. A intencionalidade das disciplinas eletivas está na articulação dos conteúdos da base com o projeto de vida, e aspirações, com um plano de aula específico, onde o programa possui orçamento próprio para as mesmas, para a compra de objetos e viagens pedagógicas, mas também, utiliza materiais recicláveis, pois as eletivas não são realizadas em sala de aula e podem ser realizadas pela força do trabalho voluntário em hospitais, orfanatos, asilos, etc.

As eletivas podem misturar conteúdos de sala de aula com o sonho dos alunos calouros e veteranos que são dispostos em um varal no início de cada ano letivo. E tudo isso, observamos com cuidado para que o estudo de caso refletisse a realidade mais genuína da rotina escolar e a sua contribuição de justiça social para os discentes colatinenses do Programa Escola Viva.

A culminância dos discentes, também fora observada, e a mesma é uma proposta de acolhimento para integrar os calouros e veteranos e inseri-los nas práticas do programa, já nos primeiros dias do ano letivo, vivenciando experiências da convivência em grupo, autonomia, liderança como forma de reconhecimento social que pode ser adquirido pela solidariedade e pelo trato com toda a comunidade escolar.

De acordo com os profissionais de educação entrevistados, a coleta dos dados foi realizada em um importante momento, onde o ciclo 2015-2018 de implantação e implementação do programa fora finalizado. Portanto uma oportunidade para uma averiguação mais fidedigna do Programa Escola Viva na unidade escolar objeto do estudo de caso. E esses, mesmos profissionais demonstraram serem professores e administradores escolares engajados, com uma coordenação pedagógica atenta aos resultados do programa, com uma direção escolar disposta a atender os anseios da comunidade escolar e ao cumprimento de todas as atribuições desta política pública.

O engajamento desses profissionais também foi observado na primeira reunião geral do ano letivo de 2019; na Culminância dos discentes 2019; no diálogo docente na sala dos professores, onde fora observada a preocupação com o protagonismo dos alunos, a pedagogia da presença como fator de autonomia do aluno, a educação interdimensional e os quatro pilares da Educação: “o aprender a ser”, “o aprender a fazer”, o “aprender a conviver” e o “aprender a conhecer”, conforme descrição da seção 1.2 do primeiro capítulo deste trabalho de pesquisa; na direção escolar; na administração de secretaria escolar; na condução da vigilância escolar, onde várias práticas contrárias ao tráfico de ilícitos e entorpecentes são tomada quando necessárias; no excelente convívio docente e discente; e no planejamento escolar com motivação.

Enfim, partiremos para a descrição das entrevistas, onde aplicamos questionários aos profissionais de educação da Escola Viva “Conde de Linhares”, no município de Colatina, Estado do Espírito Santo.

3.3 A DESCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS CONCEDIDAS PELOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO NA ESCOLA VIVA “CONDE DE LINHARES”

Nos dias 11 e 12 de fevereiro de 2019 foram entrevistados dez profissionais de educação da escola pesquisada, onde, aplicamos questionários. Os mesmos evidenciam expressiva representatividade escolar; primeiro, pois são professores das quatro principais áreas do conhecimento, linguística, matemática, ciências humanas e ciências da natureza, além da direção escolar, da coordenação de secretaria escolar, da coordenadora administrativa e financeira, e da assistente de secretaria escolar; segundo, pois todos os entrevistados trabalharam na unidade escolar nos anos de 2017 e 2018.

Contudo, em observação às respostas dos entrevistados e considerando que os mesmos relataram uma média de vinte e cinco profissionais na escola no início do ano de 2019, os dez profissionais entrevistados representam um bom parâmetro para o resultado desta pesquisa.

Passamos para a análise dos questionários semiestruturados, que aplicamos nesta investigação:

3.3.1 Da indagação “a” do questionário e suas respostas

Na primeira indagação, sobre a implantação do Programa Escola Viva na Escola “Conde de Linhares”, nove profissionais de educação desta unidade escolar, responderam que o programa foi implantado em 2017, apenas um entrevistado, o A.C.S.C. não respondeu o ano da implantação. Com as respostas, restou claro que a maioria dos profissionais conhecem bem a implantação e todos os movimentos contrários à mesma, este profissional que não respondeu qual o ano da implantação declarou que não residia na municipalidade em 2017.

Prosseguindo na mesma indagação, a forma como o Programa Escola Viva foi implantado na escola pesquisada, fora respondido da seguinte forma:

De acordo com os entrevistados, apenas C.N. e A.C.S.C. responderam que não sabiam a forma como o programa foi implantado, vez que, não residiam no município de Colatina naquele momento. Nesta mesma indagação, apenas três profissionais, C.N.R.; L.D.B.; e A.F.C.; não quiseram responder sobre a implantação.

Dois profissionais de educação integral, C.P.; e R.M.P.G. relataram que ocorreram vários movimentos sociais contrários à implantação de escola, com ocupação no recinto escolar e ação judicial, demonstrando que a sociedade colatinense não aceitava deixar de ofertar na escola os cursos profissionalizantes e a educação parcial do educandário, patrimônio histórico do município.

Apenas um entrevistado, C.M.P. respondeu que a implantação deu-se pelo projeto já existente no Estado de Pernambuco, para melhor orientar e acompanhar alunos do Ensino Médio.

O entrevistado R.M.P.G. relatou que inicialmente a comunidade colatinense não aceitou a ideia, mas após muitas assembleias com a sociedade, o programa foi mostrando a sua importância para a formação do cidadão, o que paulatinamente o Programa Escola Viva vem mostrando sua força e credibilidade. Já

o entrevistado F.V.A. respondeu que houve uma transição da escola, que até então era de nível técnico, para educação de tempo integral.

Por fim, fora observado que a metade dos entrevistados se posicionou de forma sucinta, quanto à implantação do Programa Escola Viva na unidade escolar investigada, os demais profissionais relataram a turbulenta implantação, e a fase de transição da escola parcial para a integral no modelo pernambucano de educação básica.

3.3.2 Da indagação “b” do questionário e suas respostas

Em uma segunda pergunta, a pesquisa indagou se existe a participação da comunidade (pais ou responsáveis, família, e dos próprios discentes) na construção das práticas pedagógicas na escola, e apenas dois entrevistados, C.N.R. e L.D.B. responderam que sim, sem justificarem as suas respostas.

O entrevistado C.N. relatou que existem as comissões mistas de participação da comunidade de caráter pedagógico e socioemocional. Os sete demais entrevistados responderam que sim e justificaram suas respostas da seguinte forma:

O profissional M.T. destacou que existem as comissões mistas que se envolvem em algumas questões, comportamentais, sobretudo, mas que está longe do ideal. O entrevistado A.C.S.C. afirmou que existe uma comissão mista formada por pais de alunos e por parcerias com algumas empresas da cidade.

O entrevistado C.P. somente citou a comissão mista sem mais informações. O profissional C.M.P. relatou que a escola trabalha com a democracia sem maiores esclarecimentos. O entrevistado A.F.C. declarou que existe a participação em grupos interativos, comissão mista, reuniões sobre a prática escolar no Programa Escola Viva.

O entrevistado F.V.A. afirmou que existe a participação constante da comunidade, sejam em reuniões, apresentações de trabalho ou em grupos interativos. O profissional de educação R.M.P.G. destacou que o próprio Programa Escola Viva, dentro de sua metodologia trabalhada traz todos os segmentos da comunidade escolar, para uma melhor construção das práticas pedagógicas. Respondeu ainda, que sem o pilar família e escola, não há programa que se sustente sozinho.

Assim, pudemos apurar que existe uma participação relativamente expressiva das famílias e toda a comunidade escolar na construção das práticas pedagógicas do Programa Escola Viva na unidade investigada, o que minimiza parte dos efeitos turbulentos da implantação do programa, onde o diálogo não foi observado entre o Estado e a comunidade escolar.

3.3.3 Da indagação “c” do questionário e suas respostas

Em uma terceira indagação, esta pesquisa questionou se existe algum conselho de docentes, família e alunos para a solução de eventuais conflitos e planejamentos das atividades do programa. O entrevistado F.V.A. respondeu que sim, e que o conselho da escola é reunido sempre que há demanda para ser discutida. O profissional A.F.C. afirmou que sim, e que existe o conselho de escola e a comissão mista. O entrevistado C.M.P. respondeu que sim, e que o conselho escolar é composto por membros da escola, pais, alunos e a comunidade.

O entrevistado C.P. afirmou que sim e citou o conselho de líderes e o conselho de escola, sem mais esclarecimentos. O profissional de educação A.C.S.C. destacou que sim, e citou o conselho de escola, o conselho de líderes e a comissão mista, de forma sucinta. O entrevistado M.T. relatou que sim, e citou o conselho de escola, que se reúne com certa regularidade, não somente para tratar de questões financeiras, mas também, para tratar de oportunidades festivas e algumas decisões democráticas.

O profissional C.N. declarou que sim, e citou a existência do conselho de escola que atua como órgão consultivo e deliberativo. O entrevistado C.N.R. e o L.D.B. apenas responderam que sim, sem maiores esclarecimentos. O profissional R.M.P.G. respondeu que sim e destacou o conselho de escola, o conselho de líderes de sala e a comissão mista.

Com essas declarações, fora observado que há a existência de conselho de docentes, família e alunos para a solução de eventuais conflitos e planejamentos das atividades do programa, como por exemplo, o conselho de escola, o conselho de líderes de sala e a comissão mista. O que parece pontuar positivamente o Programa Escola Viva, onde a liderança, o protagonismo e o projeto de vida podem trazer um melhor contorno contra as desigualdades sociais.

3.3.4 Da indagação “d” do questionário e suas respostas

Em uma quarta pergunta, o protagonismo do Programa Escola Viva foi questionado aos entrevistados, indagando a forma como é desenvolvido o protagonismo dos discentes no Projeto Político Pedagógico de sua unidade escolar, e as respostas foram as que se seguem:

Segundo o profissional R.M.P.G. o programa dá aos discentes, vez e voz. Cada sugestão é ouvida e respeitada. Os clubes de protagonismo são acompanhados e avaliados pelos docentes. O entrevistado L.D.B. relatou que o protagonismo é desenvolvido nos clubes, no horário das aulas e da parte diversificada nas reuniões de líderes.

O entrevistado C.N.R. relatou que o protagonismo acontece em todas as atividades da escola, mas principalmente nos clubes, atividades culturais e na elaboração do horário de atividades.

De acordo com C.N. o protagonismo é desenvolvido com a participação ativa na construção do guia de convivência, na agenda, no guia de aprendizagem e no conselho de líderes. Na compreensão de M.T. o protagonismo é premissa das mais importantes por meio dos clubes com abertura ao diálogo, ou seja, é uma prática constante na Escola Viva “Conde de Linhares”.

Segundo A.C.S.C. o protagonismo é desenvolvido nos clubes de protagonismo, e de acordo com a diretora C.P. o protagonismo é desenvolvido com participação ativa dos estudantes que redigem o guia de convivência e formam os clubes e participam da elaboração das agendas e convivência.

O entrevistado C.M.P. disse que o protagonismo é desenvolvido através das opiniões dos alunos, onde prevalece a sugestão mais votada; já A.F.C. relatou que o protagonismo acontece em todas as atividades, desde a elaboração do horário das aulas até a organização dos clubes.

O profissional F.V.A. informou que o protagonismo é desenvolvido através do acolhimento, de tarefas para o exercício da responsabilidade do discente e apresentações escolares.

Com as afirmações, pudemos compreender que o Protagonismo dos discentes é desenvolvido no Projeto Político Pedagógico daquela unidade escolar com participação ativa dos estudantes que redigem o guia de convivência e formam os clubes e participam da elaboração das agendas e convivência, uma forma de

vivenciar a inclusão social na rotina escolar e fora da mesma, vez que a possibilidade dos estudantes se tornarem protagonistas de suas histórias é mais uma forma de justiça do Reconhecimento, pois os jovens reconhecem seus direitos, as relações de afeto e confiança, e a solidariedade como propulsores de justiça social.

3.3.5 Da indagação “e” do questionário e suas respostas

Em uma quinta indagação, perguntamos como são as políticas de capacitação dos profissionais de educação no Programa Escola Viva, e segundo C.N.R. são frequentes e promovidos pela Secretaria de Estado de Educação-SEDU.

De acordo com L.D.B. as políticas de capacitação profissional possuem várias formações presenciais e a distância, *on line*, com estudos nas reuniões de áreas e de equipes e na formação inicial. Segundo o profissional de educação R.M.P.G. as políticas de formação existem por área de conhecimento, o que foi relatado de forma sucinta. O entrevistado C.N. relatou que as políticas de capacitação dos profissionais são contínuas e construtivas.

O entrevistado F.V.A. afirmou que as políticas de capacitação dos profissionais ocorrem em outros municípios e são oferecidas por outro órgão em parceria com o Estado do Espírito Santo. O profissional A.F.C. relatou que as políticas de capacitação dos profissionais são frequentes e geralmente ocorrem no município de Vitória e são específicas para cada área e função.

O profissional C.M.P. afirmou que as políticas de capacitação dos profissionais acontecem através de formações, reuniões e ciclos para melhor entendimento e aperfeiçoamento das práticas pedagógicas do Programa Escola Viva. O entrevistado C.P. informou que as políticas de capacitação dos profissionais do programa são constantes e realizadas pela equipe de implantação da Secretaria de Estado de Educação-SEDU.

Segundo A.C.S.C. as políticas de capacitação dos profissionais existem com algumas formações e cursos a distancia que são indicados pela Secretaria de Estado de Educação-SEDU e os profissionais específicos do Programa Escola Viva. Na compreensão de M.T. as políticas de capacitação dos profissionais de educação no Programa Escola Viva são constantes. Podem ser presenciais, como a imersão inicial, de uma semana, para aprender as bases do programa, ou *on line*, por meio de programas de treinamento.

Enfim, tais respostas nos remetem afirmar que as políticas de capacitação dos profissionais de educação no Programa Escola Viva são frequentes e trabalhadas desde a fase da imersão inicial até treinamentos *on line* para a adequação e o aprimoramento dos profissionais de educação do programa.

3.3.6 Da indagação “f” do questionário e suas respostas

Em uma sexta indagação, o “Projeto de Vida” foi o cerne dos questionamentos. O mesmo é um dos pontos inovadores do Programa Escola Viva e pode trazer inclusão social para os jovens discentes do programa, e em especial da escola colatinense investigada. Para tanto, M.T. relatou que o projeto de vida é reavaliado periodicamente para refletir o amadurecimento da personalidade dos discentes, e tanto pelos professores e tutores do programa. Na compreensão desse profissional de educação, o projeto de vida é reavaliado periodicamente, tanto pelos professores quanto pelos tutores das disciplinas; segundo a profissional de educação.

O entrevistado A.C.S.C. informou que o projeto de vida é reavaliado periodicamente, mas não proferiu outras informações dessa reavaliação. A informação do entrevistado C.P. foi significativa, pois, o projeto de vida passa por reavaliações periódicas, e o mesmo é a sustentação do Programa Escola Viva em virtude de que todas as ações da escola possuem uma intencionalidade. O profissional C.M.P. também relatou que o projeto de vida passa por reavaliações contínuas, e, além disso, é acompanhado por profissionais na intenção de alcançar os objetivos estabelecidos pelo projeto.

O entrevistado A.F.C. relatou que o projeto de vida é reavaliado periodicamente e que existe um acompanhamento dentro do projeto de vida, uma disciplina, com revisões do mesmo ao longo do ano. O profissional F.V.A. confirma que o projeto de vida é reavaliado periodicamente para o amadurecimento da personalidade do discente e que o monitoramento do projeto de vida é realizado pela Secretaria de Estado de Educação-SEDU, na circunscrição da Superintendência Regional de Educação de Colatina e pela Coordenação Pedagógica.

O profissional C.N. também afirmou que o projeto de vida é reavaliado periodicamente pelo Programa Escola Viva, e que o mesmo, acontece pela disciplina denominada Projeto de Vida e tutoria. Segundo o profissional de educação

R.M.P.G. a realização do projeto de vida é uma realidade e relata ainda que, o Projeto de vida-PV como é chamado pelos profissionais do programa, é o cerne do Programa Escola Viva, portanto há constante avaliação para retomada do que não está coeso com o que reza o programa.

O entrevistado L.D.B. respondeu que o projeto é reavaliado periodicamente; e segundo a C.N.R. o Projeto de Vida possui acompanhamento constante.

Por fim, foi observado que o Projeto de vida é reavaliado periodicamente para refletir o amadurecimento da personalidade dos discentes, tanto pelos professores e tutores do programa, pois todos os profissionais de educação responderam positivamente quanto à manutenção desse projeto de vida dos estudantes.

3.3.7 Das indagações “g”, “h”, “i” e suas respostas

Na questão “g”, indagamos de que forma o Programa Escola Viva induz inclusão social, e os profissionais responderam da seguinte forma:

Segundo C.N.R. e F.V.A. o Programa Escola Viva no estudo de caso na unidade escolar “Conde de Linhares”, induz pouca inclusão social; o que não corresponde expressiva contribuição sobre a adequação de justiça social no Programa Escola Viva.

Os profissionais L.D.B. e M.T. relataram que o Programa Escola Viva na escola investigada induz inclusão social, pois, há a discussão sobre questões como preconceitos, e *bullying* na escola. Na compreensão dos profissionais R.M.P.G., A.C.S.C., C.P., C.M.P., A.F.C. e N.C., o Programa Escola Viva na escola, objeto de pesquisa deste trabalho, induz muita inclusão social.

Nota-se através dos relatos que, as respostas sobre como o Programa Escola Viva induz inclusão social são diversificadas, mas a maioria dos entrevistados respondeu que o programa induz em variados graus inclusão social.

Na questão “h” deste questionário investigamos o Projeto de Vida e a forma como o mesmo pode ampliar o horizonte do discente do programa, a seguir:

O entrevistado F.V.A. afirmou que o Programa Escola Viva amplia o horizonte (projeto de vida) do discente de forma pouco satisfatória, já o profissional R.M.P.G. e C.N.R. relataram que o Programa Escola Viva na Escola “Conde de Linhares” amplia o horizonte (projeto de vida) dos discentes de forma satisfatória.

Os profissionais A.F.C., N.C., C.M.P., L.D.B., A.C.S.C., C.P. e M.T. consideram de forma muito satisfatória o projeto de vida, e relataram que todas as ações de equipe são voltadas para o estudantes, e que todos os discentes são incentivados ao projeto de vida.

Enfim, a maioria dos entrevistados relatou que o projeto de vida pode ampliar o horizonte do discente do programa de forma muito satisfatória, ao passo que, apenas dois dos entrevistados disseram que o projeto de vida pode ampliar o horizonte do discente do Programa de forma satisfatória, e que apenas um dos entrevistados frisou que o Projeto de Viva pode ampliar o horizonte do discente do Programa de forma pouco satisfatória.

Na questão “i”, deste questionário que aplicamos, a indagação buscou compreender se os bons resultados do Estado do Espírito Santo no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEA 2017 estavam relacionados com a implantação do Programa Escola Viva no Estado. Além de perguntarmos se algum entrevistado gostaria de fazer alguma outra consideração sobre o Programa Escola Viva na unidade escolar investigada.

Os entrevistados C.M.P. e C.P. relataram que ainda não existe um resultado sobre o indagado. Em outra compreensão, R.M.P.G., C.N.R. e M.T. consideram relevante o resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e a implantação do Programa Escola Viva.

O profissional de educação A.F.C. não considera relevante o bom resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica IDEA 2017 e o Programa Escola Viva, bem como afirmou que, o primeiro Índice de Desenvolvimento da Educação Básica da escola realizado em 2018, ainda não possui resultado.

Outros entrevistados como, F.V.A., N.C., L.D.B. e A.C.S.C. informaram que consideram muito relevante a existência do Programa Escola Viva e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no Estado do Espírito Santo, noticiado como um dos melhores índices do país.

Com as respostas, denota-se que dois profissionais entrevistados relataram que ainda não existe um resultado sobre o indagado; os outros quatro entrevistados consideram muito relevante o resultado positivo da educação básica capixaba e a relação de existência do Programa Escola Viva; os outros três

entrevistados consideram apenas relevantes os bons índices capixabas e o Programa Escola Viva.

Por fim, ao final das entrevistas, os profissionais relataram que o Programa ainda está em desenvolvimento e que as normativas são excelentes, mas a sua prática depende de maiores investimentos do governo do Estado do Espírito Santo, pois os profissionais de educação da Escola Viva “Conde de Linhares” possuem grande empenho nas práticas do Programa Escola Viva.

A próxima seção deste capítulo trará a percepção das entrevistas e a correlação com a justiça social e a democracia no Programa Escola Viva do governo do Estado do Espírito Santo.

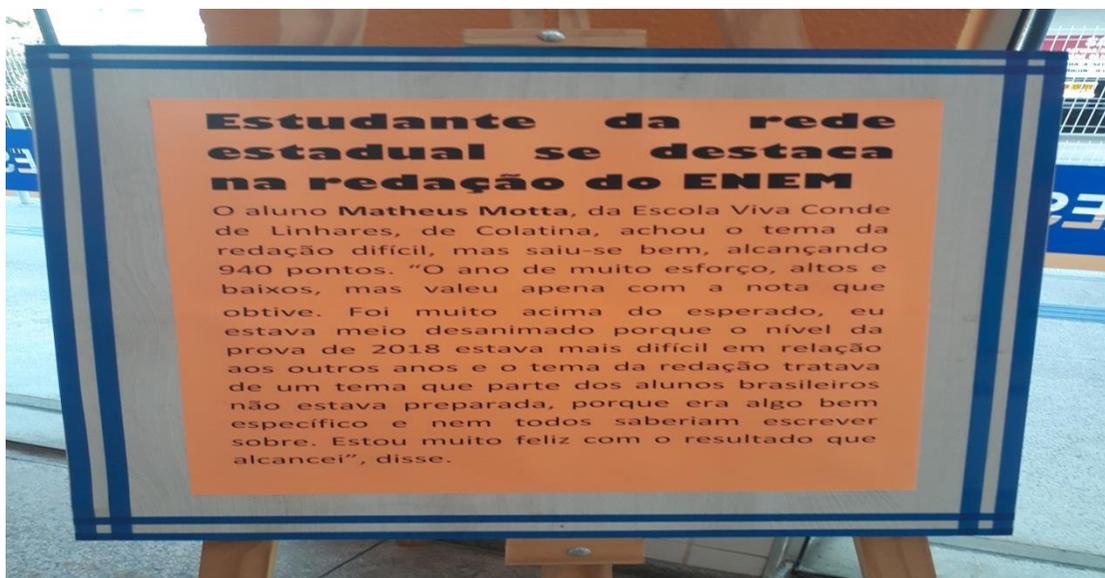
3.4 A PERCEPÇÃO DA PESQUISADORA NAS ENTREVISTAS E A CORRELAÇÃO COM A JUSTIÇA SOCIAL E A DEMOCRACIA INCLUSIVA

Os entrevistados demonstraram conhecer o Programa Escola Viva e suas especificidades e a lutarem pelas conquistas dos discentes com interesse nos bons resultados do mesmo, o que parecia coadunar com a rotina dos alunos, que pareciam integrados, engajados em prol da construção do projeto de suas vidas, considerando que as entrevistas foram realizadas na sala dos professores e que também obtivemos acesso às salas dos discentes.

Existe uma participação relativamente expressiva das famílias e toda a comunidade escolar na unidade investigada, o que minimiza parte dos efeitos turbulentos da implantação do programa. O protagonismo dos discentes é desenvolvido na unidade escolar com participação ativa dos estudantes, bem como as políticas de capacitação dos profissionais de educação. A maioria dos profissionais acredita que o programa induz em variados graus inclusão social e consideram os índices da educação capixaba de 2017 terem relevância com o Programa Escola Viva. O exemplo disso é o excelente desempenho do aluno Matheus Motta, que se tornou referência estadual na redação do Exame Nacional do Ensino Médio-ENEM, alcançando 940 pontos no ano de 2018.

Vejamos a imagem a seguir:

Imagem 6– Cartaz com o resultado da redação do Exame Nacional de Ensino Médio-ENEM 2018, do aluno da Escola Viva “Conde de Linhares”, Matheus Motta.



Tal resultado colabora para o reconhecimento do discente e para a motivação para os demais realizarem suas atividades escolares com esmero, pois o sucesso do Programa Escola Viva é o sucesso de vários jovens capixabas.

Ademais, o exercício da democracia é uma prática constante na forma de participação social, e jovens engajados na escola, trabalham suas identidades, direitos, sentimentos, solidariedade, ora, o reconhecimento que transmite segurança ontológica e que, portanto, serão os jovens engajados com a questões sociais e políticas do futuro como bem delineamos em Boaventura de Souza Santos.

O Programa Escola Viva ainda deve apresentar melhores resultados; pois a atual gestão da Secretaria de Estado da Educação-SEDU manteve o programa em funcionamento e salientou a importância do mesmo para a sociedade capixaba com a proposta de mais investimentos nesta política pública.

E essa percepção se deu por diversos motivos, principalmente em virtude da falta de investimentos mais consideráveis para a realização de práticas de protagonismos em disciplinas eletivas, onde muitas vezes os profissionais de educação doam parte do dinheiro para o transporte de viagens pedagógicas dos discentes que prospectam expor os seus sonhos em várias atividades que possam exercitar a cidadania, o direito, o respeito à diversidade, a solidariedade, o amor

próprio e a autonomia como a melhor expressão da Justiça do Reconhecimento de Axel Honneth.

Enfim, percebemos também, que o Programa Escola Viva ainda é um programa em expansão, e que no presente a atual gestão trabalha para a adequação do programa ao reconhecimento, à inclusão social, à perspectiva de vida dos jovens integrantes desta política pública social, e em cumprimento das exigências do Plano Nacional de Ensino 2014-2024.

O próximo capítulo fará as considerações finais da presente investigação no Programa Escola Viva do governo do Estado do Espírito Santo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos responder nesta pesquisa se a política pública consubstanciada no Programa Escola Viva do Governo do Estado do Espírito Santo é um instrumento adequado a promover a justiça social e a democracia, sob a perspectiva da teoria do reconhecimento e da democracia inclusiva, tomando por base um estudo de caso na Escola Viva “Conde de Linhares”, no município de Colatina, região noroeste capixaba.

Em se tratando de uma pesquisa sobre políticas públicas e questões contemporâneas, em especial, justiça social, democracia e educação nas ciências sociais, apresentamos um tema pertinente aos anseios da sociedade complexa, pois a repercussão social do Programa Escola Viva foi demasiada, onde a comunidade escolar mesmo insatisfeita com a educação básica ofertada anterior a política pública investigada, duvidou, protestou e, em especial a comunidade escolar colatinense levou até a tutela do Poder Judiciário a implantação do Programa Escola Viva no município.

No primeiro capítulo, a pesquisa descreveu o Programa Escola Viva, a sua base normativa, a origem do mesmo, sua implantação e implementação no cenário capixaba e a Escola Viva “Conde de Linhares”, o Projeto Político Pedagógico do Programa Escola Viva e a discussão sociopedagógica sobre educação integral e tempo integral, as Diretrizes Pedagógicas e Operacionais do Programa Escola Viva, o Programa Escola Viva enquanto política pública contemporânea com uma análise da educação capixaba. Uma escola idealizada pela necessidade de melhorias no cenário capixaba.

Em um segundo capítulo, a pesquisa trouxe a correlação teórica de justiça, reconhecimento e democracia; da justiça distributiva, sua origem e seus principais teóricos; problematizando a justiça distributiva, suas teorias e o Programa Escola Viva, a teoria da Justiça Utilitarista, a teoria da Justiça do Liberalismo Político de John Rawls, a teoria da Justiça Libertária ou Libertarianismo, a teoria da Justiça Comunitarista, a teoria da Justiça do Reconhecimento, a teoria da Justiça do Reconhecimento na compreensão de Axel Honneth, a teoria da Justiça do Reconhecimento na compreensão de Nancy Fraser, o Programa Escola Viva e a Justiça do Reconhecimento por Axel Honneth e Nancy Fraser; Democracia inclusiva, breves considerações sobre as teorias democráticas contemporâneas, democracia,

participação, desigualdade e o Programa Escola Viva. Uma forma de correlacionar o Programa Escola Viva com o referencial teórico da justiça social e da democracia inclusiva na linha de pesquisa políticas públicas e questões contemporâneas.

Em resposta a esta dissertação, apresentamos no terceiro capítulo a análise do Programa Escola Viva, na Escola “Conde de Linhares”, em um estudo de caso sobre a unidade escolar nos anos de 2017 a 2018. Contudo, partimos da hipótese de que um modelo de Educação Básica Integral de qualidade pedagógica e social seria extremamente relevante para a juventude capixaba, especificamente colatinense e após anos de observação, exploração, apropriação da base teórica de justiça e democracia, e do estudo de caso da Escola Viva “Conde de Linhares”, verificamos a adequação desta política pública.

A análise aponta que, preliminarmente, sobre a implantação da Escola Viva “Conde de Linhares” à adequação do programa ao referencial de justiça e democracia que metade dos entrevistados não se posicionaram quanto à forma da implantação do Programa Escola Viva na unidade escolar investigada, e os demais profissionais relataram a turbulenta implantação, e a fase de transição da escola parcial para a integral na educação básica.

Podemos aferir que, a implantação turbulenta foi superada pela observação da rotina escolar engajada dos atores sociais que participam da referida política pública, mas que ainda alguns profissionais de educação da escola investigada preferiram a discricção nessa primeira resposta, em razão de não residirem no município no final de 2016. Neste quesito, o assunto implantação não traz desconforto ou insatisfação para os profissionais de educação da unidade escolar investigada, mesmo com a falta de diálogo entre o governo e a comunidade escolar.

Investigamos se existe a participação da comunidade (pais ou responsáveis, família, e dos próprios discentes) na construção das práticas pedagógicas na escola e pudemos apurar que existe uma participação das famílias e da comunidade escolar na construção das práticas pedagógicas do Programa Escola Viva na unidade investigada, o que minimiza parte dos efeitos turbulentos da implantação do programa, onde reforçamos que o diálogo não foi observado entre os atores sociais interessados na política pública contemporânea em questão. Podemos concluir que a comunidade escolar da Escola Viva “Conde de Linhares” é engajada, motivada e será concomitantemente relevante para as melhorias

educacionais que precisamos na educação básica de maneira muito significativa, pois a relação família e escola é estabelecida como prioritária desde as primeiras reuniões que iniciaram os anos letivos investigados. Com isso, concluímos que a participação da comunidade escolar no programa acontece de forma muito satisfatória.

Em outra indagação, fora perguntado se existe algum conselho de docentes, família e alunos para a solução de eventuais conflitos e planejamentos das atividades do programa e ficou evidente a existência de conselho de docentes, família e alunos para a solução de eventuais conflitos e planejamentos das atividades do programa, como por exemplo, o conselho de escola, o conselho de líderes de sala e a comissão mista. Uma condição importante para o desenvolvimento da liderança, do protagonismo e do projeto de vida. Tal indagação demonstrou a satisfação dos entrevistados.

A forma como é desenvolvido o protagonismo dos discentes no Projeto Político Pedagógico de sua unidade escolar também foi indagado. Com as afirmações, pudemos aferir que o protagonismo dos discentes é desenvolvido no Projeto Político Pedagógico de sua unidade escolar com participação ativa dos estudantes que redigem o guia de convivência e formam os clubes, agendas e convivência, uma forma de vivenciar a inclusão social na rotina escolar e fora da mesma, vez que a possibilidade dos estudantes se tornarem protagonistas de suas histórias é mais uma forma de justiça do reconhecimento, pois os jovens reconhecem seus direitos, as relações de afeto e confiança, e a solidariedade como propulsores de justiça social. O protagonismo dos discentes é exercido de forma muito satisfatória.

A pesquisa também indagou como acontecem as políticas de capacitação dos profissionais de educação no Programa Escola Viva, e tais respostas nos remetem a afirmar que as políticas de capacitação dos profissionais de educação no Programa Escola Viva são frequentes e trabalhadas desde a fase da imersão inicial até treinamentos *on line* para a adequação e o aprimoramento dos profissionais de educação do programa. Neste quesito há muita satisfação dos profissionais de educação entrevistados.

O projeto de vida foi o cerne dos questionamentos, e é um dos pontos inovadores do Programa Escola Viva e traz inclusão social para os jovens discentes do programa, e em especial da escola colatinense investigada, pois, é nítido que o

projeto de vida é reavaliado periodicamente para refletir o amadurecimento da personalidade dos discentes, e tanto pelos professores e tutores do programa, pois todos os profissionais de educação responderam positivamente quanto à manutenção desse projeto de vida dos estudantes. O projeto de vida induz muita satisfação no Programa Escola Viva.

Tal investigação nos permitiu indagar como o Programa Escola Viva induz inclusão social. Nota-se através das entrevistas que, as respostas sobre como o Programa Escola Viva induz inclusão social são diversificadas, mas a maioria dos entrevistados respondeu que o Programa induz muita inclusão social.

Quanto à ampliação do horizonte do discente, podemos afirmar que a maioria dos entrevistados relatou que o Projeto de Viva pode ampliar esse horizonte de forma muito satisfatória, ao passo que, apenas dois dos entrevistados disseram que o Projeto de Viva pode ampliar o horizonte do discente do Programa de forma satisfatória, e que apenas um dos entrevistados frisou que o Projeto de Viva pode ampliar o horizonte do discente do Programa de forma pouco satisfatória. Assim, podemos concluir que a maioria dos profissionais de educação da Escola Viva “Conde de Linhares” acreditam no Programa Escola Viva como uma política pública que transforma os jovens através da educação, mas apenas de forma satisfatória.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEA, no ano de 2017 apresentou importantes resultados para a educação básica capixaba. Contudo, indagamos os profissionais de educação se esse fato estava relacionado com a implantação do Programa Escola Viva no Estado do Espírito Santo, e três dos profissionais entrevistados relataram que ainda não existe um resultado sobre o indagado; os outros quatro entrevistados consideram muito relevante o resultado positivo da educação básica capixaba e a relação de existência do Programa Escola Viva; os outros três entrevistados consideram apenas relevantes os bons índices capixabas e o Programa Escola Viva. Denota-se que os profissionais consideram que existe relevância entre os bons resultados na educação capixaba e o Programa Escola Viva.

Os profissionais entrevistados relataram que o Programa ainda está em desenvolvimento e que as normativas são excelentes, mas a sua prática depende de maiores investimentos do governo do Estado do Espírito Santo, pois a direção escolar, a coordenação escolar e os professores já possuem grande empenho nas práticas do Programa Escola Viva.

Reafirmamos o ponto negativo da coleta de dados, em fase de observação ao recinto escolar colatinense, pois ouvimos de alguns profissionais de educação que ainda existem poucos investimentos no Programa Escola Viva, o que atrapalha a progressão de justiça social pelo fato do programa ressaltar o protagonismo e a inclusão social, premissas básicas para o reconhecimento social e a identidade de grande parte da juventude capixaba e especificamente da Escola Viva “Conde de Linhares”.

Constatamos que mesmo com a turbulenta implantação na Escola Viva “Conde de Linhares”, a comunidade escolar vem se esforçando para que o melhor do Programa de educação integral seja ofertado aos discentes daquela municipalidade, por isso, concluímos que a adequação de justiça social e democracia nesta política pública é satisfatória, mas não muito satisfatória, conforme o resultado da análise na seção 3.3, do terceiro capítulo deste trabalho de pesquisa. O Programa Escola Viva ainda deve apresentar melhores resultados; pois a atual gestão da Secretaria de Estado da Educação-SEDU manteve o programa em funcionamento e salientou a importância do mesmo para a sociedade capixaba com a proposta de mais investimentos nesta política pública.

Outro ponto negativo da atuação do Programa Escola Viva “Conde de Linhares” foi a observação de que houve a diminuição de oferta de vagas no ensino básico parcial, pois muitos jovens que necessitam atuarem no mercado de trabalho ficaram fora da atuação do Programa Escola Viva. No município de Colatina, em especial, o comércio, a lavoura, a pecuária e as atividades em feiras livres da municipalidade dificultaram o curso integral da educação básica na Escola Viva “Conde de Linhares” em razão da subsistência dos jovens e suas famílias. Existe ainda, a ideia de que o Programa Escola Viva é uma boa concepção de preparo restrito para os jovens como força de trabalho no capitalismo exacerbado, e ainda a falta de entendimento da importância da educação integral para a formação jovem na contemporaneidade como forma de mitigar muitos males sociais.

O Programa Escola Viva na unidade escolar “Conde de Linhares” apresenta adequação à justiça e democracia satisfatória nos anos de 2017 a 2018, pois nem tampouco foi rechaçada pelos entrevistados ou traduzida em um grau máximo de excelência. Ainda longe do ideal de educação básica que necessitamos para trazer justiça social do reconhecimento e vivência democrática na escola e na comunidade em geral.

Ademais, os resultados da educação básica de 2018 ainda não tinham sido divulgados até a coleta de dados, pelas entrevistas semiestruturadas com os profissionais de educação.

Contudo, reforçamos a importância da educação básica para o jovem capixaba na contemporaneidade, e após a análise dos dados, passamos a apresentar algumas propostas para solução dos problemas dispostos nesta dissertação.

Os profissionais de educação em sua maioria são engajados e esforçados na atuação do Programa Escola Viva na Escola Viva “Conde de Linhares” e participam de cursos de capacitação oferecidos pela Secretaria Estadual de Educação-SEDU. O que dispensa mais sugestões nesse quesito, pois o trabalho de pesquisa confirmou tal situação.

Os poucos investimentos no Programa Escola Viva resultaram no maior problema da atuação do mesmo até o final do ano de 2018. Cumpre afirmarmos a sugestão de que investimentos, oferecidos de forma personalíssima, ou seja, para a realidade de cada unidade escolar, seriam uma forma de potencializar os efeitos do Programa Escola Viva, pois cada escola tem uma particularidade, cada região do Estado do Espírito Santo tem suas especificidades, potencialidades, e assim, o projeto de vida seria melhor delineado com o binômio, maiores investimentos e mais atenção personalíssima aos recintos escolares.

Não basta uma exemplar atuação dos professores, diretores, coordenadores, e comunidade escolar sem as devidas condições de trabalho, e a existência de um orçamento insuficiente para a prática das disciplinas eletivas, enquanto exercício de autonomia e protagonismo de inúmeros jovens capixabas. Aqui, sugerimos mais investimentos para as disciplinas eletivas, pois elas são fundamentais para que o sentido da educação integral no Programa Escola Viva seja cada vez mais efetivado.

Ainda, outro ponto negativo do Programa Escola Viva é a remuneração dos professores, insuficiente para a jornada de trabalho integral, a governança pública de Educação do Estado do Espírito Santo precisa reverter essa realidade, pois o incentivo com melhores salários será um dos fatores motivacionais para que a educação básica capixaba seja de excelência nacional. Todavia, sugerimos a melhoria na remuneração dos profissionais de educação do Programa Escola Viva.

Outro aspecto negativo que foi observado na escola investigada é a insegurança, pois a atuação da polícia militar capixaba é insatisfatória, segundo observação do campus escolar. Contudo, sugerimos melhor atuação da segurança pública nas Escolas Vivas do Estado do Espírito Santo.

A governança sobre o assunto da educação no Programa Escola Viva deve ser discutida entre o governo do Estado do Espírito Santo e a sociedade civil, não apenas representada pela Espírito Santo em ação, Organização não governamental-ONG, e as instituições de ensino público federal do cenário capixaba, mas por outras grandes instituições de ensino de atuação no território capixaba que representam grandes instituições de ensino de nível nacional, como fundações educacionais de direito privado, ou seja, novos atores, onde a Secretaria de Estado de Educação poderá fundear recursos para financiar os projetos oferecidos pela sociedade civil e também fornecer acompanhamento e treinamento para o projeto de vida em prol da participação social. A sugestão é ampliar os parceiros do Programa Escola Viva. Incentivar a sociedade civil para a parceria ao Programa Escola Viva merece mais atenção, o que poderá proporcionar incentivos fiscais e a geração de mais empregabilidade.

Ademais, é clara a necessidade de aprimoramento desta política pública de educação, com um novo olhar sobre a educação básica, para combate de uma educação fragmentada, que traz outros problemas correlatos que são traduzidos na pobreza, na marginalização social, na falta de reconhecimento social e em quase nenhuma prática de democracia para a inclusão social. Enfim, que o aprimoramento pedagógico e operacional do Programa Escola Viva seja uma constante na educação capixaba.

As considerações finais sobre o presente trabalho de pesquisa perpassam pela importância das políticas públicas de educação na contemporaneidade, em especial, o Programa Escola Viva. Por isso, a importância de verificação de um instrumento adequado a promover a justiça social e a democracia, sob a perspectiva da teoria do reconhecimento e da democracia inclusiva, tomando por base a percepção dos profissionais de educação que trabalharam no programa entre 2017 a 2018.

Por fim, para a obtenção de melhores resultados por parte do Programa Escola Viva, ainda é necessário que a educação tenha mais valor social, do que já vivenciado na educação pública estadual capixaba em outrora. Esperamos que a

pesquisa possa contribuir para o fortalecimento da escola justa e democrática, como um real espaço de justiça social, ampliando saberes, competências, criando melhores condições de aprendizagem e conseqüentemente, discentes da educação básica capixaba mais preparados para o ingresso no ensino superior e no mercado de trabalho, no município de Colatina, bem como no Estado do Espírito Santo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ronaldo de. “Estudo de Caso: foco temático e diversidade metodológica”. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Bloco Qualitativo, 2016, p. 60-72. Disponível em: <https://bit.ly/2gQQEsc>. Acesso em 01 de fevereiro.2018.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. 10ª. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. ARISTÓTELES. **A Política**. in Coleção Livros que Mudaram o Mundo. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010.

_____. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

_____. **Ética a Nicômaco**. 3. ed. Trad. Edson Bini. Bauru: Edipro, 2009.

BITTAR, Eduardo C. B.; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Curso de Filosofia do Direito**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

BOBBIO, Norberto. **Direito e Estado no Pensamento de Emanuel Kant**. Trad. De Alfredo Fait. 4ª. Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

_____. **Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Estado, governo, sociedade: fragmentos de um dicionário político**. 20 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2017.

_____. **A Era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BONAVIDES, Paulo. **Do Estado Liberal ao Estado Social**. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação**. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf, 2014. Acesso em: 20 de abril de 2018.

_____. **LEI Nº 13.005**. Plano Nacional de Educação. 2014. Disponível em: pne.mec.gov.br. Acesso em: 18 de abril de 2018.

_____. Câmara dos Deputados. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília, 2010b. Disponível em: bd.camara.gov.br. Acesso em: 18 de abril de 2018.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 20 de abril de 2018.

CANOTILHO, J.J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 5. ed. Coimbra: Almedina, 2001.

CHAUI, Marilena. Público, privado, despotismo. In: *Ética/org.* Adauto Novaes.- São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p. 345-390.

COSTA, Antônio C. **A Presença da Pedagogia: Métodos e Técnicas de Ação Socioeducativa**. São Paulo, SP: Global. 1999.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Legislação educacional brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

DAHL, Robert A. **La poliarquía: participación y oposición**. Colección de Ciências Sociales, Serie Ciência Política, Madrid: Tecnos, 1997.

DELORS, Jacques (org.). **Educação um tesouro a descobrir** – Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Editora Cortez, 7ª edição, 2012.

DEWEY, John. **The public and its problems**. Chicago: The Swallow, 1954.

DOMINGUES, José Maurício. Sociologia e modernidade. Para entender a sociedade contemporânea. **Rio de Janeiro: Civilização Brasileira**, 2005.

DWORKIN, Ronald. **A virtude soberana: a teoria e a prática da igualdade**. Trad. Jussara Simões. Rev. tec. e da trad. Cícero Araújo e Luiz Moreira. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Diagnóstico da Educação do Estado do Espírito Santo**. Disponível em: <<http://portal.sedu.es.gov.br:85/PDFs/DIAGNOSTICO.pdf>>. Acesso em: 18 abril 2018.

_____. **Diretrizes Operacionais e Pedagógicas do Programa Escola Viva**. Secretaria de Estado da Educação – SEDU/ES Edição, dezembro: 2016. Disponível em: <http://portal.sedu.es.gov.br>. Acesso em: 25 de abril de 2018.

_____. **Lei Complementar nº 799, de 12 de junho de 2015**, Cria o Programa de Escolas Estaduais de Ensino Médio em Turno Único - "Escola Viva". Disponível em: <http://portal.sedu.es.gov.br>. Acesso em: 25 de abril de 2018.

_____. **Lei Complementar nº 818, de 17 de dezembro de 2015**, onde as Escolas Estaduais de Ensino Médio em Turno Único, denominadas Escolas Vivas, passaram a serem denominadas Escolas Estaduais de Ensino Fundamental e Médio em Turno único. Disponível em: <http://portal.sedu.es.gov.br>. Acesso em: 25 de abril de 2018.

_____. **Projeto de Lei Complementar nº 4/2015**. Dispõe sobre a implantação do "Programa de Escolas Estaduais de Ensino Médio em Turno Único" no Estado, denominado "Escola Viva". Disponível em:

<<http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/PLC/PLC42015.e..docx>>. Acesso em: 20 de junho. 2017.

_____. **Escola Viva**. Disponível em: <https://www.es.gov.br/escola-viva>. Acesso em: 21 de maio 2018.

ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO. **Projeto Educação em Tempo Integral**, Vitória, jul. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KwAqf1wnW5U>>, 2016, Acesso em: 9 de fevereiro de 2018.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. “Ideias, Conhecimento e Políticas Públicas: Um Inventário Sucinto das Principais Vertentes Analíticas Recentes”, **Revista Brasileira de Ciências Sociais** 18 (51): 21-30. 2003.

FLEISCHAKER, Samuel. **Uma breve história da justiça distributiva**. Trad. A. de Vita. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOLHA VITÓRIA. Disponível em: <https://www.folhavoria.com.br/geral/noticia/09/2018/espírito-santo-tem-o-maior-ideb-do-pais-segundo-levantamento>. Acesso em 16 de Dezembro de 2018.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2006.

_____. Redistribuição, Reconhecimento e Participação: Por uma concepção integrada de justiça. In: SARMENTO, Daniel; IKAWA, Daniela; PIOVESAN, Flávia (Org.). **Igualdade, Diferença e Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à Prática Educativa**. Col. Leitura. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Política e Educação**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREITAS, R. S. Wesley & Jabbour, J. C. Charbel Utilizando estudo de caso (s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 18, n. 2, p. 07-22, 2011 Disponível em: <https://www3.ufpe.br/moinhojuridico/images/ppgd/8.12a%20estudo%20de%20caso.pdf>. Acesso em: 05 de Março de 2019.

GARGARELLA, Roberto. **As teorias da justiça depois de Rawls: um breve manual de filosofia política**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HOBBS, Thomas. **Leviatã, ou a matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Martins Claret, 2002.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. 2. Ed. São Paulo, SP: Ed. 34, 2009.

_____. A textura da justice: sobre os limites do procedimentalismo contemporâneo. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 9, n. 3, 2010.

_____. O eu no nós: reconhecimento como força motriz de grupos. **Sociologias**, v. 15, n. 33, p. 56-80, 2013.

INSTITUTO de Corresponsabilidade pela Educação. **Introdução às bases teóricas e metodológicas do modelo Escola da Escolha**. Recife: ICE: 2015.

_____. Modelo Pedagógico: **Metodologias de Exito da Parte Diversificada do Currículo, Componentes curriculares** – Ensino Médio. 2015a 1ª Edição.

_____. **Introdução Às Bases Teóricas E Metodológicas Do Modelo Escola Da Escolha**. 2015b 1ª Edição.

_____. **Tecnologia De Gestão Educacional: Princípios e Conceitos** 2015c 1ª Edição.

_____. **Modelo Pedagógico Conceitos**, 2015 ed. 1ª Edição.

_____. ICE BRASIL. Disponível em: <http://icebrasil.org.br/>. Acesso em 12 de maio de 2018.

INSTITUTO Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: www.inep.gov.br. Acesso em 21 de maio de 2018.

LIBÂNEO, José Carlos. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1992.

LUCAS, Douglas Cesar; OBERTO, Leonice Cadore. Redistribuição versus reconhecimento: apontamentos sobre o debate entre Nancy Fraser e Axel Honneth. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)**, 2 (1), p. 31-39 janeiro-junho 2010.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. 3. ed. Leme, São Paulo: Edijur, 2015.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. (2012). “Democracia e desigualdade: as contribuições da teoria do reconhecimento”. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 9. Brasília, setembro – dezembro de 2012, pp. 119-146.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 31ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

Observatório do Plano Nacional de Educação. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/> (apud ESPÍRITO SANTO, acesso em: 10 de Abril de 2018). Ocupa Conde. Disponível em: <http://facebook.com>. Acesso em 05 de setembro de 2018.

OLIVEIRA, Clara Maria C. Brum de; TROTTA, Wellington. **A liberdade como fundamento do pensamento político-jurídico kantiano.** In: http://www.achegas.net/numero/36/claratrott_36.pdf. Acesso em 11.09.2018.

PATTON, M. G. **Qualitative Research and Evaluation Methods**, 3 ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2002.

PEREIRA, Marcus Abílio & CARVALHO, Ernani. Boaventura de Sousa Santos: por uma nova gramática do político e do social. **Lua Nova**, São Paulo, 73: 45-58, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n73/n73a02.pdf>. Acesso em: 25 de maio de 2018.

PERELMAN, Chaïm. **Ética e Direito**. Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. Rev. da Tradução: Eduardo Brandão. 2ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PERISSINOTTO, Renato M. Política e sociedade: por uma volta à sociologia política. **Política e sociedade**. 5, out. 2004,p. 203-232. Disponível em: <https://periódicos.ufsc.br/index.php/política/article/viewFile/1986/1735>. Acesso em: 30 de abril de 2018.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

RAWLS, John. **Liberalismo político**. Lisboa: Presença, 1997.

REIS, Elisa. “Reflexões Leigas para a Formulação de uma Agenda de Pesquisa em Políticas Públicas”, **Revista Brasileira de Ciências Sociais** 18 (51): 21-30. 2003.

REY, Luís. **Planejar e redigir trabalhos científicos**. 2. ed., rev. ampl. São Paulo: Edgard Blücher, 2003.

RICHARDSON, Roberto Jarry e colaboradores. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SANDEL, Michael. **Justiça – o que é fazer a coisa certa**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SANTOS, Boaventura Sousa; AVRITZER, Leonardo, Introdução: para ampliar o cânone democrático, in: SANTOS, Boaventura Sousa (Org.), **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**, 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SARTORI, Giovanni. Da Sociologia da Política à Sociologia Política. In Lipset, Seymour Martin, org.. **Política e ciências sociais**. Organizado por Seymour Martin Lipset; tradução de Alvaro Cabral. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1972, pp. 106-148.

SAVIANI; Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 2011.

SEN, Amartya. **A ideia de justiça**. Coimbra: Almedina, 2012.

SILVA DA, Bruno Adriano Rodrigues. A predominância da vertente “alunos em tempo integral” nas discussões sobre o tema da educação integral em tempo integral. Ver. **Bras. Educ.** Rio de Janeiro, 22: 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782017000400228&lang=pt. Acesso em: 13 de maio de 2019.

SINDIPÚBLICOS, **Carta aberta da educação capixaba: contra o fechamento de escolas e turmas**, 2015. Disponível em: <<http://www.sindipublicos.com.br/carta-aberta-da-educacao-capixaba-contra-o-fechamento-de-escolas-e-turmas/>>2015. Acesso em: 09 de janeiro de 2018.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1984.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, v.8, n. 16, p. 20-45, 2006.

TILLY, Charles. **Democracia**. São Paulo: Vozes, 2013.

ZANELLI, J. C. Pesquisa qualitativa em estudos da gestão de pessoas. **Estudos da Psicologia**, n. 7, p. 79-88, 2002.

ZUCCHETTI & Moura. Educação integral. Uma questão de direitos humanos? Aval. **Pol. Públ. Educ.** Rio de Janeiro, 25: 2017. Disponível em: em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362017000100257&lang=pt. Acesso em: 13 de maio de 2019.

ANEXOS

- 1) Termos de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE's;
- 2) Roteiro para entrevistas;
- 3) Entrevistas;
- 4) Autorização da Secretaria de Estado da Educação – SEDU, para a pesquisa acadêmica;

TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO

Eu _____ concedi em _____ de Fevereiro de 2019 entrevista a Josihely Fabris, Pesquisadora da Universidade Vila Velha, com fins acadêmicos-mais especificamente, levantamento de dados para o projeto “Justiça Social e democracia: o caso do Programa Escola Viva do Governo do Estado do Espírito Santo na Escola Viva “Conde de Linhares”, município de Colatina-ES, no período de 2015 a 2018”, realizado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Vila Velha. Autorizo que o teor de minha entrevista seja utilizado na pesquisa de forma:

- () Anônima
() Não anônima

Local:

Data: /02/2019

Assinatura:

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

NOME DO PROJETO:

“JUSTIÇA SOCIAL E DEMOCRACIA: O CASO DO PROGRAMA ESCOLA VIVA DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO NA ESCOLA VIVA “CONDE DE LINHARES”, MUNICÍPIO DE COLATINA-ES, NO PERÍODO DE 2015 A 2018”.

1. Identificação da(o) entrevistada(o):

Nome: _____

Instituição: _____

Função na Instituição: _____

E-mail: _____

Data da entrevista: _____

Observações: _____

Roteiro de entrevista para o estudo de caso com os docentes e profissionais de educação do Programa Escola Viva na Escola Viva Conde de Linhares, no município de Colatina. A análise procedimental da dissertação de Mestrado em Sociologia Política tem como tema: “JUSTIÇA SOCIAL E DEMOCRACIA: O CASO DO PROGRAMA ESCOLA VIVA DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO NA ESCOLA VIVA “CONDE DE LINHARES”, MUNICÍPIO DE COLATINA-ES, NO PERÍODO DE 2015 A 2018”. A pesquisa tem o propósito de verificar a medida de justiça e democracia na educação integral capixaba no município de Colatina. A seguir, segue o rol de perguntas com base no que o programa apresenta em tese, conforme a descrição no primeiro capítulo da pesquisa. As entrevistas foram realizadas com os docentes e profissionais de educação por turno único integral do Programa Escola Viva da referida escola, na região noroeste do Estado do Espírito Santo.

Entrevistadora/pesquisadora: Josihely Fabris

Mestranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Vila Velha – UVV

Orientador: Alceu Maurício Júnior

1. Procedimentos iniciais:

Data/Horário Inicial/Horário Término/Local:

1.1. Contato inicial:

1.2. Objetivo: Verificar em que medida o Programa Escola Viva do Governo do Estado do Espírito Santo se relaciona com a democracia e a justiça sob a perspectiva da Teoria do Reconhecimento e democracia inclusiva em um estudo de caso na unidade escolar do programa, Escola Viva Conde de Linhares, no município de Colatina-ES, através de entrevistas realizadas com _____ profissionais de educação da referida escola e suas experiência escolares, trazendo a realidade do Programa Escola Viva.

1.3. Procedimentos para coletas de dados: autorização de dados, informações sobre o Programa Escola Viva através de entrevistas dos profissionais questionados, bem como fornecimento de autorização para a pesquisa exploratória do campus escolar e Secretaria Regional de Educação do Estado no município de Colatina - ES.

2. Questões para o estudo de caso:

2.1. Dados da unidade escolar:

Quantos profissionais de educação trabalham na escola objeto do estudo de caso?

Ensino Fundamental () Ensino Médio ()

Qual a sua área de atuação?

Qual o tempo de existência da Escola Conde de Linhares?

2.2. Dados de identificação do entrevistado (opcional):

a. Nome:

b. Tempo de magistério:

b. Tempo de trabalho na unidade escolar:

c. Grau de escolaridade/ atuação profissional na unidade escolar:

d. Como foi o ingresso desse profissional entrevistado no Programa Escola Viva?

2.3. Rol de perguntas:

- a. Quando e como foi implantado o Programa na sua unidade escolar? E como aconteceu a educação integral do Programa Escola Viva no Estado do Espírito Santo na sua escola nos anos de 2015 a 2018?
- b. Existe uma participação da comunidade (pais ou responsáveis, família, e dos próprios discentes) na construção das práticas pedagógicas na escola?
- c. Existe algum conselho de docentes, família e alunos para a solução de eventuais conflitos e planejamentos das atividades do programa?
- d. Como é desenvolvido o protagonismo dos discentes no Projeto Político Pedagógico de sua unidade escolar?
- e. Como são as políticas de capacitação dos profissionais de educação no Programa Escola Viva?
- f. O projeto de vida é reavaliado periodicamente para refletir o amadurecimento da personalidade do discente?
- g. Como o Programa Escola Viva induz inclusão social?
Não induz inclusão social (...) induz pouca inclusão social (...) induz inclusão social (...) induz muita inclusão social (...)
- h. De que forma o Programa Escola Viva amplia o horizonte (projeto de vida) do discente? Insatisfatória (...) pouco satisfatória (...) satisfatória (...) muito satisfatória (...)
- i. O entrevistado considera que o resultado do IDEB 2017 para o ensino médio capixaba está relacionado com a implantação do Programa Escola Viva?
Não considera relevante (...) considera pouco relevante (...) considera relevante (...) considera muito relevante (...)
O entrevistado gostaria de fazer alguma consideração sobre esta resposta?

ENTREVISTAS

ENTREVISTADO CN: (12/02/2019 – 15h10min às 16h10min)

RESPOSTAS:

1. Dados da unidade escolar:

Quantos profissionais de educação trabalham na escola objeto do estudo de caso?
26.

Ensino Fundamental () Ensino Médio (X)

Qual a sua área de atuação?

Qual o tempo de existência da Escola Conde de Linhares? APROXIMADAMENTE
70 ANOS.

2. Dados de identificação do entrevistado (opcional):

a. Nome:

b. Tempo de magistério: 12 ANOS.

c. Tempo de trabalho na unidade escolar: 03 ANOS.

d. Grau de escolaridade/ atuação profissional na unidade escolar: ESPECIALISTA.

e. Como foi o ingresso desse profissional entrevistado no Programa Escola Viva?
PROCESSO SELETIVO.

3. Rol de perguntas:

- a. Quando e como foi implantado o Programa na sua unidade escolar? E como aconteceu a educação integral do Programa Escola Viva no Estado do Espírito Santo na sua escola nos anos de 2015 a 2018? EM 2017. NÃO RESIDIA NA CIDADE. HÁ COMENTÁRIOS DE MUITA INSATISFAÇÃO.
- b. Existe uma participação da comunidade (pais ou responsáveis, família, e dos próprios discentes) na construção das práticas pedagógicas na escola? SIM. COMISSÕES MISTAS DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE DE CARÁTER PEDAGÓGICO E SOCIOEMOCIONAL.
- c. Existe algum conselho de docentes, família e alunos para a solução de eventuais conflitos e planejamentos das atividades do programa? SIM. CONSELHO ESCOLA. ATUA COMO MEMBRO CONSULTIVO E DELIBERATIVO.
- d. Como é desenvolvido o protagonismo dos discentes no Projeto Político Pedagógico de sua unidade escolar? COM PARTICIPAÇÃO ATIVA NA CONSTRUÇÃO DO GUIA DE CONVIVÊNCIA. AGENDA. GUIA DE APRENDIZAGEM E CONSELHO DE LÍDERES.

- e. Como são as políticas de capacitação dos profissionais de educação no Programa Escola Viva? CONTÍNUAS E CONSTRUTIVAS. EQUIPE IMPLANTAÇÃO SEDU/CEFOP/ICE.
- f. O projeto de vida é reavaliado periodicamente para refletir o amadurecimento da personalidade do discente? SIM. PELA DISCIPLINA PROJETO DE VIDA E TUTORIA.
- g. Como o Programa Escola Viva induz inclusão social?
Não induz inclusão social (...) induz pouca inclusão social (...) induz inclusão social (...) induz muita inclusão social (X)
- h. De que forma o Programa Escola Viva amplia o horizonte (projeto de vida) do discente? Insatisfatória (...) pouco satisfatória (...) satisfatória (...) muito satisfatória (X)
- i. O entrevistado considera que o resultado do IDEB 2017 para o ensino médio capixaba está relacionado com a implantação do Programa Escola Viva?
Não considera relevante (...) considera pouco relevante (...) considera relevante (...) considera muito relevante (X)
O entrevistado gostaria de fazer alguma consideração sobre esta resposta?

ENTREVISTADO ACSC: (12/02/2019 – 16h20min às 17h20min)

RESPOSTAS:

1. Dados da unidade escolar:

Quantos profissionais de educação trabalham na escola objeto do estudo de caso?
26.

Ensino Fundamental () Ensino Médio (X)

Qual a sua área de atuação?

Qual o tempo de existência da Escola Conde de Linhares?

2. Dados de identificação do entrevistado (opcional):

a. Nome:

b. Tempo de magistério: 06 ANOS.

c. Tempo de trabalho na unidade escolar: 03 ANOS.

d. Grau de escolaridade/ atuação profissional na unidade escolar: ESPECIALISTA.

e. Como foi o ingresso desse profissional entrevistado no Programa Escola Viva?
PROCESSO SELETIVO.

3. Rol de perguntas:

- a. Quando e como foi implantado o Programa na sua unidade escolar? E como aconteceu a educação integral do Programa Escola Viva no Estado do Espírito Santo na sua escola nos anos de 2015 a 2018? EU NÃO RESIDIA NA CIDADE QUANDO O PROGRAMA FOI IMPLANTADO, PORTANTO NÃO SEI DIZER QUAL FOI A REPERCUSSÃO DA COMUNIDADE.
- b. Existe uma participação da comunidade (pais ou responsáveis, família, e dos próprios discentes) na construção das práticas pedagógicas na escola? SIM. COMISSÕES MISTAS FORMADAS POR PAIS DE ALUNOS E TAMBÉM TEMOS PARCERIAS COM ALGUMAS EMPRESAS DA CIDADE.
- c. Existe algum conselho de docentes, família e alunos para a solução de eventuais conflitos e planejamentos das atividades do programa? SIM. O CONSELHO DE ESCOLA; O CONSELHO DE LÍDERES E A COMISSÃO MISTA.
- d. Como é desenvolvido o protagonismo dos discentes no Projeto Político Pedagógico de sua unidade escolar? ATRAVÉS DOS CLUBES DE PROTAGONISMO.
- e. Como são as políticas de capacitação dos profissionais de educação no Programa Escola Viva? TEMOS ALGUMAS FORMAÇÕES E CURSOS A DISTÂNCIA QUE SÃO INDICADOS PELA SEDU E PRÓPRIOS DO PROGRAMA ESCOLA VIVA.
- f. O projeto de vida é reavaliado periodicamente para refletir o amadurecimento da personalidade do discente? SIM.
- g. Como o Programa Escola Viva induz inclusão social?
Não induz inclusão social (...) induz pouca inclusão social (...) induz inclusão social (...) induz muita inclusão social (X)
- h. De que forma o Programa Escola Viva amplia o horizonte (projeto de vida) do discente? Insatisfatória (...) pouco satisfatória (...) satisfatória (...) muito satisfatória (X)
- i. O entrevistado considera que o resultado do IDEB 2017 para o ensino médio capixaba está relacionado com a implantação do Programa Escola Viva?
Não considera relevante (...) considera pouco relevante (...) considera relevante (...) considera muito relevante (X)
O entrevistado gostaria de fazer alguma consideração sobre esta resposta?

ENTREVISTADO LDB: (12/02/2019 – 14h às 15h)

RESPOSTAS:

1. Dados da unidade escolar:

Quantos profissionais de educação trabalham na escola objeto do estudo de caso?

Ensino Fundamental () Ensino Médio (X)

Qual a sua área de atuação?

Qual o tempo de existência da Escola Conde de Linhares?

2. Dados de identificação do entrevistado (opcional):

a. Nome:

b. Tempo de magistério: 09 ANOS.

c. Tempo de trabalho na unidade escolar: 03 ANOS.

d. Grau de escolaridade/ atuação profissional na unidade escolar: ESPECIALISTA.

e. Como foi o ingresso desse profissional entrevistado no Programa Escola Viva? PROCESSO SELETIVO.

3. Rol de perguntas:

a. Quando e como foi implantado o Programa na sua unidade escolar? E como aconteceu a educação integral do Programa Escola Viva no Estado do Espírito Santo na sua escola nos anos de 2015 a 2018? EM 2017.

b. Existe uma participação da comunidade (pais ou responsáveis, família, e dos próprios discentes) na construção das práticas pedagógicas na escola? SIM.

c. Existe algum conselho de docentes, família e alunos para a solução de eventuais conflitos e planejamentos das atividades do programa? SIM.

d. Como é desenvolvido o protagonismo dos discentes no Projeto Político Pedagógico de sua unidade escolar? O PROTAGONISMO É DESENVOLVIDO NOS CLUBES, NO HORÁRIO DAS AULAS DA BNCC E DA PARTE DIVERSIFICADA, NAS REUNIÕES DE LÍDERES.

e. Como são as políticas de capacitação dos profissionais de educação no Programa Escola Viva? VÁRIAS FORMAÇÕES PRESENCIAIS E A DISTÂNCIA, ATRAVÉS DE SITES, ESTUDOS NAS REUNIÕES DE ÁREAS E DE EQUIPES E NA FORMAÇÃO INICIAL.

f. O projeto de vida é reavaliado periodicamente para refletir o amadurecimento da personalidade do discente? SIM.

g. Como o Programa Escola Viva induz inclusão social?

Não induz inclusão social (...) induz pouca inclusão social (...) induz inclusão social (X) induz muita inclusão social (...)

h. De que forma o Programa Escola Viva amplia o horizonte (projeto de vida) do discente? Insatisfatória (...) pouco satisfatória (...) satisfatória (...) muito satisfatória (X)

i. O entrevistado considera que o resultado do IDEB 2017 para o ensino médio capixaba está relacionado com a implantação do Programa Escola Viva?

Não considera relevante (...) considera pouco relevante (...) considera relevante (...) considera muito relevante (X)

O entrevistado gostaria de fazer alguma consideração sobre esta resposta?

ENTREVISTADO FVA: (12/02/2019 – 10h50min às 11h50min)

RESPOSTAS:

1. Dados da unidade escolar:

Quantos profissionais de educação trabalham na escola objeto do estudo de caso?
25

Ensino Fundamental () Ensino Médio (X)

Qual a sua área de atuação?

Qual o tempo de existência da Escola Conde de Linhares?

2. Dados de identificação do entrevistado (opcional):

a. Nome:

b. Tempo de magistério: 12 ANOS.

c. Tempo de trabalho na unidade escolar: 03 ANOS.

d. Grau de escolaridade/ atuação profissional na unidade escolar: ESPECIALISTA.

e. Como foi o ingresso desse profissional entrevistado no Programa Escola Viva?
PROCESSO SELETIVO.

3. Rol de perguntas:

- a. Quando e como foi implantado o Programa na sua unidade escolar? E como aconteceu a educação integral do Programa Escola Viva no Estado do Espírito Santo na sua escola nos anos de 2015 a 2018? IMPLANTADO EM 2017, HOVE UMA TRANSIÇÃO DA ESCOLA, QUE ATÉ ENTÃO ERA DE NÍVEL TÉCNICO PARA EDUCAÇÃO DE NÍVEL INTEGRAL.
- b. Existe uma participação da comunidade (pais ou responsáveis, família, e dos próprios discentes) na construção das práticas pedagógicas na escola? EXISTE PARTICIPAÇÃO CONSTANTE DA COMUNIDADE, EM REUNIÕES, APRESENTAÇÕES DE TRABALHO OU EM GRUPOS INTERATIVOS.
- c. Existe algum conselho de docentes, família e alunos para a solução de eventuais conflitos e planejamentos das atividades do programa? SIM. O CONSELHO DE ESCOLA É REUNIDO SEMPRE QUE HÁ DEMANDA PARA SER DISCUTIDA.
- d. Como é desenvolvido o protagonismo dos discentes no Projeto Político Pedagógico de sua unidade escolar? ATRAVÉS DO ACOLHIMENTO, DE TAREFAS AO QUAL DEVE EXERCER SUA RESPONSABILIDADE E APRESENTAÇÕES.
- e. Como são as políticas de capacitação dos profissionais de educação no Programa Escola Viva? AS CAPACITAÇÕES OCORREM EM OUTROS

MUNICÍPIOS E SÃO OFERECIDAS POR OUTRO ÓRGÃO EM PARCERIA COM O ESTADO.

- f. O projeto de vida é reavaliado periodicamente para refletir o amadurecimento da personalidade do discente? SIM. O MONITORAMENTO DO PROJETO DE VIDA É FEITO POR MEIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (SUPERINTENDÊNCIA) E COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA.
- g. Como o Programa Escola Viva induz inclusão social?
 Não induz inclusão social (...) induz pouca inclusão social (X) induz inclusão social (...) induz muita inclusão social (...)
- h. De que forma o Programa Escola Viva amplia o horizonte (projeto de vida) do discente? Insatisfatória (...) pouco satisfatória (X) satisfatória (...) muito satisfatória (...)
- i. O entrevistado considera que o resultado do IDEB 2017 para o ensino médio capixaba está relacionado com a implantação do Programa Escola Viva?
 Não considera relevante (...) considera pouco relevante (...) considera relevante (...) considera muito relevante (X)
 O entrevistado gostaria de fazer alguma consideração sobre esta resposta?

ENTREVISTADO MT: (12/02/2019 – 9h40min às 10h40min)

RESPOSTAS:

1. Dados da unidade escolar:

Quantos profissionais de educação trabalham na escola objeto do estudo de caso?
 25

Ensino Fundamental () Ensino Médio (X)

Qual a sua área de atuação?

Qual o tempo de existência da Escola Conde de Linhares?

2. Dados de identificação do entrevistado (opcional):

a. Nome:

b. Tempo de magistério: 15 ANOS.

c. Tempo de trabalho na unidade escolar: 05 ANOS (TRABALHAVA NA ESCOLA ANTES DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA VIVA).

d. Grau de escolaridade/ atuação profissional na unidade escolar: ESPECIALISTA.

e. Como foi o ingresso desse profissional entrevistado no Programa Escola Viva?
 PROCESSO SELETIVO.

3. Rol de perguntas:

- a. Quando e como foi implantado o Programa na sua unidade escolar? E como aconteceu a educação integral do Programa Escola Viva no Estado do Espírito Santo na sua escola nos anos de 2015 a 2018? POR MEIO DA EXTINÇÃO DE UM MODELO DE ENSINO TÉCNICO QUE JÁ EXISTIA NO LOCAL. FOI EM 2017. OS CURSOS E OS ESTUDANTES DO ANTIGO SISTEMA FORAM REDISTRIBUÍDOS EM OUTRAS UNIDADES DE ENSINO ESTADUAIS EM SEUS RESPECTIVOS CURSOS TÉCNICOS.
- b. Existe uma participação da comunidade (pais ou responsáveis, família, e dos próprios discentes) na construção das práticas pedagógicas na escola? SIM. EXISTEM COMISSÕES MISTAS QUE SE ENVOLVEM EM ALGUMAS QUESTÕES, (COMPORTAMENTAIS SOBRETUDO), MAS ESTÁ LONGE DO IDEAL.
- c. Existe algum conselho de docentes, família e alunos para a solução de eventuais conflitos e planejamentos das atividades do programa? SIM. CONSELHO DE ESCOLA, QUE SE REUNE COM CERTA REGULARIDADE, NÃO SÓ PARA TRATAR DA PARTE FINANCEIRA, MAS TAMBÉM PARA DECIDIR SOBRE QUESTÕES COMO FESTAS E ALGUMAS QUESTÕES DEMOCRÁTICAS.
- d. Como é desenvolvido o protagonismo dos discentes no Projeto Político Pedagógico de sua unidade escolar? ESSE ÍTEM É PREMISA DAS MAIS IMPORTANTES POR MEIO DOS CLUBES E ABERTURA AO DIÁLOGO; É UMA PRÁTICA CONSTANTE NA ESCOLA.
- e. Como são as políticas de capacitação dos profissionais de educação no Programa Escola Viva? SÃO CONSTANTES. SEJAM PRESENCIAIS, COMO A IMERSÃO INICIAL DE UMA SEMANA PARA APRENDER AS BASES DO PROGRAMA, SEJA ON LINE, POR MEIO DE PROGRAMAS.
- f. O projeto de vida é reavaliado periodicamente para refletir o amadurecimento da personalidade do discente? SIM. TANTO PELOS PROFESSORES DE P.V. E A.E., PELOS TUTORES E PROFESSORES DE OUTRAS DISCIPLINAS.
- g. Como o Programa Escola Viva induz inclusão social?
 Não induz inclusão social (...) induz pouca inclusão social (...) induz inclusão social (X) induz muita inclusão social (...)
- h. De que forma o Programa Escola Viva amplia o horizonte (projeto de vida) do discente? Insatisfatória (...) pouco satisfatória (...) satisfatória (...) muito satisfatória (X)
- i. O entrevistado considera que o resultado do IDEB 2017 para o ensino médio capixaba está relacionado com a implantação do Programa Escola Viva?
 Não considera relevante (...) considera pouco relevante (...) considera relevante (X) considera muito relevante (...)
 O entrevistado gostaria de fazer alguma consideração sobre esta resposta?

ENTREVISTADO RMPG: (12/02/2019 – 8h30min às 9h30min)

RESPOSTAS:

1. Dados da unidade escolar:

Quantos profissionais de educação trabalham na escola objeto do estudo de caso?

Ensino Fundamental () Ensino Médio (X)

Qual a sua área de atuação?

Qual o tempo de existência da Escola Conde de Linhares?

2. Dados de identificação do entrevistado (opcional):

a. Nome:

b. Tempo de magistério:

c. Tempo de trabalho na unidade escolar:

d. Grau de escolaridade/ atuação profissional na unidade escolar:

e. Como foi o ingresso desse profissional entrevistado no Programa Escola Viva?

3. Rol de perguntas:

- a. Quando e como foi implantado o Programa na sua unidade escolar? E como aconteceu a educação integral do Programa Escola Viva no Estado do Espírito Santo na sua escola nos anos de 2015 a 2018? O PROGRAMA FOI IMPLANTADO NO INÍCIO DE 2017. INICIALMENTE A COMUNIDADE COLATINENSE NÃO ACEITOU A IDEIA, MAS APÓS MUITAS ASSEMBLEIAS COM A SOCIEDADE, MOSTRANDO A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA PARA A FORMAÇÃO DO CIDADÃO, PAULATINAMENTE O MODELO ESCOLA VIVA VEM MOSTRANDO A SUA FORÇA E ADQUIRINDO CREDIBILIDADE.
- b. Existe uma participação da comunidade (pais ou responsáveis, família, e dos próprios discentes) na construção das práticas pedagógicas na escola? SIM. O PRÓPRIO PROGRAMA DENTRO DA METODOLOGIA TRABALHADA TRAZ TODOS OS SEGMENTOS DA COMUNIDADE ESCOLAR PARA UMA MELHOR CONSTRUÇÃO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS. SEM O PILAR FAMÍLIA-ESCOLA-ESTUDANTES, NÃO HÁ PROGRAMA QUE SE SUSTENTE SOZINHO.
- c. Existe algum conselho de docentes, família e alunos para a solução de eventuais conflitos e planejamentos das atividades do programa? SIM. CONSELHO DE ESCOLA; CONSELHO DE LÍDERES E COMISSÃO MISTA.
- d. Como é desenvolvido o protagonismo dos discentes no Projeto Político Pedagógico de sua unidade escolar? É DADO AOS DISCENTES VEZ E VOZ.

CADA SUGESTÃO É OUVIDA E RESPEITADA. OS CLUBES DE PROTAGONISMO SÃO ACOMPANHADOS E AVALIADOS.

- e. Como são as políticas de capacitação dos profissionais de educação no Programa Escola Viva? EXISTEM AS FORMAÇÕES POR ÁREA DE CONHECIMENTO.
- f. O projeto de vida é reavaliado periodicamente para refletir o amadurecimento da personalidade do discente? SIM. O P.V. ASSIM CHAMADO, É O CERNE DO PROGRAMA ESCOLA VIVA, PORTANTO HÁ CONSTANTE AVALIAÇÃO PARA RETOMADA DO QUE NÃO ESTÁ COESO COM O QUE REZA O PROGRAMA.
- g. Como o Programa Escola Viva induz inclusão social?
Não induz inclusão social (...) induz pouca inclusão social (...) induz inclusão social (...) induz muita inclusão social (X)
- h. De que forma o Programa Escola Viva amplia o horizonte (projeto de vida) do discente? Insatisfatória (...) pouco satisfatória (...) satisfatória (X) muito satisfatória (...)
- i. O entrevistado considera que o resultado do IDEB 2017 para o ensino médio capixaba está relacionado com a implantação do Programa Escola Viva?
Não considera relevante (...) considera pouco relevante (...) considera relevante (X) considera muito relevante (...)
O entrevistado gostaria de fazer alguma consideração sobre esta resposta?

ENTREVISTADO CMP: (11/02/2019 – 11h às 12h)

RESPOSTAS:

1. Dados da unidade escolar:

Quantos profissionais de educação trabalham na escola objeto do estudo de caso?

Ensino Fundamental () Ensino Médio (X)

Qual a sua área de atuação?

Qual o tempo de existência da Escola Conde de Linhares?

2. Dados de identificação do entrevistado (opcional):

a. Nome:

b. Tempo de magistério: 19 ANOS.

c. Tempo de trabalho na unidade escolar: 03 ANOS.

d. Grau de escolaridade/ atuação profissional na unidade escolar: ESPECIALISTA.

e. Como foi o ingresso desse profissional entrevistado no Programa Escola Viva?

3. Rol de perguntas:

- a. Quando e como foi implantado o Programa na sua unidade escolar? E como aconteceu a educação integral do Programa Escola Viva no Estado do Espírito Santo na sua escola nos anos de 2015 a 2018? NO ANO DE 2017. ATRAVÉS DO PROJETO JÁ EXISTENTE NO ESTADO DO PERNAMBUCO, PARA MELHOR ORIENTAR E ACOMPANHAR ALUNOS DO ENSINO MÉDIO.
- b. Existe uma participação da comunidade (pais ou responsáveis, família, e dos próprios discentes) na construção das práticas pedagógicas na escola? SIM. TRABALHAMOS COM A DEMOCRACIA.
- c. Existe algum conselho de docentes, família e alunos para a solução de eventuais conflitos e planejamentos das atividades do programa? SIM. CONSELHO DE ESCOLA, COMPOSTO POR MEMBROS DA ESCOLA, PAIS, ALUNOS E COMUNIDADE.
- d. Como é desenvolvido o protagonismo dos discentes no Projeto Político Pedagógico de sua unidade escolar? ATRAVÉS DE OPINIÕES DOS ALUNOS, ONDE PREVALECE A SUGESTÃO MAIS VOTADA.
- e. Como são as políticas de capacitação dos profissionais de educação no Programa Escola Viva? ATRAVÉS DE FORMAÇÕES, REUNIÕES E CICLOS PARA MELHOR ENTENDIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DA SUA CAPACITAÇÃO.
- f. O projeto de vida é reavaliado periodicamente para refletir o amadurecimento da personalidade do discente? SIM. REAVALIADO E ACOMPANHADO POR PROFISSIONAIS NA INTENÇÃO DE ALCANÇAR OS OBJETIVOS ESTABELECIDOS PELO PROJETO.
- g. Como o Programa Escola Viva induz inclusão social?
Não induz inclusão social (...) induz pouca inclusão social (...) induz inclusão social (...) induz muita inclusão social (X)
- h. De que forma o Programa Escola Viva amplia o horizonte (projeto de vida) do discente? Insatisfatória (...) pouco satisfatória (...) satisfatória (...) muito satisfatória (X)
- i. O entrevistado considera que o resultado do IDEB 2017 para o ensino médio capixaba está relacionado com a implantação do Programa Escola Viva?
Não considera relevante (...) considera pouco relevante (...) considera relevante (...) considera muito relevante (...) NÃO TEMOS O RESULTADO.
O entrevistado gostaria de fazer alguma consideração sobre esta resposta?

ENTREVISTADO CNR: (11/02/2019 – 9h50min às 10h50min)

RESPOSTAS:

1. Dados da unidade escolar:

Quantos profissionais de educação trabalham na escola objeto do estudo de caso?
24.

Ensino Fundamental () Ensino Médio (X)

Qual a sua área de atuação?

Qual o tempo de existência da Escola Conde de Linhares? QUASE 70 ANOS.

2. Dados de identificação do entrevistado (opcional):

a. Nome:

b. Tempo de magistério:

c. Tempo de trabalho na unidade escolar: 02 ANOS.

d. Grau de escolaridade/ atuação profissional na unidade escolar: ESPECIALISTA.

e. Como foi o ingresso desse profissional entrevistado no Programa Escola Viva?
PROCESSO SELETIVO.

3. Rol de perguntas:

- a. Quando e como foi implantado o Programa na sua unidade escolar? E como aconteceu a educação integral do Programa Escola Viva no Estado do Espírito Santo na sua escola nos anos de 2015 a 2018? NO ANO DE 2017.
- b. Existe uma participação da comunidade (pais ou responsáveis, família, e dos próprios discentes) na construção das práticas pedagógicas na escola? SIM.
- c. Existe algum conselho de docentes, família e alunos para a solução de eventuais conflitos e planejamentos das atividades do programa? SIM. CONSELHO DE ESCOLA E COMISSÃO MISTA.
- d. Como é desenvolvido o protagonismo dos discentes no Projeto Político Pedagógico de sua unidade escolar? EM TODAS AS ATIVIDADES DA ESCOLA. PRINCIPALMENTE NOS CLUBES, ATIVIDADES CULTURAIS E NA ELABORAÇÃO DO HORÁRIO.
- e. Como são as políticas de capacitação dos profissionais de educação no Programa Escola Viva? SÃO FREQUENTES. PROMOVIDAS PELA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO.
- f. O projeto de vida é reavaliado periodicamente para refletir o amadurecimento da personalidade do discente? SIM. O ACOMPANHAMENTO É CONSTANTE.
- g. Como o Programa Escola Viva induz inclusão social?
Não induz inclusão social (...) induz pouca inclusão social (X) induz inclusão social (...) induz muita inclusão social (...)
- h. De que forma o Programa Escola Viva amplia o horizonte (projeto de vida) do discente? Insatisfatória (...) pouco satisfatória (...) satisfatória (X) muito satisfatória (...)

- i. O entrevistado considera que o resultado do IDEB 2017 para o ensino médio capixaba está relacionado com a implantação do Programa Escola Viva?
 Não considera relevante (...) considera pouco relevante (...) considera relevante (X) considera muito relevante (...)
 O entrevistado gostaria de fazer alguma consideração sobre esta resposta?

ENTREVISTADO AFC: (11/02/2019 – 8h40min às 9h40min)

RESPOSTAS:

1. Dados da unidade escolar:

Quantos profissionais de educação trabalham na escola objeto do estudo de caso?
 24.

Ensino Fundamental () Ensino Médio (X)

Qual a sua área de atuação?

Qual o tempo de existência da Escola Conde de Linhares?

2. Dados de identificação do entrevistado (opcional):

a. Nome:

b. Tempo de magistério:

c. Tempo de trabalho na unidade escolar: 01 ANO.

d. Grau de escolaridade/ atuação profissional na unidade escolar: ESPECIALISTA.

e. Como foi o ingresso desse profissional entrevistado no Programa Escola Viva?
 PROCESSO SELETIVO.

3. Rol de perguntas:

- Quando e como foi implantado o Programa na sua unidade escolar? E como aconteceu a educação integral do Programa Escola Viva no Estado do Espírito Santo na sua escola nos anos de 2015 a 2018? NO ANO DE 2017.
- Existe uma participação da comunidade (pais ou responsáveis, família, e dos próprios discentes) na construção das práticas pedagógicas na escola? PARTICIPANDO DE GRUPOS INTERATIVOS, COMISSÃO MISTA, REUNIÕES ONDE OPINAM SOBRE AS PRÁTICAS.
- Existe algum conselho de docentes, família e alunos para a solução de eventuais conflitos e planejamentos das atividades do programa? SIM. EXISTE O CONSELHO DE ESCOLA E A COMISSÃO MISTA.
- Como é desenvolvido o protagonismo dos discentes no Projeto Político Pedagógico de sua unidade escolar? EM TODAS AS ATIVIDADES, DESDE A

ELABORAÇÃO DO HORÁRIO DAS AULAS ATÉ A ORGANIZAÇÃO DOS CLUBES.

- e. Como são as políticas de capacitação dos profissionais de educação no Programa Escola Viva? SÃO FREQUENTES. GERALMENTE OCORREM EM VITÓRIA E SÃO ESPECÍFICAS PARA CADA ÁREA, FUNÇÃO (P.C.A., POR EXEMPLO).
- f. O projeto de vida é reavaliado periodicamente para refletir o amadurecimento da personalidade do discente? SIM. EXISTE UM ACOMPANHAMENTO DENTRO DO PROJETO DE VIDA (DISCIPLINA) E REVISAR-SE ESSE PROJETO AO LONGO DO ANO.
- g. Como o Programa Escola Viva induz inclusão social?
Não induz inclusão social (...) induz pouca inclusão social (...) induz inclusão social (...) induz muita inclusão social (X)
- h. De que forma o Programa Escola Viva amplia o horizonte (projeto de vida) do discente? Insatisfatória (...) pouco satisfatória (...) satisfatória (...) muito satisfatória (X)
- i. O entrevistado considera que o resultado do IDEB 2017 para o ensino médio capixaba está relacionado com a implantação do Programa Escola Viva?
Não considera relevante (X) considera pouco relevante (...) considera relevante (...) considera muito relevante (...) O PRIMEIRO IDEB DE NOSSA ESCOLA FOI EM 2018.
O entrevistado gostaria de fazer alguma consideração sobre esta resposta?

ENTREVISTADO CP: (11/02/2019 – 7h30min às 8h30min)

RESPOSTAS:

1. Dados da unidade escolar:

Quantos profissionais de educação trabalham na escola objeto do estudo de caso?
26.

Ensino Fundamental () Ensino Médio (X)

Qual a sua área de atuação?

Qual o tempo de existência da Escola Conde de Linhares?

2. Dados de identificação do entrevistado (opcional):

a. Nome:

b. Tempo de magistério: 23 ANOS.

c. Tempo de trabalho na unidade escolar: 03 ANOS.

d. Grau de escolaridade/ atuação profissional na unidade escolar: GRADUAÇÃO.

e. Como foi o ingresso desse profissional entrevistado no Programa Escola Viva? PROCESSO SELETIVO.

3. Rol de perguntas:

- a. Quando e como foi implantado o Programa na sua unidade escolar? E como aconteceu a educação integral do Programa Escola Viva no Estado do Espírito Santo na sua escola nos anos de 2015 a 2018? FOI IMPLANTADO NO ANO DE 2017. A IMPLANTAÇÃO CONTOU COM ALGUNS MOVIMENTOS CONTRÁRIOS, DESDE OCUPAÇÃO ATÉ PRONUNCIAMENTO JUDICIAL.
- b. Existe uma participação da comunidade (pais ou responsáveis, família, e dos próprios discentes) na construção das práticas pedagógicas na escola? SIM. COMISSÃO MISTA.
- c. Existe algum conselho de docentes, família e alunos para a solução de eventuais conflitos e planejamentos das atividades do programa? SIM. EXISTE O CONSELHO ESCOLA E O CONSELHO DE LÍDERES.
- d. Como é desenvolvido o protagonismo dos discentes no Projeto Político Pedagógico de sua unidade escolar? COM PARTICIPAÇÃO ATIVA. OS ESTUDANTES PRODUZEM O GUIA DE CONVIVÊNCIA, FORMAM OS CLUBES E PARTICIPAM DA ELABORAÇÃO DAS AGENDAS E CULMINÂNCIA.
- e. Como são as políticas de capacitação dos profissionais de educação no Programa Escola Viva? HÁ AS FORMAÇÕES CONSTANTES REALIZADAS PELA EQUIPE DE IMPLANTAÇÃO SEDU E CEFOP.
- f. O projeto de vida é reavaliado periodicamente para refletir o amadurecimento da personalidade do discente? SIM. O PROJETO DE VIDA É A SUSTENTAÇÃO DO PROGRAMA. TODAS AS AÇÕES DA ESCOLA SÃO DE INTENCIONALIDADE.
- g. Como o Programa Escola Viva induz inclusão social?
Não induz inclusão social (...) induz pouca inclusão social (...) induz inclusão social (...) induz muita inclusão social (X)
- h. De que forma o Programa Escola Viva amplia o horizonte (projeto de vida) do discente? Insatisfatória (...) pouco satisfatória (...) satisfatória (...) muito satisfatória (X) COM TODAS AS AÇÕES DE EQUIPE VOLTADAS PARA O ESTUDANTE.
- i. O entrevistado considera que o resultado do IDEB 2017 para o ensino médio capixaba está relacionado com a implantação do Programa Escola Viva?
Não considera relevante (...) considera pouco relevante (...) considera relevante (...) considera muito relevante (...) NÃO TEMOS RESULTADO.
O entrevistado gostaria de fazer alguma consideração sobre esta resposta?



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA VIVA

ESCOLA
VIVA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA ACADÊMICA

Autorizamos Josihely Fabris, RG n. 1.632.543 SSP ES, CPF 079560447-58, aluna de Pós-graduação Mestrado em Sociologia Política: Currículo e Ensino ofertados pela Universidade Vila Velha (UVV), matrícula n. 0201774711 a realizar observações, acessar dados bibliográficos do Programa Escola Viva da unidade escolar CEEMTI Conde de Linhares, objeto do estudo de caso (Projetos Políticos Pedagógicos, Diretrizes do Programa necessários para a descrição do Programa Escola Viva. Outros documentos necessários a realização de Pesquisa Acadêmica deverão ser solicitados ao gestor da unidade escolar.

A pesquisadora acima qualificada se compromete a:

- 1 - Atender todas as orientações e especificidades da escola pesquisada;
- 2 - Iniciar a coleta de dados somente após autorização com assinatura da Coordenação do Programa Escola Viva;
- 3 - Obedecer às disposições éticas de proteger os participantes da pesquisa, garantindo-lhes o máximo de benefícios e o mínimo de riscos;
- 4 - Assegurar a privacidade das pessoas citadas nos documentos institucionais e/ou contatadas diretamente, de modo a proteger suas imagens, bem como garantir que não utilizarão as informações coletadas em prejuízo dessas pessoas e/ou da instituição, respeitando deste modo as Diretrizes Éticas da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, nos termos estabelecidos na Resolução CNS Nº 466/2012, e obedecendo as disposições legais estabelecidas na Constituição Federal Brasileira, artigo 5º, incisos X e XIV e no Novo Código Civil, artigo 20;
- 5 - Apresentar o resultado da pesquisa ou Monografia/ TCC/ dissertação/Tese à Coordenação do Programa Escola Viva e equipe gestora da escola pesquisada tão logo finalize o trabalho.

Vitória, 04 de fevereiro de 2019.



Elaine Cristina Rossi Pavani
Coordenadora do Programa Escola Viva
CPF nº 079560447-58

Elaine Cristina Rossi Pavani
Coordenadora do Programa Escola Viva